

João Manuel Sousa da Silva

**ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DA
AGENDA 21 - LOCAL EM ALMEIRIM**

Tese de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação

26 DE JUNHO 2013

Orientador Dra. Ana Paula Martinho

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.univ-ab.pt

[DECLARAÇÃO]

Declaro que esta dissertação /trabalho de projeto / relatório de estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 26 de Junho de 2013

Declaro que esta Dissertação / trabalho de projecto / relatório de estágio se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o meu agradecimento dirige-se à Professora Doutora Ana Paula Martinho, pela sua ajuda na coorientação deste trabalho, por me ter sempre apoiado e auxiliado nas minhas dúvidas mesmo fora de seu horário laboral, nunca uma pergunta ficou sem resposta.

Por toda esta disponibilidade e ajuda prestada no desenvolvimento deste estudo, quero expressar a minha mais sincera e sentida gratidão.

Agradeço a minha grande amiga Rita Graça por ter estado sempre do meu lado quando eu mais precisei, por me ter ajudado quando eu mais precisava clarificando minhas dúvidas e apoiando-me sempre que faltava alguma energia para continuar a caminhada.

Ao Sr. Carlos Mota, pelas conversas amigas, apoio, disponibilidade e pelos conselhos dados, antes e durante este meu percurso académico.

Ao Sr. Vice-Presidente da Câmara de Almeirim Pedro Ribeiro, Sr. Comandante dos Bombeiros de Almeirim, Exmo. Comandante da GNR, Presidente da Associação de Agricultores, Presidente da Associação do Footkart Mário Amoroso, Directora do Conde Sobral Dra. Maria do Amparo, Directora da Santa casa da Misericórdia. Dra. Helena, ao responsável pela adega cooperativa de Almeirim, à Presidente do Rotary clube de Almeirim e Directora do centro de saúde de Almeirim, Dra. Marília Boavida, ao Sr. Arquitecto da Câmara de Almeirim Artur Sampaio, ao Júlio e a todos os intervenientes em todo este processo que se disponibilizaram prontamente com seus conhecimentos para a realização deste estudo, que sem os mesmos nunca seria possível de ser realizado, o meu muito obrigado.

Agradeço á minha esposa e aos meus filhos, não só pela paciência que tiveram, como também pela ajuda que me deram em todos os momentos. Sem o seu apoio incondicional não teria sido possível a realização do referido estudo.

A minha querida mãe por ter formado a pessoa que sou e pelo apoio concedido ao longo dos anos, sem nunca duvidar das minhas capacidades e suportando toda e qualquer decisão. A todos que participaram num ou noutro momento deste processo, facilitando esta epopeia o meu profundo agradecimento.

Resumo

A origem deste trabalho, fundamentou-se na necessidade de chamar à atenção dos parceiros sociais e da população em geral, da importância da implementação de uma AGENDA 21 LOCAL em Almeirim. Esta deve ser construída de uma forma sistematizada com a adopção de metodologias participativas e sustentáveis.

Como o sucesso da sua implementação, depende muito do empenhamento dos seus cidadãos, torna-se necessário atrair o maior número de participação possível.

Assim, seguindo a linha do pensamento que está por detrás dos princípios que regem a implementação da Agenda 21 local, pretendeu-se em primeiro lugar saber a opinião dos actores chave do concelho, para tal procedeu-se à identificação dos diferentes actores-chave existentes no concelho de Almeirim e à sua selecção para a realização de 10 entrevistas qualitativas que foram gravadas, com o consentimento dos mesmos. Após transcrição integral do seu conteúdo, foram sujeitas a análise descritiva de natureza interpretativa, sobre as questões mais importantes e relevantes para este trabalho. Para além de se recolher informação junto dos diferentes actores chave, outro dos objectivos do trabalho era perceber se a população estava sensibilizada para esta temática e procurar junto desta informação para a identificação das principais forças e fragilidades do concelho. Assim realizaram-se inquéritos por questionário junto da população das 4 freguesias de Almeirim que permitiu esclarecer vários aspectos quanto à vida no concelho.

Com os resultados obtidos através da análise qualitativa e quantitativa e do levantamento dos dados locais para os 3 eixos da sustentabilidade (ambiente, económico e social), foi possível fazer uma análise SWOT, que revelou a as potencialidades e os pontos fracos de Almeirim.

Com este trabalho pretendeu-se de alguma forma dar início a um processo de reflexão, que conduza à preparação do processo de desenvolvimento da Agenda 21 Local. Espera-se que este trabalho, possa de algum modo, ser um veículo facilitador da implementação da Agenda 21 Local e que desperte a consciência dos actores-chave e dos cidadãos para se envolverem em todos os processos de decisão em Almeirim.

Palavras-chave: Roteiro da Agenda 21 Local, análise da sustentabilidade, participação, actores-chave, cidadãos.

Abstract

The origin of this thesis was based on the need to draw attention to the social partners and the general population, the importance of implementing in Almeirim the LOCAL AGENDA 21. This should be constructed in a systematic way with the adoption of participatory approaches and sustainable, how its implementation largely depends on the exercise of its citizens, it becomes necessary to attract the largest number of possible participation.

Thus, following the line of thought that lies behind the principles that water the implementation of Local Agenda 21, efforts have been made to gather input from key stakeholders, for this we proceeded to carry out 10 qualitative interviews that were recorded. After full transcript of its contents were subject to descriptive analysis of an interpretative nature, on the most important and relevant to this work. Also, information poured in questionnaires prepared for the population of the four parishes, clarified several aspects about life in the county.

With the results obtained by analyzing qualitative and quantitative interaction and contact with some local agents, it was possible to do a SWOT analysis, which revealed the reality of the region.

This work was intended to somehow initiate a process of reflection that leads to startup and preparation of the implementation process of Local Agenda 21. It is hoped that this work can somehow be a vehicle to facilitate the implementation of Local Agenda 21 and to awaken the capacity of key stakeholders and citizens to get involved in all decision-making processes.

Keyword: Local Agenda 21, sustainability participation, stakeholders, citizens.

ÍNDICE GERAL	Pág.
ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE QUADROS	13
ÍNDICE ANEXOS	15
INTRODUÇÃO	16
CAPITULO I – ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL EM ALMEIRIM	18
1.1 Relevância, originalidade e abrangência da pesquisa	18
1.2 Origem e enquadramento da Agenda 21 Local	20
1.3 Objectivos do Trabalho	25
CAPITULO II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	29
2.1 Conceito de sustentabilidade	30
2.2 Conceito de pegada ecológica	32
2.3 Avaliação ambiental estratégica	33
2.4 Responsabilidade Social	36
CAPITULO III – IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL EM PORTUGAL	47
3.1 Dados sobre Municípios com a Agenda 21 Local Implementada...	51
3.2 Estado actual dos processos de implementação da Agenda 21 Local.....	56
3.3 O processo de Implementação	57
3.4 Participação Pública - Acção Local	62

3.5	Auscultação da População do Município de Almeirim	65
3.6	Principais dificuldades na implementação da Agenda 21 Local	66
CAPITULO IV – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALMEIRIM		69
4.1	Enquadramento Territorial	69
4.2	Caracterização climática	69
4.3	Caracterização das formações geológicas e dos solos de Almeirim	71
4.4	Geomorfologia	71
4.5	Recursos Hídricos e Qualidade da Água	73
4.6	Caracterização do Mapa de Ruído do Concelho de Almeirim	76
4.7	Gestão e aproveitamento dos RSU	76
4.8	A qualidade do Ar da Região	79
4.9	Acessibilidades e Mobilidade no Concelho de Almeirim	80
4.10	A História do Concelho	83
4.11	Património e Identidade Cultural	84
4.12	Caracterização Socioeconómica do Concelho	85
4.12.1	Estrutura Económica e Tecido Produtivo	85
4.12.2	Principais Forças Dinâmicas no Concelho	88
4.12.3	As principais empresas do concelho de Almeirim	92
4.13	A Rede Social em Almeirim	94
4.14	Situação do Concelho de Almeirim face ao desemprego	96
4.15	A Saúde no Concelho de Almeirim – Alguns dados	99

4.16	O Deporto como veículo promotor da saúde e do bem-estar	102
4.17	Educação e ensino	103
4.18	Análise Demográfica do Concelho	105
CAPITULO V – METODOLOGIA		109
5.1	Critérios Metodológicos	110
5.1.1	Inquéritos por questionário dirigido à população	111
5.1.2	Definição da Amostra	111
5.1.4	Tamanho da Amostra - Margem de Erro/Intervalo de Confiança	112
5.1.5	Locais seleccionados para realização dos inquéritos e método de abordagem	113
5.1.6	Grelha de selecção por quotas	114
5.1.7	Tratamento dos dados recolhidos	115
5.1.8	Entrevistas qualitativas aos actores chave	115
5.1.9	Análise SWOT	118
5.2	Cronograma dos trabalhos	119
CAPITULO VI – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS		121
6.1	Âmbito do projecto - Delimitação da Área de Estudo	121
6.2	Questionário à população do Concelho de Almeirim	122
6.2.1	Análise de resultados dos questionários aplicados à população do Concelho de Almeirim	123
6.3	Entrevistas aos Actores-Chave	139

6.3.1	Análise descritiva de natureza interpretativa das entrevistas aos actores-chave.	140
6.4	Análise SWOT do Município de Almeirim	152
6.4.1	Pontos fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças	162
CONCLUSÕES		163
Bibliografia		164

ÍNDICE DE FIGURAS

		Pág.
Figura 1.1	Cronograma dos eventos e documentos mais relevantes relacionados com a A21L (feito pelo autor).	22
Figura 2.1	Relação entre os processos A21L e AAE, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Adaptado de (TAMBORINO, 2011)	34
Figura 2.2	Modelo de organização Socialmente Responsável (adaptado pelo autor).	39
Figura 2.3	Mapa de Portugal do Observatório Nacional Disponível em: http://www.op-portugal.org/index.php	46
Figura 3.1	Legenda Divisão por NUTS Portugal Continental	50
Figura 3.2	Número de novos processos de A21L que arrancam por ano em Portugal (números absolutos por ano civil). Fonte: (Macedo, et al. 2011)	52
Figura 3.3	Mapa da região Norte de Portugal Continental nele estão representados os municípios que têm o processo da Agenda 21 Local iniciado - Mapas adaptados e sublinhados pelo autor	54
Figura 3.4	Mapa da região Norte de Portugal Continental nele estão representados os municípios que têm o processo da Agenda 21	54

	Local iniciado - Mapas adaptados e sublinhados pelo autor	
Figura 3.5	Mapa da região de Setúbal e do Alentejo de Portugal Continental nele estão representados os municípios que têm o processo da Agenda 21 Local iniciado – Mapas adaptados e sublinhados pelo autor.	55
Figura 3.6	Mapa da região do Algarve de Portugal Continental nele estão representados os municípios que têm o processo da Agenda 21 Local iniciado - Mapas adaptados e sublinhados pelo autor	55
Figura 3.7	Tipo de participação pública dominante nos processos de A21L. Fonte: A21L em Portugal (2011).	58
Figura 3.8	Tipo de participação pública dominante nos processos A21L. Fonte: A21L em Portugal (2011).	59
Figura 4.1	Enquadramento do Concelho de Almeirim. Fonte: C. M. Almeirim	69
Figura 4.2	Fazendas de Almeirim	72
Figura 4.3	Fazendas de Almeirim	72
Figura 4.4	Mapa dos recursos hídricos de Portugal - Disponível em: http://snirh.pt/index.php?idMain=4&idItem=3&idISubtem=link4d	73
Figura 4.5	Distribuição dos sistemas aquíferos na Bacia Tejo-Sado Disponível em: http://snirh.pt/index.php?idMain=4&idItem=3&idISubtem=link4d	74
Figura 4.6	Evolução dos RSU depositados em aterro Disponível em: http://www.ecoleziria.pt/ecoleziria.html	77
Figura 4.7	Evolução da reciclagem selectiva 2003 - 2010 Disponível em: http://www.ecoleziria.pt/ecoleziria.html	78
Figura 4.8	Mapa das principais ligações a Almeirim: Disponível em:	80

	http://viajar.clix.pt/mapa.php?d=16&lg=pt&w=	
Figura 4.9	Mapa das linhas - vermelha e azul de 2007 e como ficou o traçado da linha única em 2011. Fonte C. M. A. (2011).	82
Figura 4.10	Cartão BIC e poster publicitário do mesmo - Fonte: Câmara Municipal de Almeirim 2005.	85
Figura 4.11	Índice de desemprego no concelho de Almeirim INE (2006)	96
Figura 4.12	Parte de um cartaz que convida às caminhadas Fonte: Câmara Municipal de Almeirim disponível em: http://www.cm-almeirim.pt/actividade-municipal/desporto/item/316-caminhadas-em-almeirim	102
Figura 5.1	Esquema do Quadro de análise SWOT. Adaptado de: http://www.marketingteacher.com/lesson-store/lesson-swot-portuguese.html#	119
Figura 6.1	Entrevistados residentes por freguesias	124
Figura 6.2	Idade e sexo dos entrevistados - Totais por escalões etários e sexo conforme indicação INE	124
Figura 6.3	Entrevistados trabalham ou estudam no concelho	125
Figura 6.4	Como se deslocam os entrevistados para o trabalho ou escola	125
Figura 6.5	Tempo de demora a percorrer o percurso feito a pé	126
Figura 6.6	Tempo de espera pelos transportes	126
Figura 6.7	Tipo de utilização do transporte particular	127
Figura 6.8	Classificação do desempenho transportes públicos do concelho Almeirim	128
Figura 6.9	Situação profissional dos inquiridos	128

Figura 6.10	Classificação da participação pública processos de decisão	129
Figura 6.11	Relação da Câmara Municipal com os munícipes	129
Figura 6.12	Classificação na óptica sustentabilidade o ambiente e Qualidade de vida Concelho	130
Figura 6.13	Classificação local de residência Concelho de Almeirim	130
Figura 6.14	Classificação das Acessibilidades do Concelho de Almeirim	131
Figura 6.15	Classificação sensação de segurança Concelho de Almeirim	131
Figura 6.16	Classificação da área da saúde	132
Figura 6.17	Classificação área de equipamentos e serviços de protecção social do Concelho de Almeirim	132
Figura 6.18	Pontos fortes Concelho de Almeirim	133
Figura 6.19	Pontos fortes freguesia do Concelho de Almeirim	134
Figura 6.20	Pontos problemáticos do Concelho de Almeirim	134
Figura 6.21	Pontos problemáticos do Concelho de Almeirim	135
Figura 6.22	Áreas prioritárias na área social a investir no Concelho de Almeirim	136
Figura 6.23	Áreas prioritárias na área ambiental a investir no Concelho de Almeirim	137
Figura 6.24	Áreas prioritárias a investir na área económica no Concelho de Almeirim	138
Figura 6.25	Como vê a evolução do Concelho de Almeirim nos próximos 10 anos	139

	Pág.
ÍNDICE DE QUADROS	
Quadro 1.1	Cronograma das tarefas executadas 27
Quadro 2.1	ISO Survey 2005 - Resultados De Portugal. 43
Quadro 3.1	Número de Freguesias por tipologia versus densidade populacional - Fonte: Documento Verde da Reforma da Administração Local, (2011, pág, 20). Disponível em: 47 http://www.portugal.gov.pt/media/132774/doc_verde_ref_adm_local.pdf
Quadro 4.1	Precipitação Média Mensal 70
Quadro 4.2	Temperatura Média do Ar e frequência das Temperaturas Mínima e Máxima (nº de dias) 70
Quadro 4.3	Análise da interferência do declive no risco de erosão. 73
Quadro 4.4	Água tratada por região e segundo o tipo de equipamento 75
Quadro 4.5	Águas superficiais por regiões segundo a classe de qualidade 75
Quadro 4.6	Índice de qualidade do Ar - na região da Lezíria e Vale do Tejo. 79
Quadro 4.7	Concentração média anual de PM10 por NUTS II (NUTS - 2001), em 2010 80
Quadro 4.8	Evolução do número de empresas e pessoal empregado 86
Quadro 4.9	Evolução da dinâmica Empresarial. 87
Quadro 4.10	Dinâmica empresarial por tipo de empresa - evolução 200-2005. 87
Quadro 4.11	Actividade no Concelho por sectores 91
Quadro 4.12	Informativo da população activa, nº de desempregados e 96

	percentagem de taxa de desemprego Concelho de Almeirim	
Quadro 4.13	Situação por sexo, tempo de inscrição e tipo de procura	97
Quadro 4.14	Desempregados por grupos etários	98
Quadro 4.15	Desempregados por escolaridade	98
Quadro 4.16	Ofertas de trabalho recebidas e colocações efectivadas	99
Quadro 4.17	Explicativo sobre o funcionamento do Centro de resposta integradas (CRI) do Ribatejo	100
Quadro 4.18	Equipamentos desportivos no Concelho de Almeirim -2	102
Quadro 4.19	Equipamentos desportivos no Concelho de Almeirim - Freguesia – ALMEIRIM	103
Quadro 4.20	Alunos matriculados nos ensinos pré-escolares, básico e secundário: total e por nível de ensino Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-08-29	104
Quadro 4.21	Alunos matriculados nos ensinos pré-escolares, básico e secundário: total e por nível de ensino - Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-08-29	104
Quadro 4.22	Evolução da população em Almeirim entre 1970 e 2008.	105
Quadro 4.23	Relação evolução da pop. Distrito e o Concelho - Evolução da pop. 2001 e 2008.	105
Quadro 4.24	Comportamentos Demográficos recentes	106
Quadro 4.25	Dados do Concelho de Almeirim	106
Quadro 4.26	Movimentação da População INE (2009).	107
Quadro 4.27	Movimentação da População INE (2009)	108

Quadro 5.1	Inquéritos por questionário efectuados junto dos cidadãos do Concelho de Almeirim.	114
Quadro 5.2	Actores-chave entrevistados	117
Quadro 5.3	Cronograma dos trabalhos	120
Quadro 6.1	Análise SWOT	154

ÍNDICE DE ANEXOS

Pág

Inquéritos à População e aos Actores-chave Concelho de Almeirim

Inquérito à população do Concelho de Almeirim	1
Inquérito aos Actores-chave Almeirim	9
Guião actores-chave – resumo das perguntas	15

INTRODUÇÃO

A Agenda 21 local é um processo contínuo e participado de todos os parceiros sociais – Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Organizações não-governamentais, Associações, Agentes Económicos, Instituições Escolares e a população em geral.

A eficácia e eficiência de um processo desta natureza, é fortemente potenciada se tiver uma ampla participação dos diversos actores locais.

A Agenda 21 local é também e por si só, um documento que estabelece linhas orientadoras, para que todos os sectores da sociedade se movimentem numa só direcção - o desenvolvimento sustentável, ou seja, que haja uma integração real das preocupações de carácter económico, social e ambiental nos diversos sectores da nossa sociedade a nível local.

A Agenda 21 local constitui um poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma económico e social, que exige uma redefinição do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, e não apenas a quantidade de crescimento (Farinha, et. al. 2000); (Schmidt, et. al. 2005).

A visão que orienta a construção da Agenda 21 Local tem como referência a criação de novos padrões de produção, comercialização e consumo, que procura o desenvolvimento sustentável dos territórios e o bem-estar das comunidades. Para isso é necessário o envolvimento de todos os actores locais no processo, principalmente os reconhecidos como líderes na comunidade, e promover a sua actuação, para que os actores-chave ao participarem nos fóruns das Agendas 21 Locais, possam ajudar a formular, planear e implementar acções e estratégias efectivas, de curto, médio e longo prazo, para a sustentabilidade local. O objectivo é gerar inclusão social, cidadania activa, fomentar actividades culturais com raízes locais, preservar o ambiente e criar emprego e valor, através do diálogo e vontade política na construção de consensos e resolução de conflitos. (Vasconcelos, 2001).

Seguindo a linha do pensamento que está por detrás dos princípios que regem a implementação da Agenda 21 local, procurou-se neste trabalho recolher informação base que espelhasse a realidade do concelho, junto da Câmara Municipal de Almeirim,

das 4 autarquias que constituem o concelho e de vários parceiros sociais, numa óptica de sustentabilidade, onde se inclui a parte económica, ambiental e social.

Para além dessa informação base, pretendeu-se desenvolver esforços para identificar os principais actores chave existentes em Almeirim e saber a sua opinião através da realização de entrevistas semi-estruturadas e qualitativas

Outro objectivo do trabalho foi saber a opinião dos cidadãos comuns ao processo de implementação da Agenda 21 Local e perceber quais as potencialidades e fragilidades que estes identificavam para o Concelho, assim foi elaborado e distribuído um inquérito por questionário estruturado pelas 4 freguesias e Almeirim. Os dados de 406 inquéritos foram espelhados em gráficos, que serviram de suporte para análise dos resultados.

Assim, a informação recolhida neste trabalho, poderá ser vista como um Roteiro/Guia facilitador, do processo de implementação da Agenda 21 Local no Concelho de Almeirim e um estímulo à reflexão dos cidadãos e das empresas e demais instituições para a necessidade de se implementar este instrumento voluntário (Agenda 21 Local) que ajuda a tornar o Concelho de Almeirim mais sustentável.

Este trabalho assenta sobretudo na criação de um roteiro/facilitador para a criação/aplicação de uma agenda 21 local em Almeirim, e é nesse âmbito que criamos todo este estudo, para que seja o ponto zero, o ponto de partida.

Capítulo I - ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DA AGENDA 21 - LOCAL EM ALMEIRIM

1.1 - Relevância, originalidade e abrangência da pesquisa

A origem deste trabalho, fundamenta-se na necessidade de chamar à atenção dos parceiros sociais e da população em geral, da importância da implementação de uma AGENDA 21 LOCAL em Almeirim.

Com a execução deste trabalho de dissertação, pretende-se chamar a atenção dos cidadãos, dos diferentes actores-chave e da autarquia, para os problemas ambientais, sociais e económicos existentes no Concelho de Almeirim. Assim, pretende-se iniciar um processo de reflexão, que conduza à inicialização e preparação do processo de implementação da Agenda 21 Local, nomeadamente no que diz respeito à sensibilização e promoção da capacidade dos diferentes actores-chave se envolverem em todos os processos de decisão ao nível local e as implicações que estes, poderão exercer sobre a definição das áreas prioritárias.

Sabe-se que a implementação efectiva da Agenda 21 Local irá influenciar os diversos actores chave que poderão melhorar diversas áreas de actuação:

- ✓ Autarquia (serviço público, coordenar e apoiar políticas de desenvolvimento, divulgar informação, implementar e fiscalizar acções);
- ✓ Escolas (Ciências naturais e socioeconómicas, investigação, estilos de vida, criatividade, divulgação, cooperação);
- ✓ Sector empresarial (formação, ciclo de vida dos produtos, informação);
- ✓ ONG (Sensibilização, mediação e debate, divulgação de materiais educativos, trabalhos de campo, colaboração com a população);
- ✓ Comunicação/media (acompanhamento e divulgação sistemática de questões sobre o ambiente e a sociedade);
- ✓ População em geral (aprender, saber, observar, participar e agir).

A Agenda 21 Local, deve ser construída de uma forma sistematizada com a adopção de metodologias participativas e sustentáveis, de maneira a motivar todos os intervenientes no processo. Farinha (2005), considera que no trabalho de implementação da Agenda 21 Local existem quatro fases distintas:

- ✓ **Fase 1: a Elaboração da Agenda 21 Local**, onde se inclui a construção da visão, a definição dos objectivos e da estratégia, o plano de acção e as respectivas fichas de acções prioritárias;
- ✓ **Fase 2: a Implementação**, em que se tomam decisões guiadas pela estratégia e se implementam as acções no terreno;
- ✓ **Fase 3: a Avaliação**, em que se medem e monitorizam os resultados alcançados e se comparam os resultados com as metas e objectivos pré-estabelecidos;
- ✓ **Fase 4: de Aprendizagem**, em que se aumentam os conhecimentos e se melhoram as capacidades dos diversos intervenientes relativamente à A21L.

Estas fases podem ser esquematizadas num círculo tipo “queijo dividido em quatro fatias”, que podem ou não ser iguais. Cabe ao gestor do processo decidir, de acordo com a realidade local e a abordagem escolhida, a dimensão a atribuir a cada uma das fases, permitindo flexibilizar o processo metodológico (Farinha, 2005).

Portanto os processos de implementação da Agenda 21 Local deverão ter em atenção as seguintes variáveis:

1. As dimensões sociais e económicas, onde se examinam os problemas de desenvolvimento e os factores humanos, juntamente com aspectos chave do comércio e da tomada de decisões integrada.
2. A conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento. É a secção mais vasta da Agenda e apresenta o leque de recursos que têm de ser considerados em detalhe para se conseguir um desenvolvimento sustentável aos níveis local, nacional e global.
3. O reforço do papel dos grupos principais, onde se reconhece a necessidade de dar ênfase à participação da comunidade, através dos seus diferentes sectores, para conseguir alguns resultados que a administração local não pode levar a cabo por si mesma.
4. Os meios de execução que são tomados em consideração para alcançar os objectivos de um futuro sustentável. Inclui aspectos técnicos, financeiros, educativos, legais, institucionais, etc.

Assim, será desejável que ao longo das diversas fases do processo de implementação da Agenda 21 Local, sejam abordados, quer numa perspectiva teórica, quer numa perspectiva prática, os principais requisitos da Agenda 21 Local.

Sendo o desenvolvimento sustentável, um dos compromissos mais importantes, assumidos no âmbito da Agenda 21 foram elaboradas várias estratégias nacionais. De forma a dar seguimento a este compromisso, em 1997, os Estados Membros da União Europeia, incluindo Portugal, acordaram apresentar as suas estratégias no quadro de preparação da Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável prevista para 2002, que veio a decorrer em Joanesburgo.

Neste sentido e de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2002, de 1 de Março de 2002 (Presidência do Conselho de Ministros, 2002), (Presidência do Conselho de Ministros, 2002), foi elaborada a primeira proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), que contou com a colaboração de vários ministérios, regiões autónomas dos Açores e Madeira, e o Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS).

A ENDS actua no sentido de dar expressão prática à linha de compromissos internacionais assumidos por Portugal, no âmbito da Organização das Nações Unidas e da União Europeia (Silva, 2007).

Após a Cimeira de Joanesburgo foi reforçada a necessidade dos países implementarem as estratégias entre o período de 2005 a 2015. Assim, depois da discussão pública do ENDS, Portugal passou à elaboração do Plano de Implementação do ENDS (PIENDS), onde foram definidos metas e prazos concretos, meios de implementação e indicadores de avaliação (APA, 2007).

Tendo em conta o carácter transversal do desenvolvimento sustentável para a preparação do PIENDS, foram identificados 7 áreas de interesse: Pescas; Agricultura; Desenvolvimento Rural e Florestas; Transportes e Economia; Ambiente e Ordenamento do Território; Aspectos Sociais; Questões Financeiras e Fiscais (APA, 2007).

1.2 - Origem e enquadramento da Agenda 21 Local

O conceito de “*desenvolvimento sustentável*” surgiu pela primeira vez em 1987, com a publicação do documento “*Our Common Future*” (O Nosso Futuro Comum) pela *World*

Commission on Environment and Development (Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento).

O Relatório Brundtland, nome pelo qual ficou conhecido, define o

“...Desenvolvimento sustentável” como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades...” (Relatório Brundtland, 1987).

A ideia da implementação da Agenda 21 teve a sua origem na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), em 1992, no Rio de Janeiro. Este conceito difundiu-se através do ICLEI, organismo que teve e tem, um papel crucial na implementação e difusão das Agendas 21 Locais em todo o mundo. Este organismo desenvolveu uma estrutura para orientar os governos e as comunidades locais nos seus planos de acção para o desenvolvimento sustentável (GPAU, 1996).

O ICLEI tem vários sites à disposição para consulta, o site principal tem o seguinte endereço <http://www.iclei.org/>.

É também de referir o papel essencial da União Europeia, na promoção e implementação do conceito do Desenvolvimento Sustentável e, em particular, da Agenda 21.

A UE organizou em 1994, em Aalborg, na Alemanha, a 1ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis. Deste evento resultou a elaboração da Carta de Aalborg. Este documento veio dar corpo a um conjunto de compromissos, no qual os seus signatários se comprometem a adoptar medidas e a fazê-las cumprir, em prol da sustentabilidade das cidades e vilas que representam.

Foi em Lisboa durante o ano de 1996, que se realizou a 2ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis”. Nessa conferência foi aprovado o documento “Da Carta à Acção”, que inclui os princípios e recomendações especificados na Carta de Aalborg.

As 3ª e 4ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, realizaram-se em 2000, na cidade de Hannover e em 2004, na cidade de Aalborg. Nesta última, foram aprovados os compromissos da Carta de Aalborg e reforçados os princípios e importância da Agenda 21 Local, dando origem a um documento conhecido por Aalborg + 10.

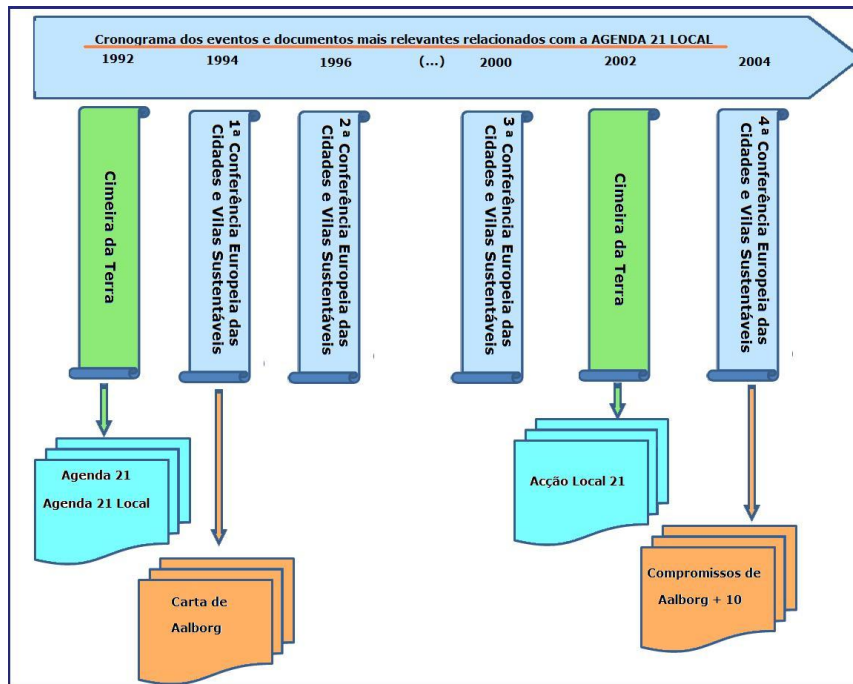


Figura 1.1: Cronograma dos eventos e documentos mais relevantes relacionados com a A21L (feito pelo autor).

Na Agenda 21 o Capítulo 28, foi criado e desenvolvido a um nível supranacional e, embora se dirija às autoridades locais para atingir o objectivo, tem um forte carácter voluntário. Este capítulo, apela às autoridades locais de cada país, que desenvolvam um processo consultivo e consensual com as suas populações, sob a forma de uma versão local da Agenda 21 para as suas comunidades – Agenda 21 Local (A21L), assegurando assim a implementação local do desenvolvimento sustentável.

O primeiro estudo levado a cabo pelo ICLEI, denominado *Local Agenda 21 Survey – A Study of Responses by Local Authorities and their National and International Associations to Agenda 21*, decorreu entre Abril 1996 e Janeiro 1997. De acordo com este estudo, 1.812 cidades de 64 países responderam, que estavam a realizar a Agenda 21 Local (ICLEI, 1997).

Uma segunda investigação, fonte com dados organizados e obtidos com a mesma metodologia, foi realizada também pelo ICLEI e intitulada, “*Second Local Agenda 21 Survey*”, entre Novembro de 2000 e Dezembro de 2001, por ocasião da conferência Rio+10 (ICLEI, 2002).

O objectivo desse estudo foi realizar um levantamento global e actualizar os progressos feitos na implementação da Agenda 21 Local em todas as cidades do mundo. O estudo

refere ainda as dificuldades enfrentadas pelas autoridades locais, além de registar o apoio necessário para que estes processos pudessem continuar, à escala mundial (ICLEI, 2002).

Por último, faz-se referência ao envolvimento do ICLEI na conferência Rio+20 realizada no Brasil em Junho de 2012.

Esta organização esteve envolvida no processo, (porque pertencia ao maior grupo de organizadores e parceiros locais), como entidade organizadora a presença do ICLEI facilitou a participação activa dos governos locais. e continua a impulsionar agendas, com objectivo de tornar as cidades, em locais mais sustentáveis.

Na organização da Câmara Municipal Global: O ICLEI organizou o maior encontro de actores-chave em sustentabilidade urbana. De 18-22 Junho, a Câmara Municipal global participou em 24 sessões com mais de cem oradores e 5000 delegados.

Participação em eventos dos parceiros: O ICLEI facilitou a realização de outros eventos oficiais de modo a que estes fossem bem-sucedidos. Durante os trabalhos da Conferência Rio + 20, as organizações parceiras efectuaram mais de 25 eventos paralelos, sobre o tema "As decisões que precisamos para a cidade de 2030". Durante a realização desses eventos, vários Presidentes de Câmara e funcionários do ICLEI foram convidados a intervir (ICLEI at Rio+20, 2012).

Assim, o estabelecimento de metas poderá ser um método importante para o sucesso estrutural da Agenda 21 Local. Para tal, deverá ser definida uma bateria de indicadores para que se possa constituir como métrica de avaliação da implementação dos projectos. Assim como a criação de um sistema de acompanhamento e monitorização da Agenda 21 Local, o qual deverá constituir o último patamar da definição estratégica da Agenda 21 Local que irá assegurar a sua exequibilidade, monitorização e controlo (DGA, 2000).

A primeira referência oficial à A21L em Portugal, apareceu na versão para discussão pública da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – (ENDS, 2002); (Schimidt, *et. al.*, 2006).

Ao nível de Portugal, é de assinalar a existência da rede CIVITAS (*Rede portuguesa de cidades e vilas sustentáveis*). Esta, tem estado muito empenhada no apoio às municipalidades para a implementação de Agendas 21 Locais. Esta rede desenvolve-se no âmbito Universitário e fornece um apoio científico e técnico aos municípios que

desejem responder ao desafio do Rio de Janeiro (prestação de serviços). Tem ligações ao Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL) no seio da qual, foi criada o Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis.

A participação de todos os parceiros sociais é considerada essencial no processo de construção das Agendas 21 Locais. De acordo com o inquérito de 2001 do ICLEI, em 73% dos processos é referida a existência de *stakeholders* (ICLEI, 2001).

O papel dos *stakeholders* é variado, podendo intervir como peritos consultores, como responsáveis na definição das Prioridades (Reino Unido) ou mesmo de participantes na implementação dos projectos (Suécia e Holanda) (Lafferty e Eckerberg, 1998). A palavra inglesa *Stakeholder* designa uma pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses nas acções e no desempenho de uma organização e cujas decisões e actuações possam afectar, directa ou indirectamente, essa outra organização. A palavra deriva de: *Stake*: interesse, participação, risco e *Holder*: aquele que possui. Existem várias as formas de classificar os diferentes *stakeholders*, embora a mais usual seja a classificação entre *stakeholders* internos e externos (Mitchell, *et. al.*, 1997). Segundo o estudo de (Carter, *et. al.*, 2000) a maioria dos municípios em Portugal não estava a desenvolver Agenda 21 Local e as ONG's tinham um papel passivo, além disso, os autores referiram que o público em geral desconhecia o programa e as suas repercussões.

Ainda em 2007, não havia um modelo sobre o qual os municípios poderiam construir a sua Agenda 21 Local. Em março do mesmo ano, o Ministério do Ambiente tenta colmatar esta falha, através do Instituto do Ambiente, agora Agência Portuguesa de Ambiente, e lança para consulta pública o “ Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos”. De acordo com a Portaria n.º 573 – C/2007, de 30 de abril, compete à Agência Portuguesa do Ambiente apoiar a preparação de mecanismos e de procedimentos que, de forma harmonizada, permitam a elaboração, pelas autarquias, de agendas 21 locais, tomando como referência as linhas de orientação definidas na estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável.

Para dar resposta a estas necessidades, a Agência Portuguesa do Ambiente contribuiu com uma metodologia orientadora, na concepção e implementação da Agenda 21 Local com a criação de uma plataforma de informação e comunicação, que permite a troca de

experiências, no sentido de uma melhoria contínua, para a implementação de Sistemas de Sustentabilidade Local -SSL (TTerra, 2007).

Em 2008 foram assinados 3 protocolos de Cooperação entre a Agência Portuguesa do Ambiente e os municípios de Águeda, Amadora e Mora. Para tal foram implementados três projetos-piloto, para testar a aplicação dos requisitos definidos no “Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos” (APA, 2008).

Um balanço sobre o estado da A21L realizado em 2009 relatava, à época, 118 municípios e 21 freguesias que declaravam ter uma A21L em curso. Mais tarde em 2011, durante a conferência GLOCAL 2011 foram apresentados os dados recolhidos pelo Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa que indicavam que 23 dos 167 processos identificados deixaram de ter existência significativa.

Este grupo de estudos reportava ainda que, dos 167 casos de A21L inicialmente reportados, apenas 49 publicaram uma notícia de qualquer natureza durante o ano de 2011 (Macedo, et. al. 2012).

1.3 - Objectivos do Trabalho

No âmbito de estudos realizados em Portugal, os municípios portugueses manifestaram um conjunto de dificuldades na aplicação da A21L, nomeadamente relacionadas com o financiamento, apoio institucional, capacitação, coordenação e articulação interna e externa, capacidade de estabelecer parcerias, assumir esta temática pelos responsáveis máximos de âmbito nacional e local, divulgação, benchmarking e governance (CIVITAS, 2005).

Tendo em atenção algumas destas dificuldades, pretende-se implementar um roteiro para a implementação da Agenda 21 Local em Almeirim. Nesse sentido, pretende-se saber quais as principais dinâmicas a desenvolver, para encontrar uma metodologia que facilite a implementação da Agenda 21 Local em Almeirim.

Assim, foram elaborados diagnósticos selectivos referentes a cada vector estratégico. Esta análise ajudará a apontar e definir quais as áreas prioritárias de intervenção.

O trabalho de campo teve as seguintes fases:

Fase I - Recolha, e compilação de informação, junto do Município, parceiros sociais e principais actores-chave locais.

A recolha de informação teve em atenção os seguintes pontos:

- ✓ O território de intervenção (o Município de Almeirim) segundo os parâmetros da sustentabilidade;
- ✓ As potencialidades e os estrangulamentos existentes;
- ✓ A detecção de impactes das actividades humanas no concelho;
- ✓ Identificação dos actores-chave locais - Este tipo de informação foi indispensável para adquirir conhecimento sobre o contexto dos actores-chave locais e para seleccioná-los para entrevistas personalizadas;
- ✓ Identificar os projectos que foram/estão a ser implementados;
- ✓ Identificar os novos projectos em fase de preparação.

Fase II - Elaboração e aplicação de questionário à população;

Fase III - Elaboração e aplicação de entrevistas a actores-chave.

Com base nos dados recolhidos na Fase I, recolheram-se elementos preciosos para conhecer melhor as realidades do concelho. Com a informação obtida na Fase II (dados de 406 questionários) os resultados foram espelhados em gráficos e serviram de suporte para análise dos mesmos. Com a informação obtida durante a Fase III, foi feita uma análise descritiva de natureza interpretativa, sobre as questões mais importantes e relevantes para este trabalho.

A análise conjunta de todas as fases, permitiu obter um perfil do concelho e da comunidade, elementos indispensáveis para realização da análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) / (*Strengths, Weaknesses/Limitations, Opportunities, and Threats*), sobre cada uma das áreas estratégicas identificadas (Ferrell *et. al.*, 2000).

Quadro nº 1.1 - Cronograma das tarefas executadas

Mês	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º
*Tarefas	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												

* Legenda das tarefas executadas.

Tarefa 1: Trabalho de recolha de informação:

- ✓ - Recolha de informação através de pesquisa bibliográfica e através da observação directa no terreno.
- ✓ - Registo exploratório, com as características de um diário de trabalho.

Tarefa 2: Trabalho de Campo:

- ✓ - Recolha de Informação e identificação (tão cedo quanto possível) do Quadro de Actores Locais. Através da observação directa no terreno.
- ✓ - Recolha de informação para identificação provisória de SWOT's. (que foi alvo de concertação e de ajustamento, durante o processo). Através da observação directa no terreno.
- ✓ - Registo exploratório, com as características de um diário de trabalho.

Tarefa 3: Trabalho de análise da informação recolhida:

- Com base na informação recolhida, procedeu-se à construção do inquérito estruturado, que foi aplicado a todas as freguesias pela metodologia SWOT. - - Registo exploratório, com as características de um diário de trabalho.

Tarefa 4: Escrita

- ✓ - Trabalho de escrita do trabalho de dissertação.

Tarefa 5: Trabalho de Campo:

- ✓ - Realização de um inquérito estruturado que foi aplicado à população nas freguesias do concelho.
- ✓ - Realização de entrevistas directas e semi-estruturadas com os principais actores locais.
- ✓ Registo exploratório, com as características de um diário de trabalho.

Tarefa 6: Trabalho de escrita do trabalho de dissertação

- ✓ - Discussão e Desenvolvimento das hipóteses

Tarefa 7: Trabalho de análise da informação recolhida

Tarefa 8: Trabalho de escrita do trabalho de dissertação – Conclusões

Tarefa 9: Correção do trabalho tendo em conta indicação orientadora

Tarefa 10: Entrega do trabalho de dissertação para avaliação

Capítulo II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como refere o manual de implementação da Agenda 21 Local (TTerra, 2007).

“Os poderes locais criam, dirigem e mantêm infra-estruturas económicas, sociais e ambientais, supervisionam processos de planeamento, estabelecem políticas e normas de ambiente locais e participam na implementação nacional e sub-nacional de políticas ecológicas. Como nível de governação mais próximo das pessoas, eles desempenham um papel vital na educação, mobilizando e respondendo ao público para promover o desenvolvimento sustentável” Agenda 21, Capítulo 28, (1992).

Também de acordo com o ICLEI (1997), este define a Agenda 21 Local como sendo:

“Local Agenda 21 is the action plan for a sustainable development of a municipality, set up by local government together with the local stakeholders and citizens”.

Assim, na prática, a implementação de uma Agenda 21 Local pode percorrer várias etapas, e orientar-se por diversos modelos, se bem que, como já referido anteriormente, a DGOTDU (2000) disponibilizou um Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local, tendo sido elaborado pela ICLEI, em 2007 surgiu outro manual o “ Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos” apresentado pela Agência Portuguesa do Ambiente. No entanto, estes guias são apenas indicativos e apresentam dois modelos diferentes de implementação da agenda 21 local, uma vez que a agenda 21 local é por natureza, um projecto flexível e deve ser ajustado à realidade local (Quental, 2007).

A Agenda 21 tem nas acções locais a sua principal forma e prioridade - atingir o desenvolvimento sustentável a nível autárquico. Como a lógica de desenvolvimento sustentável tem vindo progressivamente a aparecer na agenda conceptual em ambiente, na esteira dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da Agenda 21 (CNUAD, 1992), reafirmado na 19ª Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas de 1997, e assumido no quadro da UE no Conselho Europeu de Sevilha (Junho, 2002). Portugal também apresentou um documento intitulado "Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável" (IA, 2002), na sequência da preparação da Cimeira Mundial de Joanesburgo.

Posteriormente, foi apresentado o Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, reformulando e adaptando o trabalho realizado anteriormente. Esta estratégia foi lançada à discussão pública em Julho de 2004 e assumida para uma eventual Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2015.

2.1 – Conceito de sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade assumido desde os finais dos anos 70 é diferente do actual, na altura, assentava na lógica da sustentação da sociedade, muito virado para uma visão economicista, com reduzidas preocupações ambientais. É só no final da década de 80 que se assume, de forma mais generalizada, o conceito de sustentabilidade Relatório Brundtland (1987), numa perspectiva de deixar o planeta com condições de habitabilidade para as próximas gerações, assumindo-se: "um desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às delas".

O conceito de desenvolvimento sustentável procura, acima de tudo, responder às necessidades presentes. A satisfação de necessidades humanas básicas, como a alimentação, a água potável e o acesso à saúde podem ter associados problemas ambientais graves. A intensificação da agricultura para a produção de alimentos, com a consequente utilização de pesticidas e adubos, ou o consumo de água, podem provocar danos no ambiente, que têm forçosamente de ser equacionados (Cupeto, 2005; ODM, 2010).

Em 2007 foi aprovada uma nova estratégia para a ENDS, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 e publicado em Diário da Republica, 1.ª série – N.º 159 – 20 de Agosto de 2007 o governo decidiu Aprovar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS).

Neste documento a ENDS define as suas metas e estratégias para o ano de 2015:

“...Retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social...”

Para tal propõe sete objectivos de acção:

1. **Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”:** Acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico; Melhorar as qualificações humanas.
2. **Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética:** Acelerar o crescimento da economia portuguesa; Crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis; Criação de emprego.

3. **Melhor Ambiente e Valorização do Património:** Protecção do Ambiente; Combate às alterações climáticas; Preservação e valorização do património construído.
4. **Mais Equidade, Igualdade de Oportunidade e Coesão Social:** Garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social; Sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social; Combate à info-exclusão.
5. **Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território:** Reduzir o impacte negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu; Valorizar o papel das cidades, como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização.
6. **Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional:** Sublinhar o compromisso de Portugal com o projecto europeu e a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global.
7. **Administração Pública mais Eficiente e Modernizada:** Promover a modernização da Administração Pública como elemento fundamental para uma governação qualificada e para uma maior eficiência na prestação.

Assim, para a ENDS, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável é, portanto, o resultado do esforço de conjugação da reflexão iniciada em 2002 e dos documentos e pareceres entretanto produzidos, com as orientações e prioridades actuais em matéria de desenvolvimento sustentável. Neste pressuposto, a ENDS afirma:

“...O crescimento sustentado é determinante para o desenvolvimento sustentável. Assim, a opção por um desenvolvimento sustentável aponta para modos de crescimento compatíveis com um processo longo de crescimento sustentado para Portugal...” (ENDS2015-PIENDS, 2007).

Com base nas linhas gerais deste documento, pode afirmar-se que o conceito de sustentabilidade está cada vez mais presente, que a sua motivação visa reduzir o consumo de recursos, reduzir a produção de resíduos e preservar a função e a biodiversidade dos sistemas naturais. Assim pode afirmar-se que o objectivo é que o consumo de energia, água e materiais ocorra a uma taxa passível de ser renovada, isto é, manter-se de forma indefinida e sem impactes ambientais significativos.

“...Sem esquecer políticas transversais como a educação e a formação ou a investigação e desenvolvimento, bem como os instrumentos económicos e de financiamento, que são também apontados na Estratégia Europeia revista...” (ENDS2015-PIENDS, 2007).

2.2 - Conceito de pegada ecológica

Outro conceito que está também relacionado com o que foi apresentado anteriormente, como a gestão sustentável dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade é a pegada ecológica, neste índice pretende-se determinar a área de terra necessária para suportar as necessidades de recursos e absorver os resíduos gerados por um indivíduo, uma comunidade, um país, uma actividade, ou um edifício, num ano. A pegada ecológica é apresentada em hectares (do espaço do planeta Terra) e tem em conta não só os consumos do indivíduo mas também contam as variações na capacidade de produção e de depuração de poluentes do planeta (Cupeto, 2005; Global Footprint Network, 2011; WWF, 2012).

A aplicação do conceito de pegada ecológica tem por base a caracterização das actividades e respectivos fluxos, para os quais se obtêm valores estatísticos, que seguidamente se convertem em valores espaciais, de forma a precisar a necessidade de espaço para alimentação, tecido e madeira, energia e infra-estruturas. Por exemplo, para determinar a capacidade produtiva do planeta, determinam-se as áreas biologicamente produtivas. Estas são definidas como as áreas que contêm ecossistemas produtivos (UNEP, 2002; UNEP 2003; Global Footprint Network, 2012).

As estimativas apontam para que a terra considerada biologicamente produtiva inclua 90% da produção de biomassa do planeta. Para se determinar a capacidade do planeta per capita, divide-se a área de terra e de mar biologicamente produtiva pela população anual. O valor obtido para as actividades analisadas pode ser comparado com as disponibilidades de espaço existente no País ou no Mundo para as suportar, obtendo-se assim uma indicação da eventual sustentabilidade das mesmas (DGOTDU, 2000; Global Footprint Network, 2012).

Fazendo uma comparação das necessidades da Humanidade e da capacidade bioprodutiva e regenerativa do planeta é possível avaliar a sustentabilidade dos estilos de vida que actualmente são praticados. Este conceito permite concluir que o mínimo de sustentabilidade ocorrerá quando a pegada ecológica da humanidade for menor que a

capacidade biológica produtiva do planeta (DGOTDU, 2000; Global Footprint Network, 2012).

A Pegada Ecológica individual equivalente a nível mundial será assim obtida quando se divide as áreas existentes no planeta pela população. Tal significa que existe equilíbrio se a pegada for inferior aos 2 ha globais per capita disponíveis no planeta. Entre as várias análises obtidas destaca-se a análise da pegada ecológica da população e os consumos mundiais.

Um estudo realizado por Wackernagel *et al.* (2002) estima que nos últimos 40 anos o consumo da capacidade do planeta aumentou de 70% para 120%, isto é, 1,2 planetas, ultrapassando a capacidade de renovação do planeta.

Outro conceito associado à pegada ecológica é o Earth Overshoot Day, altura em que anualmente as necessidades e os impactes provocados pelo homem ultrapassam o que o nosso planeta suporta, todos os anos é comemorado o dia em que ultrapassamos esse limite e todos os anos esse dia ocorre mais cedo, por exemplo em 2011 este dia foi comemorado em 27 de Setembro, já em 2012 o acontecimento foi comemorado no dia 22 de Agosto (Global Footprint Network, 2012).

2.3 - Avaliação ambiental estratégica

Para se poder concretizar a implementação da Agenda 21 local, é necessário ter em atenção os princípios do desenvolvimento sustentável.

Segundo a tese de Patrícia Tamborino, apresentada em 2011 deve existir uma articulação entre a Agenda 21 Local e a Avaliação Ambiental Estratégica – (AAE).

Sabe-se que a AAE ao nível municipal pode aplicar-se a três Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT): Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Pormenor (PP) e Planos de Urbanização (PU). Como a A21L, é aplicável ao território municipal, mantém-se assim a coerência territorial. Assim a AAE, deverá ser coerente e integrada com outros processos municipais, o que ajudará a garantir a sustentabilidade territorial. (TAMBORINO, 2011).

Também é de salientar, que existem pontos de confluência entre o objecto da AAE e a própria natureza da A21L. Sendo a AAE um instrumento de avaliação de efeitos significativos no ambiente de planos e sendo a A21L um plano, poderá dizer-se que

existe aqui uma relação entre os dois processos na perspectiva do desenvolvimento sustentável (TAMBORINO, 2011).

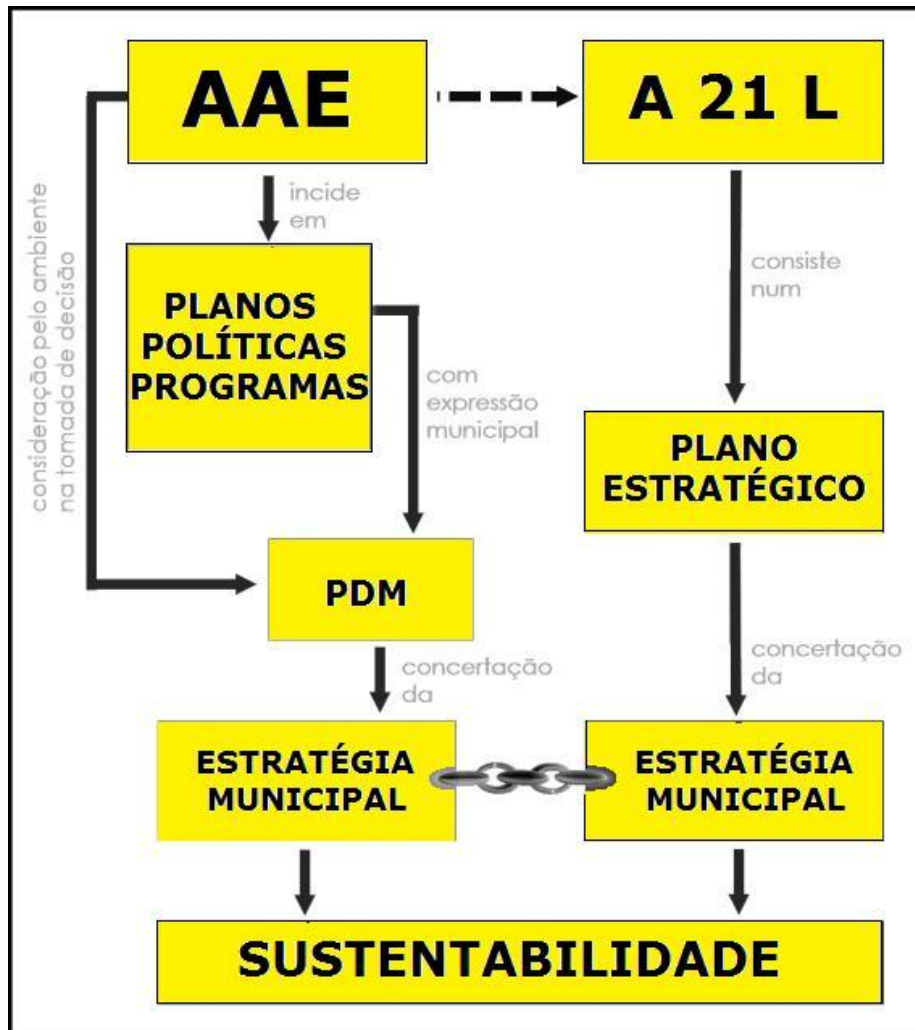


Figura 2.1: Relação entre os processos A21L e AAE, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Adaptado de (TAMBORINO, 2011)

Assim, para se obter um desenvolvimento mais sustentável será necessário utilizar métodos que permitam identificar as principais prioridades locais e garantir que os objectivos de sustentabilidade sejam efectivamente considerados, bem como poder medir os avanços e recuos.

Assim, o desenvolvimento sustentável, deverá sempre ter em conta as quatro dimensões do equilíbrio (económica, social, ambiental e governância) com a perspectiva de promover soluções para o desenvolvimento das populações (CGSDI, 2002).

Assim, uma avaliação ambiental estratégica, constitui um instrumento importante de integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de determinados

planos e programas que possam ter efeitos significativos no ambiente nos Estados-Membros, uma vez que garante que os efeitos ambientais da aplicação dos planos e programas são tomados em consideração durante a sua preparação antes da sua aprovação (Directiva 2001/42/CE).

Esta directiva teve como objectivo que a sua implementação efectiva, acontecesse até 2004:

Os Estados-Membros devem pôr em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva até 21 de Julho de 2004, e informar imediatamente a Comissão desse facto.

A procura da sustentabilidade visa assegurar os recursos, quer para as actividades actuais, quer para as actividades futuras. A avaliação destes recursos engloba as várias tipologias, quer económicas e sociais, quer naturais (*ecológicas, incluindo nestas os aspectos biológicos, materiais, isto é não vivos, e energéticos*) (OECD, 2003).

A avaliação ambiental estratégica visa também a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas públicas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final” (DL n° 232/2007).

Também segundo (Owen e Videras, 2008) os objectivos da avaliação ambiental devem seguir os seguintes princípios:

- ✓ Avaliar a sustentabilidade ambiental do plano e das perspectivas de transformação territorial nele propostas;
- ✓ Avaliar efeitos significativos no ambiente, decorrentes da execução do plano;
- ✓ Introduzir e potenciar a adopção de soluções inovadoras e mais eficazes do ponto de vista.
- ✓ Reintroduzir ou potenciar a utilização de metodologias próprias das boas práticas de planeamento, baseadas na melhor identificação dos objectivos e dos desafios de desenvolvimento e transformação do território abrangido pelo plano e na formulação e ponderação de diferentes opções de solução e os respectivos benefícios e inconvenientes da construção de um ambiente sustentável;

- ✓ Auxiliar na identificação, selecção e justificação de opções ganhadoras face aos objectivos de ambiente e desenvolvimento;
- ✓ Ponderar antecipadamente, os efeitos eventualmente significativos sobre o ambiente, de modo a serem tidos em conta nas opções políticas e nas soluções técnicas;
- ✓ Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- ✓ Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

As autoridades locais têm um papel insubstituível na transição para uma sociedade sustentável (Pinto, 2010), apresentando-se a AAE, sendo um instrumento obrigatório de política de ambiente, é aplicada a nível local na elaboração ou reformulação dos Planos Directores Municipais e nos Planos de Pormenor, e contribui para promover a sustentabilidade da autarquia. A AAE é um instrumento de natureza estratégica facilitador de processos de sustentabilidade. O seu papel é o de apoiar a decisão estratégica em processos de desenvolvimento, através da integração de princípios ambientais e de sustentabilidade numa perspectiva holística e de longo prazo (Partidário, 2007).

Enquadramento Legislativo - O Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011, de 4 de Maio, veio traçar o enquadramento institucional de referência para a avaliação ambiental estratégica - Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) a nível nacional. No caso dos instrumentos de gestão territorial optou-se por manter os procedimentos pré-existentes no âmbito da política de ordenamento do território e urbanismo ajustando-os às exigências da AAE.

2.4 - Responsabilidade Social

O conceito surge sobretudo como uma reacção aos movimentos de globalização e forte pressão de liberalização dos mercados, tendo começado pela inclusão das preocupações ambientais na vida das empresas e do seu impacto financeiro. No entanto, a Responsabilidade Social depressa evoluiu para algo mais complexo e mais vasto, abarcando a inclusão de preocupações sociais na vida das empresas e a associação dessas mesmas preocupações com conceitos como o de desenvolvimento sustentável (Burdick, 1997).

O conceito de responsabilidade social já existe há muito tempo, conforme afirma (Blowfield e Murray 2008, p. 36) “ ... *Corporate responsibility is the newest «old» thing in business management...*” Assim, muito antes de a responsabilidade social ser sistematizada, já era prática dos grandes magnatas da indústria como Carnegie, Lever ou Cadbury.

Também segundo Cortina, a responsabilidade social deverá ser considerada como uma “ferramenta de gestão, como uma medida de prudência e como uma exigência de justiça” (Cortina, 2005, p. 2).

Ainda segundo Rego e colegas, não há responsabilidade social sem ética nos negócios.” (Rego et al., 2006, p. 25).

Assim, a responsabilidade social implica então a adoção voluntária, por parte das empresas ou organizações, de preocupações sociais e ambientais, para além do que está legalmente estabelecido, na relação com os seus múltiplos parceiros (multistakeholders) (Cortina, 2005, p. 2; Rego et al., 2006, p. 25 e Blowfield e Murray 2008).

Assim, as iniciativas e a inclusão de preocupação em matéria de Responsabilidade Social devem ser complementares e indissociáveis do cumprimento da legislação vigente. Mais, o seu carácter voluntário, não pode ser confundido como um poder discricionário ao serviço das empresas, porque estas não podem determinar unilateralmente quais as iniciativas a tomar, sem o envolvimento dos stakeholders, ou atender exclusivamente ao impacto financeiro que as mesmas terão (APCER, 2006).

Em 1997 a CEPAA - Council on Economics Priorities Accreditation Agency, desenvolveu a norma SA8000 (Social Accountability International) como um padrão ético para promover o negócio socialmente responsável (Fabian, 1998).

A norma estabelece os requisitos que uma empresa deve adoptar para desenvolver, manter e executar procedimentos éticos e de responsabilidade social e baseia-se em:

- 12 Convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho)
- Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas
- Convenção das Nações Unidas dos direitos das Crianças.

É orientada para o incremento da capacidade competitiva de qualquer organização que voluntariamente garanta a componente ética do seu processo e ciclo produtivo, prevendo a adequação à legislação nacional e o cumprimento dos seguintes nove

requisitos que as empresas devem cumprir para se candidatarem à certificação, relacionados com as seguintes áreas:

- ✓ Recusa de trabalho infantil.
- ✓ Recusa de trabalho forçado.
- ✓ Condições de saúde segurança no trabalho.
- ✓ Liberdade de associação e negociação colectiva.
- ✓ Não discriminação.
- ✓ Práticas disciplinares correctas.
- ✓ Horário de trabalho adequado.
- ✓ Adequada remuneração.

Como principais vantagens decorrentes da certificação de acordo com o referencial SA 8000 salienta-se:

- A diminuição da conflituosidade laboral;
- Transparência, aumento de confiança e melhoria da imagem perante a opinião pública e partes interessadas;
- *Empowerment*
- Diminuição das taxas de absentismo;
- Diferenciação positiva face à concorrência (Darnall, *et. al.*, 2000).

Do grupo promotor da norma SA8000 fazem parte diversos organismos (Sindicatos, ONG's, retalhistas, fabricantes, empresas de certificação e instituições académicas).

A situação portuguesa assemelha-se em muitos aspectos ao panorama internacional, constatando-se desde logo existir um envolvimento quase nulo por parte dos stakeholders e uma fraca integração das preocupações e expectativas dos mesmos, uma reduzida integração da responsabilidade social no sistema de gestão, participação e consulta da empresa e uma forte confusão sobre o que é efectivamente Responsabilidade Social (são consideradas enquanto tal actividades decorrentes do normal intuito económico da empresa).

Configura-se assim a existência de um quadro do que é habitualmente designado como marketing social, em que a Responsabilidade Social é, frequentemente, quase só um instrumento de publicidade, se reduz a práticas isoladas não associadas a um coerente esforço de fundo e surge associada ao incumprimento de obrigações legais.

Mais, tem sido quase sempre um exclusivo de empresas de grande dimensão (sector bancário, comunicações ou indústria alimentar), verificando-se que as empresas de mais pequenas dimensões têm apenas práticas isoladas ou quase inexistentes (o tecido português tal como é, sobretudo num quadro recessivo, constitui um obstáculo ao desenvolvimento de sistemas de gestão em que tais preocupações sejam integradas).

No que concerne à avaliação da prestação das empresas, na vertente de certificações, verifica-se que o número de empresas em Portugal certificadas é ainda muito reduzido.

Em Portugal, segundo um estudo do Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA), coordenado por Cristina Dimas e com autoria de Gonçalo Rebelo Pinto, existia em Dezembro de 2003 uma única empresa certificada com a SA8000 (Novadelta).

Segundo o mesmo estudo para um universo de pouco mais de 200.000 empresas havia, no mesmo período, 3000 certificadas com a ISO 9001 ("International Organization for Standardization").

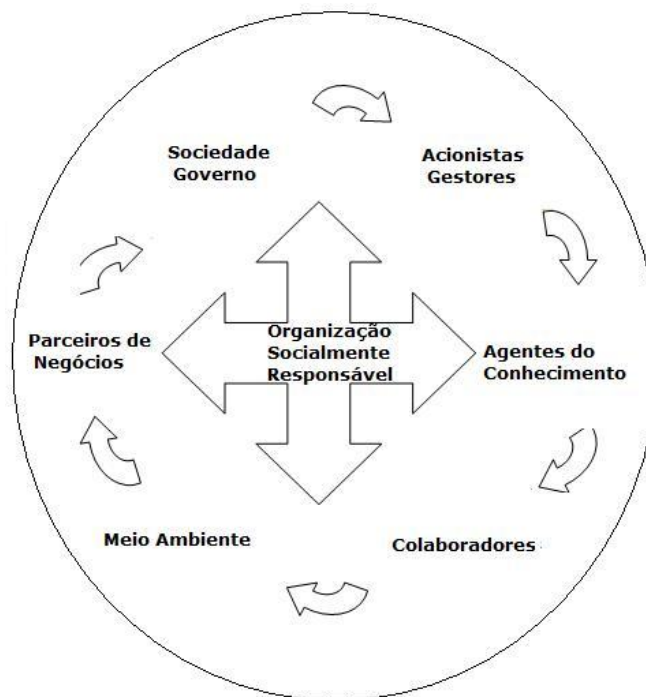


Figura 2.2: Modelo de organização Socialmente Responsável (adaptado pelo autor).

Existem vários Modelos de certificação Responsabilidade Social:

De Componente Social

9 ISO 26000 – Guia Orientativo

9 SPQ subcomissão 164 e 165

9 SAI (Social Accountability International) SA 8000

Outros esquemas:

- ❖ AccountAbility's AA 1000 Assurance Standard;
- ❖ ETI – Ethical Trading Initiative;
- ❖ Código de Ética da ACEGE;
- ❖ Corporate Governance;
- ❖ Caux Round Table (CRT);
- ❖ Sunshine Standards for Corporate Reporting to Stakeholders.

De Componente Ambiental

Existem várias definições de Sistema de Gestão Ambiental (SGA). De acordo com a própria norma ISO 14001, entende-se por SGA a “parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspectos ambientais” (Burdick, 1997).

Ainda de acordo com a ISO 14001, um sistema de gestão será “um conjunto de elementos interrelacionados, utilizados para estabelecer uma política e objectivos para atingir essa política” e que “inclui a estrutura organizacional, as actividades de planeamento, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos e os recursos” (Conferência de Joanesburgo, 2002).

A versão portuguesa da norma europeia EN ISO 14001:2004 é a norma NP EN ISO 14001: 2004 Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos e Linhas de Orientação para a sua utilização (ISO 14001) (Burdick, 1997).

A referida norma, é reconhecida a nível internacional, é aplicável a qualquer entidade, independentemente da sua dimensão ou sector de actividade, sendo o processo de adesão das empresas à implementação de sistemas de gestão ambiental inteiramente voluntário.

Tendo em vista um desenvolvimento mais sustentável, este sistema tem sido adoptado por várias Câmaras Municipais na sequência ou em consequência, da implementação da Agenda 21 local.

Assim, procuramos saber quais as Câmaras e Municípios que tinham sido certificadas, ou estavam em fase de implementação da norma NP EN ISO 14001:2004, para tal fizemos várias demarches.

Perguntámos à Associação Nacional dos Municípios, que não nos soube dar essa informação, contactamos telefonicamente, a Agência Portuguesa do Ambiente, que pediu que enviássemos um mail a detalhar o pedido (até à data não houve resposta).

Por último consultamos a APCER – Associação Portuguesa de Certificação, que nos informou que não era possível saber quais os Municípios que estavam em fase de certificação, apenas podiam informar quais os que já tinham a certificação activa.

Com base na informação fornecida pela APCER listamos as Câmaras e Municípios já certificados:

Câmara Municipal de Ponta Delgada

Âmbito Administrativo: Gestão das actividades de âmbito administrativo e operacional: Gabinete de Apoio à Presidência (GAM, Mercado, Canil, Arquivo, Biblioteca Municipal), Serviço Municipal de Protecção Civil, Projecto de Informatização; Departamento de Polícia Municipal; Departamento de Planeamento e Urbanismo: Divisão de Gestão Urbanística, Divisão de Planeamento, Projecto REVIVA e Secção de Obras Particulares; Departamento de Gestão Administrativa: Expediente e Serviços Gerais, Recursos Humanos e Taxas e Licenças; Departamento de Gestão Financeira: Unidade Orgânica Aprovisionamento e Controlo de Custos - Compras, Unidade Orgânica de Contabilidade Orçamental Patrimonial e Património - Contabilidade e Património, Tesouraria, Divisão de Desenvolvimento Económico, Divisão de Informação Geográfica, Divisão de Acção Social, Divisão de Apoio às Freguesias (DAF e Cemitério de S. Joaquim), Unidade Orgânica de Ambiente.

Âmbito Operacional: Serviço Municipal de Protecção Civil; Departamento de Polícia Municipal; Divisão de Apoio às Freguesias; Unidade Orgânica de Ambiente.

Município da Maia

Âmbito: Apoio ao consumidor; Planeamento territorial; Apreciação de processos e vistorias; Medições; Intervenção urbana e integração paisagística; Projectos especiais; Gestão da manutenção de espaços verdes; Gestão do Centro de recolha de animais de companhia; Educação para o desenvolvimento sustentável; Gestão documental; Fiscalização do ambiente; Controlo metrológico; Controlo de salubridade pública; Gestão de parques infantis.

Município de Esposende

Âmbito: Todas as actividades da CM Esposende

Município de Mora

Âmbito: Gestão Autárquica

Município de Pombal

Âmbito: Departamento Municipal de Águas, Saneamento e Ambiente

A ISO é a maior desenvolvedora mundial de Normas Voluntárias Internacionais para as empresas, governo e a sociedade. Em 2009 tinha em carteira mais de 18 000 normas que fornecem soluções práticas para se alcançar melhores benefícios para quase todos os sectores de atividade económica e tecnológica.

A ISO Survey tem vindo a analisar periodicamente, a nível mundial, a evolução da tendência das organizações em implementarem e certificarem os seus sistemas de gestão de acordo com os principais referenciais por ela publicados. Já realizou mais de 18 pesquisas/inquéritos, desde Janeiro de 1993. Os resultados das suas pesquisas são publicados anualmente pela ISO Central Secretariat (ISO / CS).

A versão condensada das suas pesquisas, com tabelas de todo o mundo, os totais regionais e certificados nacionais são acessíveis gratuitamente, no site da ISO Web (www.iso.org).

A ISO Survey apresenta, igualmente, os resultados obtidos relativamente à evolução da certificação ambiental em Portugal e que se transcrevem no quadro seguinte:

Quadro 2.1 - ISO Survey 2005 - Resultados De Portugal.

Resultados de Portugal	Dezembro 2001	Dezembro 2002	Dezembro 2003	Dezembro 2004	Dezembro 2005
Nº de certificados	88	137	248	404	504
Variação do nº de certificados	41	49 (56%)	111 (81%)	156 (63%)	100 (23%)

Fonte: ISO Survey 2005 – adaptado pelo autor.

Estes dados mostram igualmente que a taxa de crescimento dos certificados ISO 14001 em 2005 foi inferior à de anos anteriores, o que se poderá explicar pela recessão económica que o país atravessa (The ISO Survey, 2005).

A título informativo refira-se que existe, a nível europeu, outro documento normativo de implementação de um SGA, e que abarca todo o conteúdo da ISO 14001, designado por EMAS (Eco-Management and Audit Scheme) – Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (Gil, 2006).

Trata-se do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 342, de 22 de Dezembro de 2009. APA (2009).

Este sistema é muito mais abrangente em termos ambientais e visa o fornecimento obrigatório de informação relevante ao público e outras partes interessadas em termos de prestação ambiental e de comunicação da mesma, algo que na ISO 14001 compete à organização decidir se divulga ou não os seus dados ambientais.

Apenas um município já tem implantado o Sistema EMAS, é o caso de Ponta Delgada que fez o seu registo em 2010.

A Câmara Municipal de Almada, está em fase de implementação e inclusive publicou um livro - “EMAS, Sistema Comunitário de Eco Gestão e Auditoria: Guia para Autoridades Locais”. A decisão da CMA enquadrou-se no processo da Agenda Local 21

e visou qualificar e modernizar o serviço público, que presta às populações, e aplicar políticas efectivas de preservação e salvaguarda do ambiente.

Assim, para se adoptar um plano de gestão ambiental, que permitirá aos municípios concertar a gestão destas obrigações e outras questões ambientais, será útil obter:

- ✓ Garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo;
- ✓ Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- ✓ Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- ✓ Aumento da produção industrial nos países não industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- ✓ Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- ✓ Atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, habitação).
- ✓ Uso de novos materiais na construção;
- ✓ Reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais;
- ✓ Aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica;
- ✓ Reciclagem de materiais reaproveitáveis;
- ✓ Consumo racional de água e de alimentos;
- ✓ Redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

Tendo em atenção sobre todas as variáveis que são necessárias para que haja uma maior sustentabilidade, é essencial que:

- Haja o retorno do investimento no capital humano e na valorização do indivíduo.
- Que se aposte na formação de recursos humanos para a qualificação técnica e profissional.
- Que haja empreendedorismo, porque é um elemento chave no desenvolvimento das regiões.
- Que se promova a educação e a sensibilização ambiental para assegurar a efectiva participação dos cidadãos nas políticas ambientais, designadamente através da promoção do acesso à informação ambiental.
- Não menos essenciais são: a promoção de uma cidadania participativa, assente na solidariedade e no voluntariado.

Por outro lado, sendo claro que a administração pública tem fortes responsabilidades na valorização dos recursos humanos, também é relevante para esse desígnio o compromisso social das empresas, das associações e das famílias. Finalmente, salienta-se que uma distribuição equitativa de oportunidades e serviços sociais adequados, são elementos de base essenciais no quadro de um desenvolvimento considerado sustentável.

Existem também outros instrumentos de participação, um desses exemplos é o Orçamento Participativo (OP), (É um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de Câmaras Municipais, através de processos da participação da comunidade. Esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e está a começar a ser implementado em autarquias. No Orçamento Participativo, as autarquias colocam uma parte do orçamento para que as populações possam escolher para onde querem que esse dinheiro seja disponibilizado,

O Orçamento Participativo é também um projecto apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL (Acção 3) e tem como objectivo geral disseminar o tema e a metodologia do Orçamento Participativo (OP) a nível nacional.

Em termos específicos isto significa:

- ✓ Apoiar a adopção do OP por parte das autarquias portuguesas;
- ✓ Capacitar teórica e metodologicamente os diferentes intervenientes no desenvolvimento de processos de OP;
- ✓ Criar instrumentos de apoio à implementação, desenvolvimento, monitorização e avaliação desses processos;
- ✓ Promover a partilha de experiências e as relações em rede entre as autarquias promotoras do OP;
- ✓ Criar um manancial informativo e documental sobre o tema do OP, acessível aos mais variados actores interessados no tema.

Tudo isto será desenvolvido assegurando uma perspectiva de articulação com as “práticas de participação” já existentes ao nível de cada território.



Figura 2.3: Mapa de Portugal do Observatório Nacional
Disponível em: <http://www.op-portugal.org/index.php>

Segundo dados do site: <http://www.op-portugal.org/index.php> Portugal - Orçamento Participativo, existem 25 processos de orçamentos participativos que se repartem entre Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia: Braga, Leça da Palmeira, Freguesia de Sta. Leocádia do Gerês do Lima, Trofa, Vila Nova da Cerveira, Vila Verde, Proença-a-Nova, Lisboa e Vale do Tejo, Abrantes, Amadora, Freguesia de Arroquelas (Concelho de Rio Maior), Carnide, Cartaxo, Cascais, Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, Junta de Freguesia de São João, Lisboa, Odivelas, Palmela, São Sebastião, Sesimbra, Vila Franca de Xira, Alvito, Serpa, S. Brás de Alportel.

Capítulo III – IMPLEMENTAÇÃO DA A21L EM PORTUGAL

Com a entrada em vigor da nova constituição de Portugal em 1976, a estrutura da divisão administrativa de Portugal mudou. A Constituição estabelece que Portugal se divide apenas em regiões autónomas (Açores e Madeira) e em regiões administrativas. No entanto, apesar de estarem previstas na Constituição portuguesa, ainda não foram oficialmente criadas as regiões administrativas. Assim na prática, mantém-se a divisão territorial, Portugal divide-se por 18 Distritos, 308 municípios que por sua vez, se dividem por 4259 freguesias.

No entanto, esse número irá ser reduzido até final de 2012 para 3.179 freguesias devido a reestruturações governamentais, tipificadas na Lei nº 22/2012 de 30 de Maio de 2012.

A Reforma da Administração Local, tipifica os Municípios em função da sua densidade populacional. Existem Municípios de Nível 1, 2 e 3, sendo que os Municípios de nível 1, têm mais de 500 habitantes por Km², os de nível 2 têm entre 100 e 500 habitantes por Km² e os de Nível 3 têm menos de 100 habitantes por km².

As Freguesias são também tipificadas de acordo com a sua densidade populacional mantendo-se o mesmo escalão utilizado para os Municípios.

Porém no que concerne às Freguesias, estas são ainda classificadas em função da área, rural ou urbana. Assim, temos 3 tipos de Freguesias: Freguesias com a área predominantemente rural (APR), maioritariamente urbana (AMU) e predominantemente urbana (APU). Daqui resulta a seguinte tipologia:

Quadro nº 3.1 - Número de Freguesias por tipologia versus densidade populacional							
Escalões Densidade Populacional	FREGUESIAS POR TIPOLOGIA						
	APR	%	AMU	%	APU	%	TOTAL
<100 hab./km ²	1799	81,85	344	31,07	137	14,36	2280
100-500 hab./km ²	390	17,74	620	56,01	326	34,17	1336
> 500 hab./km ²	9	0,41	143	12,92	491	51,47	643
TOTAL	2198		1197		954		4259

Quadro Nº 3.1 - Número de Freguesias por tipologia versus densidade populacional - Fonte: Documento Verde da Reforma da Administração Local, (2011, pág, 20).

Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/132774/doc_verde_ref_adm_local.pdf

Esta classificação tem impacto nos critérios que norteiam a organização territorial da administração local, leia-se, a extinção ou agrupamento de Freguesias.

Nos Municípios de Nível 3 os critérios de organização territorial das Freguesias contemplam as seguintes premissas:

1. Nas Sedes de Concelho, a existência de apenas uma Freguesia;
2. Em Freguesias com a Área Predominantemente Rural (APR) a existência de um mínimo de 500 habitantes por Freguesia;
3. Em Freguesias com a Área Maioritariamente Urbana (AMU) a existência de um mínimo de 1000 habitantes por Freguesia.

Existem no entanto duas exceções à regra mencionadas no ponto 2:

Nos Municípios onde se tenha verificado um decréscimo populacional superior a 10% na última década, comprovado pelo levantamento censitário realizado no corrente ano, o critério base para a manutenção da Freguesia com (APR) é a existência de um mínimo de 300 e não de 500 habitantes. Se a Freguesia se situar num raio superior a 15 Km da Sede do Município, o critério base passa a ser um mínimo de 150 habitantes.

Esta reorganização deveria estar concluída até ao final de 2012.

Como Portugal, é um membro activo da Comunidade Económica Europeia (hoje, União Europeia – EU) desde 1986 foi necessário que o país se integrasse no sistema europeu através do sistema NUTS.

A definição de NUTS entrou em vigor em 1986 - Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, deriva do Francês *nomenclature d'unités territoriales statistiques*, é um padrão de geo-código para referenciar as divisões administrativas de países. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos.

A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3.

O território económico de cada país, tal como definido na Decisão nº 91/450/CE CEE da Comissão, inclui igualmente território extra-regional, constituído por partes do território económico que não podem estar ligadas a determinada região (espaço aéreo

nacional, águas territoriais e plataforma continental, enclaves territoriais, especialmente as embaixadas, consulados e bases militares, bem como depósitos de petróleo, gás natural, etc., em águas internacionais, fora da plataforma continental, a funcionar sob a responsabilidade de unidades residentes).

Da classificação NUTS deverá igualmente constar a possibilidade de obter dados estatísticos relativos a esse território enclaves. As alterações à classificação NUTS serão decididas em estreita concertação com os Estados-Membros.

A aplicação das NUTS é obrigatória em todos os casos de recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não no Sistema Estatístico Nacional.

Em Portugal, a Resolução do Conselho de Ministros n. 34/86, de 26 de Março, de 1986 estabeleceu três níveis de Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). Doze anos após essa resolução surgiu o Decreto-Lei, Nº 244/2002 de 5 de Novembro de 2002 que integrou num único diploma legal todos os ajustamentos da NUTS.

O padrão e a nomenclatura NUTS foram desenvolvidos pela União Europeia e só abrange os Estados-Membros da UE. Mais tarde, esta designação foi definida, pelo Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26-05-2003, publicado no JOC L 154 de 21-06-2003; DL nº 244/2002 de 5-11. (INE- Meta-informação s/data).

As NUTS servem de suporte ao desenvolvimento de políticas regionais e intermunicipais e a uma aplicação mais eficaz dos fundos comunitários. Para além de serem referência em muitos dos estudos, nomeadamente estatísticos, desenvolvidos para o território nacional.

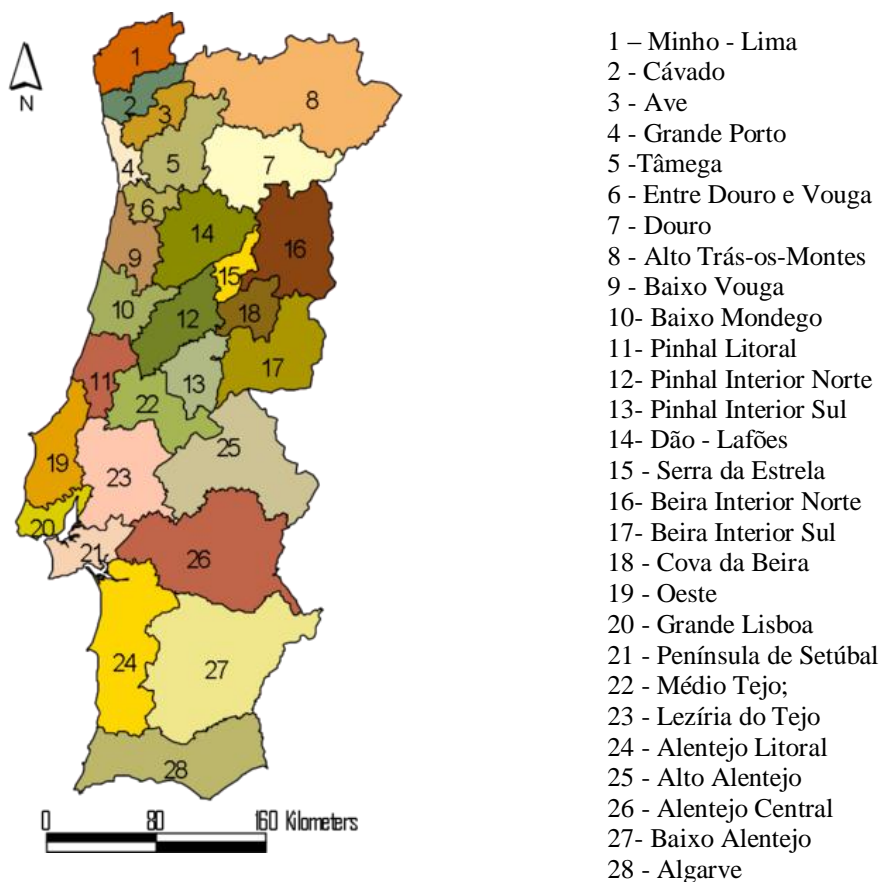
As NUTS surgiram da necessidade da União Europeia “arrumar a casa” dos seus Estados membros, em termos de estatísticas e de distribuição de fundos estruturais e de coesão.

Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão são os instrumentos financeiros da política regional da União Europeia, que tem por objectivo reduzir as diferenças de

desenvolvimento entre as regiões e os Estados-Membros, participando, assim, plenamente, no objectivo de coesão económica, social e territorial.

Os regulamentos comunitários dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, aplicáveis no período 2007-2013, estabelecem os seguintes objectivos para a intervenção dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão: Convergência, Competitividade Regional e Emprego e Cooperação Territorial Europeia.

NUTS III de Portugal Continental:



Região Autónoma dos Açores	29
Região Autónoma da Madeira	30

Figura Nº 3.1: – Legenda Divisão por NUTS Portugal Continental

As unidades territoriais estão divididas em três patamares – a NUT de nível I que corresponde a um país, a de nível II a uma região e as NUT III às sub-regiões estatísticas em que se divide o território português (de acordo com o Regulamento (CE)

n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003). Assim Portugal está dividido de acordo com esta classificação:

- Em três NUTS I - correspondendo ao território do Continente e de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira;
- Em sete NUTS II - das quais cinco no Continente equivalentes às “regiões” - Norte; Centro; Lisboa; Alentejo; Algarve, e duas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- Em 30 NUTS III - 28 dessas, estão no continente e 2 nas regiões autónomas, as unidades territoriais ao nível das NUTS III correspondem a agrupamentos de municípios, como se pode observar na figura acima.

3.1 - Dados sobre alguns Municípios com a A21L implementada ou em fase de implementação

No âmbito da realização deste trabalho, procurou-se saber qual era o estado de implementação da A21L, em Portugal, e para tal pesquisou-se em alguns estudos sobre esta temática. Como por exemplo: Os investigadores Schmidt *et al.* num estudo publicado em (2005), referem com base num inquérito realizado pelos próprios aos autarcas em 2001, a existência de 13 municípios com A21L e 23 com Planos Municipais de Ambiente.

Mais tarde, em 2002, foi realizado um inquérito aos municípios portugueses (Quental & Silva, 2003) com os objectivos de se avaliar as políticas de ambiente locais e reportar o progresso e a implementação da A21L em Portugal e caracterizar o estado desses processos. Este trabalho concluiu que a A21L em Portugal estava ainda no início, no entanto, mostrou que a maioria das autoridades locais (82%) conhecia a A21L e que 68% pretendia iniciar esse processo a curto prazo.

Também segundo um estudo do Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa realizado em 2011 apenas 62 municípios portugueses estavam a implementar a Agenda 21 Local. (Macedo, et al. 2011)

No entanto entre 2007 e 2011 houve um salto qualitativo, já que segundo o último estudo realizado pelo mesmo Grupo em 2011, em Portugal existiam à data 167

potenciais processos de A21L. Estes processos abrangem já metade da população portuguesa, mas nem todos estão activos (Macedo, et al. 2011).

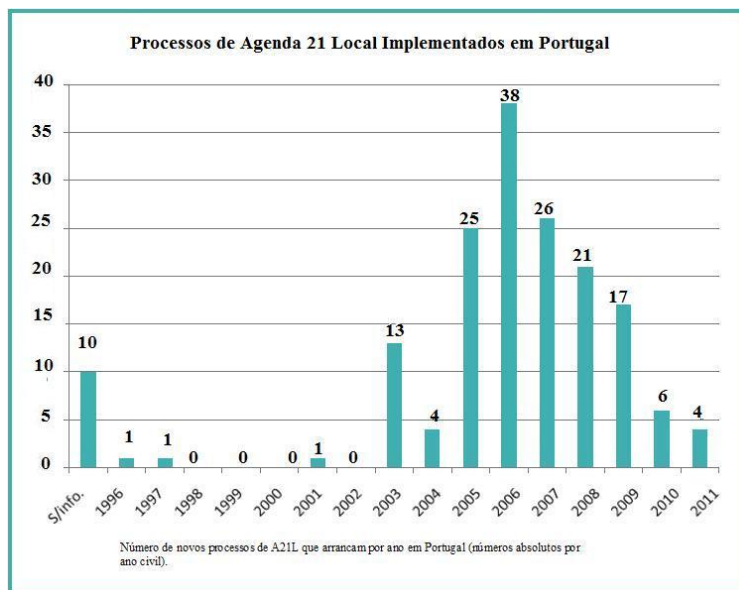


Figura 3.2: Número de novos processos de A21L que arrancam por ano em Portugal (números absolutos por ano civil). Fonte: (Macedo, et al. 2011)

Consultando o site da A21L (<http://www.agenda21local.info/>) e outros sites relacionados com a mesma temática, obtivemos as seguintes informações:

Em 2003 Mindelo foi a primeira freguesia em Portugal com a sua própria Agenda 21 Local. Em 2005 a Agenda 21 de Mindelo recebeu o 1.º prémio na categoria "acção local" do concurso "Pensar o Grande Porto". O processo de criação da Agenda 21 de Mindelo incluiu um diagnóstico completo à freguesia, a realização de fóruns e encontros abertos à comunidade, a dinamização de acções de promoção da cidadania e a elaboração de um Plano de Acção, aprovado pela Assembleia de Freguesia de Mindelo no dia 29 de Abril de 2005, juntamente com os compromissos de Aalborg.

Também em 2003 surgiu a iniciativa Eixo 21 promovida pela rede de 16 cidades que integram o "Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular" que inclui o Norte de Portugal e a Galiza. Em Portugal fizeram parte 9 cidades: Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real. Em Espanha, na Galiza fizeram parte 7 cidades: Corunha, Ferrol, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Santiago de Compostela e Vigo.

Esta associação consistiu a primeira experiência de A21L regional e transfronteiriça e, sem dúvida alguma, o maior e mais ambicioso processo de A21L ocorrido em Portugal,

não só pela sua abrangência geográfica e populacional, como também pelo pacote financeiro e recursos envolvidos, cerca de 2,6 milhões de euros, com uma duração de quatro anos, financiado pelo programa INTERREG, CCDR e Xunta da Galiza.

O triénio 2005-2007 foi sem dúvida o mais prolífico em processos de Agendas 21 Locais no país, visto ser o período no qual nasceram 53% dos processos.

Dos 89 processos que surgiram entre 2005 e 2007, 60 foram promovidos ou apoiados por entidades supra-municipais, tais como a Agenda 21 da Gardunha (Agência de Desenvolvimento Gardunha 21), a da Lezíria do Tejo (Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo), a do Vale do Minho (Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho), o Nordeste 21 (Resíduos do Nordeste), a Agenda Local 21 Norte Alentejo (Associação de Municípios do Norte Alentejano), a Agenda 21 da Cova da Beira (Associação de Municípios da Cova da Beira).

Em 2006 oito municípios transmontanos participam no processo de implementação da Agenda 21 Local, são eles: Alfândega da Fé, Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso.

A A21L para o Grande Porto, que foi uma iniciativa da LIPOR, propôs em 2007 a 16 Juntas de Freguesia da sua área de influência, a implementação de um processo de A21L, aumentando a participação pública dos seus fregueses, na defesa de interesses comuns e caminhando em direcção à sustentabilidade da Freguesia. O principal objectivo de todo este processo foi transformar as freguesias do Grande Porto, em freguesias mais competitivas.

Segundo dados do estudo A21L em Portugal (2011), os concelhos, que iniciaram o processo de implementação ou que já tem implementada a Agenda 21 local, são 139 concelhos, e que se apresentam nos mapas seguintes.

(Os Mapas foram adaptados a partir dos diversos mapas de Portugal disponíveis em:

<http://autocaravanista.blogspot.pt/2009/04/mapas-das-regioes-de-portugal.html>)

No site existem 17 mapas dos distritos – nos quais são visíveis, todos os concelhos por distrito. Depois o autor, adaptou esses mapas (procedeu ao agrupamento dos distritos, para melhor ilustrar o que se pretendia: assim, foram reduzidos e colocados conforme a sua localização geográfica, procedeu-se também à sinalização dos concelhos que tinham iniciado o processo da agenda 21L (da Figura 3.3 à Figura 3.6).

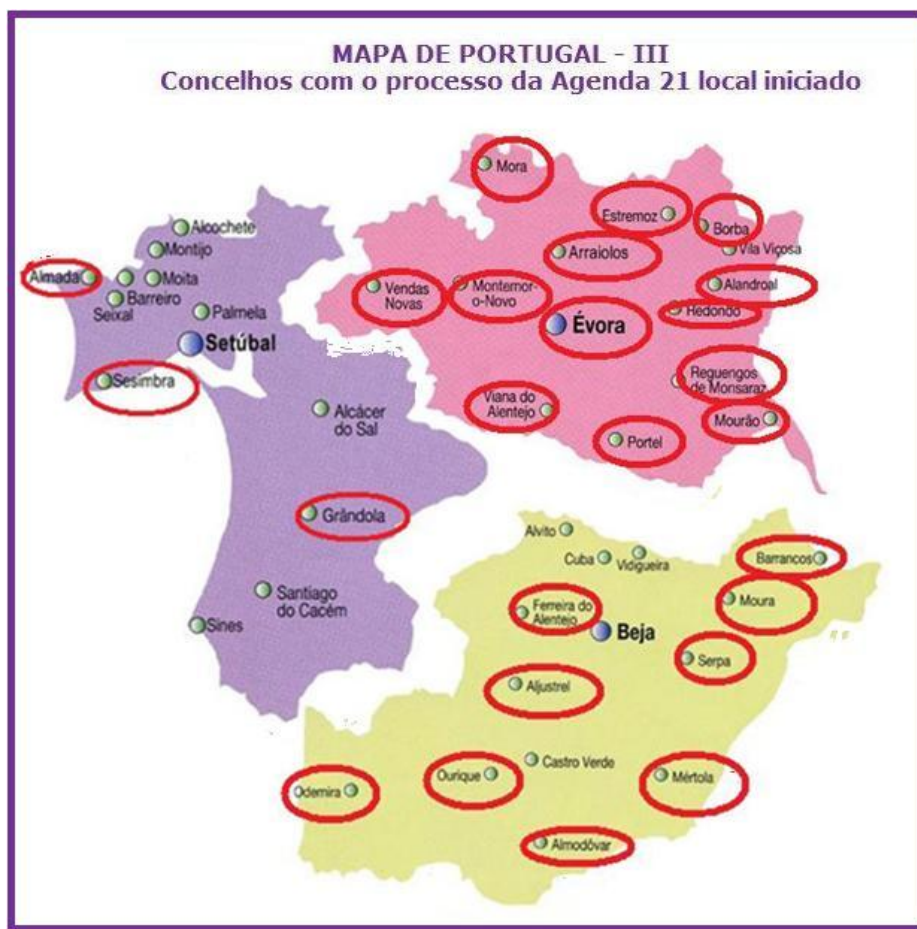


Figura 3.5 – Mapa da região de Setúbal e do Alentejo de Portugal Continental nele estão representados os municípios que têm o processo da Agenda 21 Local iniciado – Mapas adaptados e sublinhados pelo autor.



Figura 3.6 – Mapa da região do Algarve de Portugal Continental nele estão representados os municípios que têm o processo da Agenda 21 Local iniciado - Mapas adaptados e sublinhados pelo autor

3.2 Estado actual dos processos de implementação da Agenda 21 Local

Assim, tomando como base o estudo publicado em 2011, tentou-se saber qual o estado actual da implementação da A21L em vários municípios, o que se veio a revelar tarefa difícil. No entanto, soubemos por exemplo que:

Em Seia, os esforços para a implementação da A21L iniciaram-se em 2006 quando a Câmara Municipal de Seia assinou os “Compromissos de Aalborg”. Em 19 de Março de 2008 foi aprovado em reunião de Câmara a implementação do processo de A21L e, em 2010, reuniram-se as condições políticas e financeiras para avançar com o processo no município. Em 2012 concluíram o processo de implementação, se bem que no relatório final, apresentem alguns incumprimentos, os autores esperam que a curto prazo haja uma evolução do seu estado actual, devido ao elevado número de acções, projectos e medidas elencadas. Os autores apontam como exemplo, o Índice de Transparência Municipal (Governança), que apresenta um conjunto de critérios que poderão ser facilmente concretizados, através de uma sistematização mais clara da informação financeira no portal municipal.

A A21L da Figueira da Foz teve o seu início em 2011, e estão a decorrer sessões de participação pública, para se escolherem os vectores/eixos estratégicos, que irão assumir uma importância estratégica, no desenvolvimento do Município da Figueira da Foz.

Dos 3 municípios que fizeram parte de um estudo do ICLEI, Águeda, Amadora e Mora, (estes municípios foram escolhidos por apresentarem diferentes fases de implementação: um ia começar, outro estava já com o processo na fase inicial e outro tinha o processo a meio). O que ia começar, ainda não começou e tem o processo parado – Amadora, os outros dois - Águeda e Mora, já concluíram o processo (*informação prestada na pessoa da Dra. Célia Laranjeira da C.M. de Águeda e uma das pessoas responsáveis pela implementação da A21L*).

Sabe-se que o projecto Nordeste 21 foi o primeiro projecto de implementação de uma Agenda 21 Regional na Região Norte de Portugal. Com o projecto Nordeste 21, serão implementadas A21L em 8 municípios: Alfândega da Fé, Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro. O projecto foi iniciado em Fevereiro de 2006, com o estabelecimento da parceria entre a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste - EIM e Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESBUCP).

Também a A21L da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte que é um processo inter-regional, a que pertencem também os concelhos de Alvaiázere, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares, tem o projecto parado. mas não se conseguiu obter mais informações.

Soubemos também que o processo inter-regional da Agenda 21 da Lezíria do Tejo, que incluía os seguintes municípios: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém, entregaram um projecto desenvolvido pela Ecosphere em parceria com todos os municípios da lezíria do Tejo, para subscrever determinados fundos europeus no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN. Soubemos também que receberam os fundos a que se propuseram, e ficaram por aí. *Informação disponibilizada pelo responsável da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo – CULT, actual CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo).*

3.3 - O processo de Implementação

Dada a falta de campanhas nacionais e de apoio do governo central a implementação da A21L em Portugal, surge de iniciativas locais voluntárias de municípios com menos população, menos pressões ambientais e com maiores problemas económicos e sociais (Fidélis e Pires, 2009).

A elaboração e implementação das A21L têm sido prejudicadas, por não existir uma estratégia definida de implementação nacional, que torne mais claros os caminhos a delinear e os objectivos do desenvolvimento local sustentável.

Sabe-se quão importante é a integração das dimensões: económica, ambiental e social, na definição e implementação das políticas locais de desenvolvimento sustentável.

O actual sistema de planeamento territorial em Portugal assenta fundamentalmente nos chamados Planos Directores Municipais (PDM) que cobrem integralmente o território nacional. Todos estes planos, preparados por iniciativa autárquica e aprovados pela administração central, foram elaborados no final da década de oitenta, princípios da década de noventa. Durante a Conferência sobre o Ordenamento do Território e Revisão dos PDM's, realizada em 2005, a ANMP reconheceu o carácter estratégico do teor da A21L e o seu Presidente Fernando Ruas manifestou o seu empenhamento:

"... Na obtenção dos necessário meios legais, técnicos, humanos e financeiros que viabilizem a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais enquanto documentos que promovem a integração das esferas ambiental, económica e social ao nível do planeamento e da gestão municipal, num processo participativo, envolvendo a comunidade local na definição de uma estratégia comum de acção de longo prazo, com vista à protecção do ambiente, à prosperidade económica e ao bem-estar social dessa mesma comunidade" (Ruas, 2005).

A A21L, possuindo características mais amplas, deve ser construída e implementada de forma articulada com o PDM e levar em conta o meio ambiente, detectando os pontos de vulnerabilidade e as áreas de risco ambiental, e incluindo também uma visão estratégica para atingir a sustentabilidade local.

Portanto é necessário a mobilização das A21L como instrumentos privilegiados para a adopção de estratégias integradas e sustentáveis de desenvolvimento, no quadro de uma dimensão informativa, formativa, de adaptação às especificidades e enraizamentos locais e num contexto de empenhamento e de mobilização cívica, sendo acompanhadas de indicadores de sustentabilidade e de avaliação de desempenho.

Na prática, o desenvolvimento de uma A21L segue várias etapas, ainda que não exista um modelo único. Trata-se, por natureza, de um projecto flexível e que deve ser ajustado à realidade local.

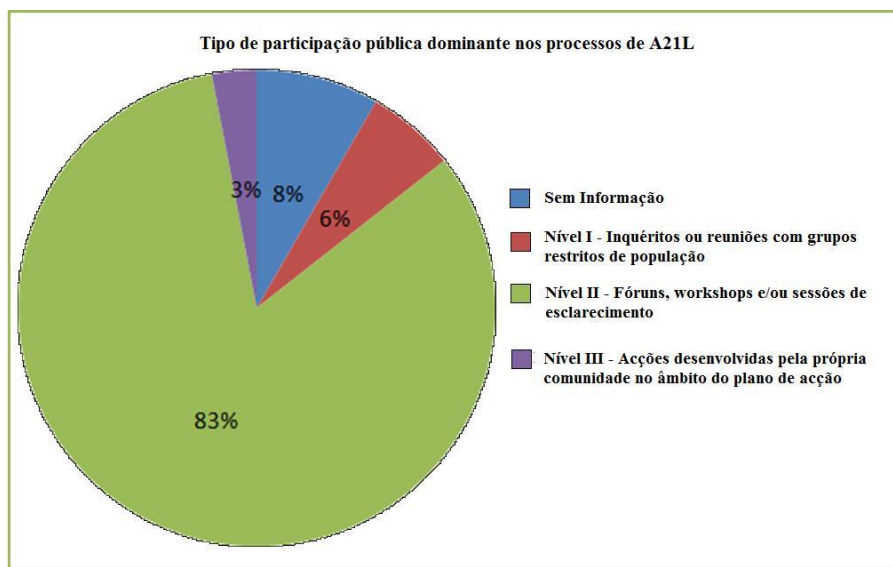


Figura 3.7: Tipo de participação pública dominante nos processos de A21L.
Fonte: A21L em Portugal (2011).

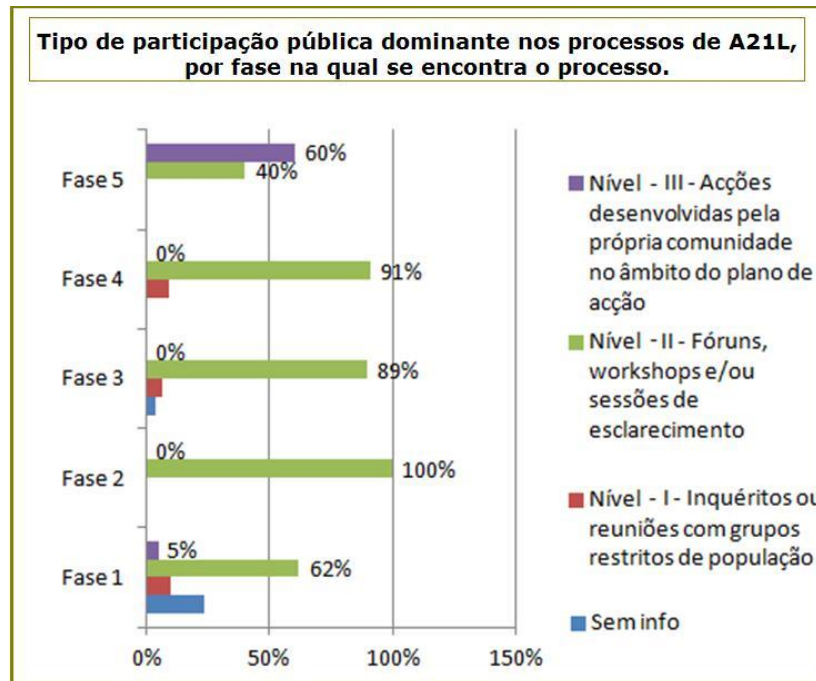


Figura 3.8 - Tipo de participação pública dominante nos processos A21L.
Fonte: A21L em Portugal (2011).

Os processos de A21L, baseados no Cap. 28 da Agenda 21, são caracterizados como sendo planos de acção para alcançar o desenvolvimento sustentável através de um largo processo consultivo entre as autoridades locais, cidadãos e os *stakeholders*. Para levar a cabo o processo de implementação da A21L torna-se necessário seguir os seguintes passos: (CNUAD, 1992); (Lafferty e Eckerberg, 1998).

1º Passo: Mobilizar para Sensibilizar - Governo e Sociedade

2º Passo: Criar o Fórum da Agenda 21 Local

3º Passo: Elaborar o Diagnóstico Participativo

4º Passo: Elaborar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável

5º Passo: Implementar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável

6º Passo: Monitorizar e Avaliar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, para que este processo evolua, é necessário ter uma ferramenta que possa avaliar de que modo os municípios e os seus líderes políticos estão a incorporar a A21L. Esta avaliação poderá ser feita ao processo em si e/ou ao grau de implementação do Plano de Acção a nível local.

Para a avaliação do processo, destaca-se a ferramenta *Local Evaluation 21*, que resultou do projecto de investigação “Auto-Avaliação da A21L das Autoridades Locais (LASALA)”, financiado pela União Europeia e liderado pelo ICLEI, tendo sido a FCT/UNL um dos parceiros deste projecto.

O projecto “Local Authorities' Self Assessment of Local Agenda” leia-se LASALA (acrónimo) é uma ferramenta de auto-avaliação que mede o nível de implementação da A21L nos municípios europeus. Este projecto teve o seu início em 2000. Em Portugal, o projecto está a cargo da Universidade Nova de Lisboa. Assim, a finalidade do projecto LASALA tem sido a de proporcionar um quadro comum para a avaliação da Agenda 21 Local, para que haja uma maior sustentabilidade local em toda a Europa. (Evans & Theobald (Evans & Theobald, 2003).

Esta ferramenta está disponível na em: <http://www.localevaluation21.org> e é gratuita.

O site também disponibiliza 20 línguas diferentes, tendo apenas o utilizador que se registar.

O *Local Evaluation 21* é um instrumento disponibilizado aos técnicos e decisores políticos locais para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável local, baseado num conjunto de onze critérios de qualidade da A21L internacionalmente aceites, de dez grupos de questões e de um sistema de cálculo automático. A cada resposta dada pela autarquia é atribuída uma pontuação que gera, através do sistema de cálculo automático, um relatório sobre o caso em análise.

Desde 2011 que também existe outra ferramenta que permite medir o nível de transparência da governação dos municípios (governance). (*Governance* - O termo anglo-saxónico *governance* não tem uma tradução directa e cabal para a língua portuguesa. Segundo o site - Ciberdúvidas da Língua Portuguesa (<http://www.ciberduvidas.com/>) o termo *governance* pode ser traduzido por governação (sinónimo de governo) ou governança (termo depreciativo de governo). No entanto em nenhum destes casos espelha o significado original que engloba uma dimensão política e uma dimensão administrativa da governação que está para além da instituição Governo tal com a entendemos em português).

A Transparência Internacional (TI), é uma organização não-governamental dedicada exclusivamente ao combate da corrupção universal, e pretende trazer a sociedade civil, o sector privado e os governos, a uma vasta coligação global.

Para tal, a TI-Espanha desenvolveu uma ferramenta que pode ser utilizada para medir o grau de transparência dos municípios. Está disponível em:

http://www.transparencia.org.es/INDIP/Metodolog%C3%ADa_utilizada.pdf

Essa avaliação é feita através de um questionário que está dividido por cinco zonas de transparência. No total contém 80 indicadores pré-seleccionados e preenchidos pela TI, que permitem avaliar o nível de Transparência Municipal (governance). São também enviadas instruções detalhadas para o preenchimento cabal do questionário.

Finalmente, dependendo do valor total obtido, cada Município é avaliado através da soma das suas pontuações tendo como base esses 80 indicadores (com Valor entre 1 e 100).

Os Municípios que preenchem os questionários, sabem que a TI-Espanha pode verificar *in loco*, se as respostas são reais. Com base nessas respostas a TI-Espanha produz e publica um ranking anual sobre o nível de transparência dos municípios envolvidos.

A TI-Espanha também acompanha o desempenho de algumas instituições-chave e pressiona as mesmas, para a implementação das reformas partidárias que sejam consideradas necessárias.

Quisemos saber se em Portugal as Câmaras utilizam os seus sites na web, como ferramenta de promoção de transparência da sua actuação, nomeadamente para divulgação de informação financeira.

Encontramos um estudo elaborado em 2011, pelos investigadores Lourenço, et al., ligados ao INESC – Coimbra, que abordava o tema da Transparência Municipal.

Nas suas conclusões os investigadores referem: “... Da análise sistemática dos sites das 308 Câmaras Municipais portuguesas, podemos concluir que há ainda um longo caminho a percorrer para que estes possam ser considerados verdadeiras plataformas de transparência autárquica. Apesar do elevado nível de sofisticação que alguns sites atingiram no que diz respeito ao grafismo e funcionalidades processuais oferecidas (egovernment), a informação relevante disponibilizada é escassa, tem fraca visibilidade e é apresentada em formatos que contrariam os princípios de open government, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de download e processamento autónomo e automático dos dados. ...”

Os autores ainda aconselham, as Camaras Municipais no sentido de adoptarem uma postura para uma postura que considere os cidadãos como destinatários dessa

informação em processos orientados para a transparência, prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos (Lourenço et. al., 2011).

Em relação ao Município de Almeirim, no ano de 2012 a Câmara Municipal procedeu à reorganização do seu site, fazendo um esforço para o tornar mais atractivo e de mais fácil consulta. Também é visível o esforço de dar a conhecer aos munícipes, o funcionamento dos diversos serviços da Câmara, quantos funcionários tem, que funções desempenham.

O site da Câmara também inovou, para facilitar a vida aos munícipes: - Ao nível da documentação o site permite aceder aos seguintes documentos de gestão: Editais e Avisos; Regulamentos; Actas e deliberações; Reabilitação Urbana; Recursos Humanos (mapas de pessoal e férias); Outros Documentos, no qual se inclui o organigrama CMA.

O site da Câmara também disponibiliza. Sob a rubrica - Informações: - Notícias; Eventos; Publicações; Vídeos; Galeria de Imagens; Contactos Uteis e Associações.

Também desde que foi reformulado, o site permite que os munícipes tenham **acesso on line aos seguintes serviços**: Balcão do Empreendedor; Balcão Único de Atendimento; Requerimentos e minutas; Obras particulares; Mapas online e estatísticas; Sugestões e reclamações. Assim, é possível ter acesso a formulários, requerimentos e minutas.

No entanto convém assinalar que nem todos os serviços estão disponíveis. Por exemplo em relação ao Balcão do Empreendedor, ao clicar na aplicação, recebemos a seguinte resposta: - server Error in '/CVE/Services/BalcaoDoEmpreendedor' Application. No connection could be made because the target machine actively refused it 192.168.233.1:80.

Assim, tem sido visível o esforço do município, para dar mais informação, aos seus munícipes, no entanto não temos conhecimentos que o município tenha avaliado o seu nível de Transparência.

3.4 - Participação Pública – Acção Local

A participação pública pode ser definida como o envolvimento de indivíduos e grupos que são positiva ou negativamente afectados por uma intervenção proposta, sujeita a um processo de decisão ou que estão interessados na mesma.

Arnstein (1969) foi o primeiro a identificar a “escada da participação dos cidadãos”, que variou desde a persuasão, num extremo da escada, até à autodeterminação, no outro

extremo. Esta última é a forma mais forte de participação pública, na qual o processo é realizado directamente pelo público, com a aceitação dos resultados por parte do proponente” (Roberts, 2003).

O grande desafio que se apresenta para a implementação da A21L, é haver uma efectiva participação dos cidadãos nos mecanismos e/ou instrumentos que os determinam. Entretanto se, por um lado, se torna necessário o acesso do cidadão comum ao exercício político, por outro os cidadãos necessitam de se sentir apoiados e esclarecidos, de forma a aproximar a sociedade e governo local, no sentido de permitir novos acordos e novas formas de decisão, procurando ampliar a participação popular. Isto é fundamental especialmente nas sociedades fragmentadas, desiguais, injustas, e de cidadãos excluídos tanto do ponto de vista social como económico.

É o pleno exercício da cidadania que permite criar e consolidar, os instrumentos democráticos (de forma directa e indirecta). O exercício da cidadania deverá ter em conta a promoção das políticas públicas que efectivamente promovam a justiça social em harmonia com a natureza.

De acordo com Murcott (1997) uma ampla participação popular, possibilita gerar políticas com um grau cada vez maior de aceitação e legitimidade social, produto de consensos na superação de conflitos. Uma nova consciência cidadã pode ser formada através da democratização das decisões e das informações sobre as questões públicas: na medida que é através da compreensão que se podem melhorar o conhecimento sobre os mecanismos e funções do poder local e quais os seus limites.

A participação pública, para além do aspecto normativo, é vista como funcional pela literatura. A A21L deve dar a oportunidade de articular os diferentes interesses dos *stakeholders*, legitimando as decisões, dado que reflectem a vontade dos cidadãos e fornecendo informação necessária aos governos locais para a decisão (Coenen *et al.*, 1998).

Desta forma, aumentam-se capacidades e desenvolve-se o capital social e o capital institucional. A participação e o envolvimento dos actores locais são uma mais-valia para o processo porque:

- Favorecem a articulação dos interesses dos vários actores locais;
- Disponibilizam ao governo local toda a informação necessária para o processo de decisão;

- Têm um valor intrínseco em si mesmo porque contribuem para a emancipação social de certos grupos (Coenen *et al.*, 1998 in Vasconcelos, 2003).

A participação dos actores locais no processo da A21L deve ser promovida na fase inicial e contínua ao longo do tempo.

As dificuldades em chegar aos cidadãos e em obter o seu contributo são significativas, especialmente em meios com menores índices de escolaridade ou onde a tradição de participação não está enraizada. Estas dificuldades podem e devem ser ultrapassadas se procurarmos inverter o nosso modo de pensamento: se os cidadãos revelam desinteresse e não participam voluntariamente, então é preciso ir ter com eles e encontrar vias alternativas de obter o seu contributo.

Em caso algum se deverá transigir face a dificuldades, cruzando os braços como se nada houvesse a fazer: é responsabilidade profissional da equipa técnica da A21L encontrar as soluções devidas.

Nunca será de mais lembrar que este esforço de fomentar o envolvimento dos cidadãos deve ter sequência, e terão que resultar em algo que estes entendam como útil. Pessoas frustradas com o desenrolar do processo irão considerar o seu empenho como uma perda de tempo e dificilmente voltarão, no curto prazo, a corresponder às solicitações. (Quental, 2005).

Assim, a mobilização da comunidade e a alteração de pequenos comportamentos devem ser os princípios que poderão nortear a estratégia de Sustentabilidade da A21L de Almeirim, esta pode ser assumida como uma estratégia que ambiciona gerar as dinâmicas necessárias a nível local de modo a produzir efeitos multiplicadores a longo prazo e em outras escalas de governação (Vasconcelos, 2008).

Há uma grande variedade de metodologias que podem ser seguidas para este efeito, onde a imaginação deve prevalecer: Assim, pode-se auscultar os desejos da população através de questionários, também a criação e divulgação dos Fóruns é crucial para a participação das comunidades locais. Para a sua divulgação, podem ser usados os meios de comunicação social local, através da criação de newsletter's, e-mails, pela distribuição de folhetos e a colocação de cartazes em pontos estratégicos, entre outros meios (Vasconcelos, 2008). Depois das sessões de participação é também importante dar visibilidade aos resultados e fomentar a continuidade do envolvimento da

comunidade no processo. O processo participativo também envolve entrevistas a actores locais chave e os cidadãos líderes de opinião.

Nunca será de mais lembrar que este esforço de fomentar o envolvimento dos cidadãos deve ter sequência, e terão que resultar em algo que estes entendam como útil. O pressuposto instituído é que as autoridades locais conseguem trabalhar com facilidade com o envolvimento dos cidadãos, dado que, com o nível de governação mais perto dos cidadãos, têm um papel fundamental na educação e mobilização destes.

Assim o compromisso político dos líderes locais é crucial para o processo. A autoridade local ao iniciar a A21L revela coragem e visão política porque está disposta a ouvir e a partilhar e indica uma mudança nas formas tradicionais de governação passando de uma democracia deliberativa para uma democracia participativa (Vasconcelos, 2003).

É com a participação de todos os cidadãos que se podem criar condições para a formação de um novo tipo de cidadão: activo, participante e crítico. É necessário também mobilizar os agentes para a reflexão e acção, tornando-os assim os agentes da mudança. No entanto, Murcott chama a atenção de que as práticas participativas não podem ser encaradas como procedimentos infalíveis, capazes de sempre proporcionar soluções adequadas para problemas de todos os tipos, pois também apresentam limites e estão sujeitas a deturpações (Murcott, 1997).

Assim, é com a soma dos resultados em todos os municípios, que se chega a um resultado global adequado amplo e diversificado, dado que as partes que compõem o todo, possuem abordagens diferenciadas. A comunidade local, no limite territorial de um município, vem a ser a porção adequada para a abordagem da problemática para se obter um desenvolvimento sustentável. Também é indispensável que se faça uma construção da identidade cultural do povo do concelho de Almeirim, que deverá estar contextualizada com a dinâmica da cultura local, bem como com o seu processo histórico, de modo a consolidar uma perspectiva harmoniosa e solidária no relacionamento entre as pessoas e destas com a natureza (Fidélis et al., 2009).

3.5 – Auscultação da População do Município de Almeirim

Porque o processo da implementação da Agenda 21 local deve partir de um processo participativo, pretendeu-se ouvir, quer a população do Município de Almeirim, quer os actores chave representativos das instituições, que fazem parte do tecido vivo local.

Como a participação dos cidadãos e das instituições nos processos de decisão, tornam a comunidade local mais forte, pretendemos saber o que pensavam os seus representantes. Para tal realizamos 12 entrevistas semi-estruturadas aos principais actores-chave, e realizamos 406 questionários junto da população.

Com a análise ao seu conteúdo, ficámos a conhecer a opinião das pessoas, antes da implementação da agenda 21 local, o que pode ser visto como um conceito, inovador.

É através da partilha da informação que se fomenta a transparência. Por um lado, os cidadãos sentem que foram ouvidos e que as suas ideias podem ser importantes, por outro, as autoridades locais aprendem com os cidadãos, com as instituições locais e cívicas, com as organizações empresariais e industriais, e adquirem a informação necessária para formular as melhores estratégias.

3.6 Principais dificuldades na implementação da Agenda 21 Local

De acordo com os compromissos de Aalborg, o tempo de implementação do processo entre o início do processo e o Plano de Acção, é de 24 meses, mas em Portugal a maioria dos processos sofre de atrasos no decorrer das fases. No estudo revisto, de (Macedo, et al., 2011) os autores referem uma média de 6 anos, para que sejam percorridas todas as fases da Agenda.

Assim e ainda segundo o mesmo estudo, ao ritmo a que está a ser imprimido na aplicação das Agendas Locais, prevê-se que só daqui a 43 anos é que todos os municípios terão as sua Agendas Locais (A21L em Portugal, 2011).

Também segundo o estudo revisto de Quental (2007) *Agenda 21 Local: Situação actual e propostas para a sua evolução*, as principais dificuldades na sua implementação são:

“Falta de noção de “agenda”; Clarificação sobre o papel da A21L e sobre a sua relação com instrumentos existentes; Envolvimento da Câmara Municipal; Trabalho em equipa com parceiros locais e com actividades visíveis; Ambição ao nível da participação e da transparência; Definição de prioridades de acção; Está ainda demasiado dependente da boa vontade política; Falta-lhe um enquadramento legal mais robusto; Carece de mecanismos estáveis para a sua concretização; Encontra-se por isso num estágio infantil de desenvolvimento; Ainda tem receio de se assumir.”

Sendo sobejamente conhecidas as debilidades do sistema de planeamento estratégico e de gestão do território em Portugal e a grave dependência económico-financeira das autoridades locais, tem sido um dos factores decisivos, na fraca evolução verificada em Portugal.

Em parte essas debilidades provêm da existência e sobreposição de demasiados instrumentos de planeamento, criando dificuldades de articulação e de implementação.

Uma das grandes barreiras que podem surgir, é a incapacidade do concelho, seja por questões financeiras ou técnicas, de conseguir modificar os seus métodos habituais de trabalho para a nova orientação estratégica baseada na sustentabilidade. Um projecto ideal de A21L obrigará a maioria das autarquias a proceder a uma alteração da sua postura para com o cidadão e a uma forte articulação interna entre os diversos departamentos.

Outro problema corrente é a associação excessiva entre A21L e vertente ambiental, relegando para um segundo plano as áreas social e económica. Estes obstáculos podem impedir que todo o potencial da A21L se desenvolva. As autarquias devem, por isso, estar conscientes das exigências que a sua concretização pode trazer.

Neste contexto, se desde o início, não houver um entendimento muito claro sobre o papel da A21L no quadro dos instrumentos em vigor, ela corre o risco de se traduzir apenas num plano adicional com implementação ainda mais duvidosa, mercê do seu carácter voluntário.

Também no momento da celebração de parcerias com entidades locais, já devem estar claramente definidas as responsabilidades e objectivos das mesmas, (será até mesmo preferível que haja já projectos iniciados).

Ainda segundo o estudo de Quental (2007) as soluções passam por:

“... Há que apostar no reforço dos mecanismos de participação pública; É necessário definir em concreto de que forma se efectiva a participação, para quê e com que resultados; A A21L pode ser especialmente importante ao nível dos ciclos de planeamento estratégico; Deve ter base legal e articular-se de forma bem definida com os demais instrumentos...”

Assim, embora o processo da A21L termine com a aprovação e concretização de um plano, esta deve ser valorizada enquanto processo e entendida como um aprofundamento da democracia, assim deve-se fomentar a transparência, criando mecanismos onde seja fácil ao cidadão comum, ter acesso à informação.

Sabe-se que no entanto, nem todos os processos da Agenda 21 local, chegam a implementar todos os planos de acção. Muitos destes processos permanecem guardados na gaveta à espera de melhores dias.

Isto acontece porque é relativamente fáceis conseguirem-se verbas para o desenvolvimento do projecto da A21L, mas depois existem dificuldades na manutenção das verbas para a sua aplicação.

Ainda há outro facto que pode pesar na balança, é as que as autarquias (os seus representantes eleitos) “têm que proteger” os seus objectivos eleitorais, e a implementação da A21L pode ser vista como um possível obstáculo, para se conseguir ganhar as próximas eleições.

Capítulo IV – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALMEIRIM

O Concelho de Almeirim é vizinho dos Concelhos de Santarém e Cartaxo, a Oeste; contacta com o Concelho de Alpiarça, a Norte, com o da Chamusca que o limita no quadrante leste, e ainda com Coruche, a Sul. Faz também fronteira com Salvaterra de Magos a Sudoeste.

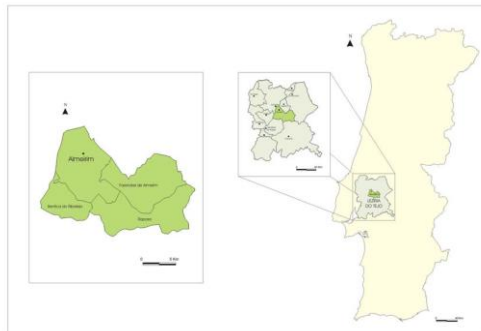


Figura 4.1: – Enquadramento do Concelho de Almeirim. Fonte: C. M. Almeirim

4.1 - Enquadramento Territorial

Enquadra-se na NUT II - Lezíria do Tejo, esta unidade territorial é composta pelas zonas limítrofes do rio Tejo pertencentes aos municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos, Santarém, Rio Maior e Coruche.

A área do Concelho de Almeirim tem 26,9 km² o que corresponde a cerca de 3,4 % do distrito. A sua altitude varia de poucos metros (junto ao rio Tejo) até cerca de 150 metros na serra de Almeirim. Insere-se no nível regional na baía do Tejo, tendo também influência as bacias da vala de Alpiarça e da Ribeira de Muge.

A vala do Alpiarça constitui a linha de água colectiva que recolhe as linhas de água temporárias que correm da serra de Almeirim aproximadamente perpendiculares ao Tejo. A Ribeira de Muge está separada do rio Tejo pela serra de Almeirim.

4.2 – Caracterização climática

A caracterização climática é indispensável quando se efectua estudos de planeamento. Os dados sobre o clima, são fundamentais para avaliar a disponibilidade energética e hídrica para a produção agrícola (Osório, 2009).

A caracterização climática do Concelho de Almeirim, é feita sobretudo com base nos resultados publicados para a região agrícola do Ribatejo e oeste e correspondentes aos elementos meteorológicos observados, na generalidade, durante 30 anos (1941/1970) (Reis e Gonçalves, 1981).

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

O Concelho de Almeirim pode ser considerado como de clima temperado, com moderada amplitude média da variação anual, e moderadamente chuvoso. Pode observar melhor essas características nos quadros 4.1 e 4.2 onde se fazem referência à precipitação média mensal e às temperaturas do ar (média, máxima e mínima).

Quadro 4.1 - Precipitação Média Mensal											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
110	80	90	57	45	23	5	5	35	65	100	83

Fonte: C.M.A. / Equipa Local de Extensão Rural – Zona Agrária da Chamusca – 2004

Quadro 4.2 - Temperatura Média do Ar e frequência das Temperaturas Mínima e Máxima (nº de dias)

1º SEMESTRE						
Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Temp. méd. máxima	14,5	15,7	18,4	21,0	24,0	28,0
Temp. méd. mínima	5,5	5,7	7,7	8,5	11,2	13,9
Temp média	10,0	10,7	13,0	14,8	17,6	21,0
Nº dias min. 0º C	1,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Nº dias min. 25º C	0,0	0,0	1,5	4,0	11,0	21,0
Nº dias min. 20º C	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2

2º SEMESTRE						
Meses	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Temp. méd. máxima	31,0	31,0	28,5	24,0	18,0	15,0
Temp. méd. mínima	15,5	15,5	14,5	12,5	9,0	6,0
Temp média	23,2	23,5	23,5	18,2	13,5	10,5
Nº dias min. 0º C	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
Nº dias min. 25º C	28,0	28,5	21,0	10,0	0,5	0,0
Nº dias min. 20º C	0,3	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: C.M.A./Equipa Local de Extensão Rural – Zona Agrária da Chamusca – 2004

A classificação de Thornthwaite, é um sistema de classificação climática. Segundo Thornthwaite, o clima de um local pode ser descrito por um conjunto de quatro parâmetros que se referem, respectivamente, ao índice hídrico (Ih), à evapotranspiração potencial no ano (EP), ao índice de aridez (Ia) ou ao índice de humidade (Iu) e à eficácia térmica no Verão (C). Com base nesses dados, são calculados vários índices. O índice de humidade total (MI) é usado para classificar o clima numa escala de humidade que vai do seco (MI entre -110 e -66) ao muito húmido (com MI superior a 100) (Thornthwaite, 1948). Ainda segundo esta classificação, Almeirim apresenta um clima tipo B2 (mesotérmico ou temperado), com nula ou pequena eficiência térmica no verão, sub-húmido seco, com grande “superavit” de água no inverno. Quando ocorre este excesso pluviométrico as temperaturas, por seu turno, não são as mais adequadas para a

produção vegetal. Pelo contrário, quando a temperatura é elevada, ocorre forte deficiência hídrica, que limita fortemente, a produção vegetal de algum tipo de culturas.

Da observação dos valores médios das temperaturas mensais constatamos que a temperatura média diária do ar é de 16,42 C. O número de dias do ano com temperatura máxima diária superior a 25 C é de 125 dias, com maior incidência nos meses de Junho a Setembro. Os meses mais quentes são Julho e Agosto com temperaturas máximas e médias de 31 e 15,59 C respectivamente. Dezembro e Janeiro são os meses mais frios, embora somente se registando 4 dias de temperaturas inferiores a 0 C. Os meses de maior precipitação coincidem com os meses mais frios: de Novembro a Março 80 a 110.

4.3 - Caracterização das formações geológicas e dos solos de Almeirim

No município de Almeirim os materiais predominantes são dos períodos Pliocénico nas áreas de Charneca, do Plistocénico que ocorrem primordialmente numa faixa desde Benfica do Ribatejo até Almeirim e na área envolvente da Serra de Almeirim, desde Fazendas de Almeirim até à Ribeira de Muge. Existem ainda áreas significativas, de forma descontínua ao longo da ribeira de Muge, particularmente na sua margem direita, e holocénico nas proximidades do Tejo nas regiões de Muge (vestígios do Paleolítico e do Mesolítico; os concheiros de Muge tiveram vida activa entre 7500 e 500 a. c.). No Concelho de Almeirim predominam claramente as superfícies planas de baixa altitude; estas são o resultado da acumulação sucessiva de materiais resultantes da confluência de cursos de água. À medida que nos afastamos do Rio Tejo e entramos nas áreas de Charneca surgem algumas formas de estrutura monoclinal e aclinal. Em diversas vertentes do território municipal verifica-se o escalonamento de vários terraços fluviais, testemunhando as variações climáticas da Era Quaternária. A zona denominada Ribatejo-Sul, é constituído, geologicamente, por duas formações distintas: o Miocénio (natural prolongamento da mancha dos bairros da margem direita do Tejo, constituindo uma vasta planície ondulada), que contém rochas calcárias brandas e aglomerados, fundamentalmente constituídos por materiais arenosos e o Pliocénico que é composto por uma planície arenosa.

4.4 – Geomorfologia

A zona mais próxima do Tejo, as terras miocénicas, são as mais propícias à agricultura (medianamente férteis), permitindo a cultura da oliveira, da vinha e dos cereais.

Quando nos afastamos da margem do rio ocorre um aumento sucessivo da cota dos terrenos, bem como os respectivos declives.

Para melhor se compreender a sua geomorfologia pode dizer-se que se consideram a existência de cinco tipos de unidades geomorfológicas: Na cota dos 15-20 metros corresponde ao primeiro degrau de depósitos de terraços e de certa forma faz confluência com as pequenas linhas de água que desembocam na vala de Alpiarça e corresponde à área de distribuição dos terrenos do período holocénico (aluviões do vale do Tejo). O 2º tipo corresponde à bacia hidrográfica da ribeira de Muge, com leitos e vales com pouco declive, estão incluídas nesta área os Paços Velhos, Paços Novos, Paço dos Negros e Gagos. Os solos são compostos por aluviões com areias superficiais. Predominam os terraços plistocénicos com pouco declive. A área da charneca abrange a maior área do Concelho. Está área pode ser dividida em duas unidades, a charneca com pouco declive e charneca declivosa.



Figuras 4.2 e 4.3: Fazendas de Almeirim.

Disponível em: <http://www.patrolaventura.com/forum/viewtopic.php?p=236639>

Charneca com pouco declive: esta área corresponde à área entre Benfica do Ribatejo, Almeirim, Convento da Serra e Fazendas de Almeirim. Abrange os terrenos com cota desde 8-15 metros até aos 50-75 metros. É atravessada por pequenas linhas de água, temporárias, e de leito definido que desembocam na vala de Alpiarça. São compostas por terrenos plistocénicos indiferenciados (aluviões) e terrenos plistocénicos em terraço. Na sua área de extensão os declives são fracos não ultrapassando os 5%.

Charneca declivosa: esta unidade corresponde a uma significativa área do Concelho, e tem cotas superiores a 50 metros sendo que nalguns casos e em áreas significativas a cota dos terrenos é superior a 100 metros. No caso da serra de Almeirim a sua altitude ultrapassa os 150 metros e constitui a linha de separação de água para a Ribeira de Muge e a Vala de Alpiarça. Aqui os declives são mais acentuados podendo ir com um declive de 20%. A geologia desta área corresponde ao complexo argiloso-gresoso de Fazendas de Almeirim conhecido como “grés e conglomerados da Serra de Almeirim”

Câmara Municipal de Almeirim (1990). Na charneca declivosa existe uma densa rede de pequenas linhas de água cuja origem é temporária resultante da existência de ravinas ou barrancos nos quais se localizam os declives mais elevados.

Os principais factores que afectam o escoamento superficial estão relacionados com o tipo de solo, para melhor se perceber a importância que os declives têm, na erosão do terreno, o quadro seguinte, (4.3) explica o risco de erosão conforme a classe do declive.

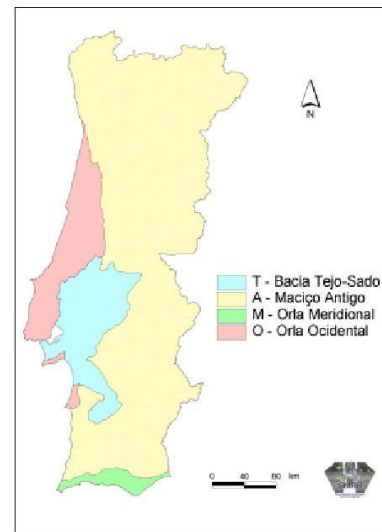
Quadro 4.3 – Análise da interferência do declive no risco de erosão.			
Classe de declive	Tipo de relevo	Tipo de escoamento	Definição de risco de erosão
0-5 %	Plano	Muito lento	Sem risco de erosão ou risco de erosão ligeiro
5-10 %	Suave	Médio	Risco de erosão moderado
10-15 %	Moderado	Rápido	Risco de erosão elevado
15-25 %	Acidentado	Muito rápido	Risco de erosão muito elevado
25-40 %	Muito acidentado	Muito rápido	Risco de erosão muito elevado

4.5 - Recursos Hídricos e Qualidade da Água

A distribuição dos recursos hídricos subterrâneos em Portugal continental está intimamente relacionada com as acções geológicas que moldaram o nosso território. Portugal Continental está dividido em 4 grandes unidades hidrogeológicas, conforme estão representadas na próxima figura (9): - o Maciço Antigo, a Orla Ocidental, a Orla Meridional e a Bacia do Tejo-Sado.

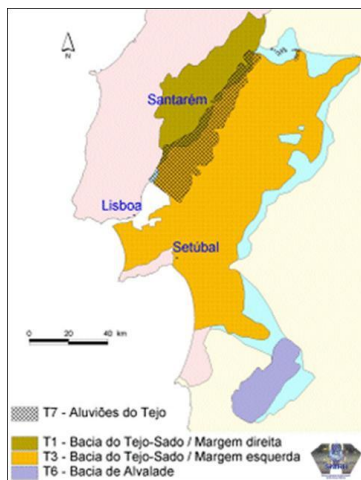
Figura 4.4: Mapa dos recursos hídricos de Portugal - Disponível em:

<http://snirh.pt/index.php?idMain=4&idItem=3&idSubtem=link4d>



Nessas unidades estão identificados 62 sistemas aquíferos de 3 tipos: poroso, fissurado e cársico, que condicionam o armazenamento e a transmissão da água subterrânea. O mais importante é o rio Tejo que nasce na Serra de Albarracín (Espanha) a cerca de 1600 m de altitude e apresenta um comprimento de 1100 km, dos quais 230 km em Portugal e 43 km de troço internacional.

Em Portugal, os principais afluentes são os rios Erges, Pônsul, Ocreza e Zêzere, na margem direita, e os rios Sever e Sorraia, na margem esquerda. Destes afluentes merecem



referência especial o Zêzere (4 980 km²) e o Sorraia (7 520 km²), que totalizam cerca de 50 % da área da bacia portuguesa. Como se pode observar, na figura 4.5, o Concelho de Almeirim encontra-se na zona da Bacia Terciária do Tejo-Sado, abreviadamente designada por Bacia do Tejo-Sado. A unidade hidrogeológica da bacia do Tejo-Sado corresponde a uma grande bacia sedimentar, preenchida por sedimentos terciários e quaternários.

Figura 4.5: Distribuição dos sistemas aquíferos na Bacia Tejo-Sado

Disponível em: <http://snirh.pt/index.php?idMain=4&idItem=3&idSubtem=link4d>

De acordo com estudos efectuados por Victor *et. al.* (1980) a espessura total dos depósitos cenozóicos da bacia pode atingir os 1400 m entre Benavente e Coruche. A bacia do Tejo-Sado pode considerar-se dividida em duas sub-unidades: A bacia terciária do baixo Tejo e a Bacia de Alvalade. A bacia Terciária do Baixo Tejo integra o maior sistema aquífero do território nacional sendo os seus recursos hídricos subterrâneos um importantíssimo factor de desenvolvimento, porque esses recursos asseguram um elevado número de abastecimentos urbanos, industriais e agrícolas, reflectindo-se numa economia que ultrapassa os 43% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional e os 53% do volume de negócios (INAG, 2010).

A Qualidade da Água - Segundo dados do INE em 2011, em termos globais e no período 2008-2009, cerca de 73% dos volumes de água tratada, que entraram nas redes de abastecimento, foram submetidas a tratamento por Estações de Tratamento de Água (ETA), enquanto os restantes 27% foram apenas sujeitos a tratamento em Posto de Cloragem (PC) (INE, 2011).

As águas superficiais consoante a sua qualidade, quando destinadas à produção de água para consumo humano, são classificadas nas categorias A1, A2 e A3, de acordo com as normas de qualidade fixadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto.

A cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e

desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção).

Segundo os dados do INE 2011 os volumes de água tratada pelos sistemas públicos urbanos e que constituem um nível intermédio do ciclo de abastecimento de água (são a captação, tratamento, distribuição). No quadro 4.4 exibem-se os dados sobre o tratamento efectuado nas águas para consumo humano. Também como se pode observar no mesmo quadro, o número de metros cúbicos de água tratada por ETA e por PC foi aumentando a cada ano. Ainda de acordo com a informação compilada em termos globais, os operadores de serviços de águas atingiram em 2010 um cumprimento quase pleno no que se refere à realização de análises obrigatórias, com um nível relativo de 99,6% de análises realizadas.

Quadro 4.4 - Água tratada por região e segundo o tipo de equipamento			
Água tratada por equipamento em 2007 Unidade: 10 ³ m ³			
	Total	ETA	PC
LVT	69 919	54 613	15 307
Água tratada por equipamento em 2008 Unidade: 10 ³ m ³			
	Total	ETA	PC
LVT	72 817	55 826	16 991
Água tratada por equipamento em 2009 Unidade: 10 ³ m ³			
	Total	ETA	PC
LVT	78 311	60 255	18 056
Fonte: INE – Estatísticas do Ambiente 2010/2011 Disponíveis em: http://pt.scribd.com/doc/78657390/Estatisticas-do-Ambiente-2010-INE-2011			

Como se pode analisar no Quadro 4.5, a qualidade da água de 2006 para 2007, sofreu variações de ordem negativa. É de assinalar o registo de mais uma estação (passou de 14 para 15).

Quadro 4.5 - Águas superficiais por regiões segundo a classe de qualidade											
2006						2007					
Estações da Região da Lezíria e Vale do Tejo											
Total	Por classe de qualidade					Total	Por classe de qualidade				
	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má		Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má
14	0	0	0	10	4	15	0	0	1	6	8
Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.											

No entanto a qualidade da água piorou: - a categoria má desceu de 10 para 6 mas as 4 estações que estavam em: má, passaram para → muito má, que cresceu para o dobro de 2006, passou de 4 para 8. Também, a categoria que em 2006, tinha 0 em razoável, em 2007 passou a ter 1 registo.

4.6 - Caracterização do Mapa de Ruído do Concelho de Almeirim

O mapa de ruído do Concelho de Almeirim faz parte de um estudo que a CM Almeirim encomendou em 2005 e que a pedido da mesma, em 2011 foi sujeito a uma actualização.

O estudo pretendeu actualizar as fontes de ruído produzidas no concelho. Após identificação das mesmas, foram consideradas como principais fontes de poluição sonora os seguintes locais: A13; cidade de Almeirim, Circular urbana, EM 1390, EM 577, EM 578, EM 589, EN 114, EN 118, EN 368, ER-A2, Estrada do moinho de vento, IC10, Largo General Guerra, Compal, Adega Cooperativa de Almeirim, Ventilador Madeiras, Adega Cooperativa de Benfica do Ribatejo.

No estudo são utilizados dois indicadores de ruído, o L_n que representa o ruído médio durante o período nocturno (das 23h às 7h) e o indicador L_{den} que representa uma média ponderada das 24 horas do dia.

Como nota final do relatório os autores consideram: “Que o mapa de ruído é uma ferramenta útil na gestão e controlo da poluição sonora. Sobre os dados encontrados, os autores referem existir um decréscimo dos níveis de ruído do indicador L_{den} para o L_n . De acordo com a legislação em vigor verifica-se que o indicador L_n é o mais problemático em termos de situações não regulamentares. Assim, em termos de extensão de área sob influência sonora as principais fontes de ruído do concelho são a EN 188, o IC 10, a EN114, e a A 13”

4.7 - Gestão e aproveitamento dos RSU

Reviu-se também um estudo do INE – Estatísticas do Ambiente 2010/2011 sobre a recolha de resíduos da Região da Lezíria e Vale do Tejo, nesse estudo pode observar-se que a recolha de resíduos teve um aumento constante desde 2006 até 2010, com excepção para o ano de 2006, em que a recolha de resíduos foi menor. Sabe-se que a gestão adequada de resíduos é um elemento fundamental para garantir eficiência de recursos e crescimento sustentável da economia. Desde 2005 que a Ecoléziria é responsável pela gestão dos resíduos sólidos urbanos e recolha selectiva do Sistema da RESIURB. Esta empresa assegura a recolha dos resíduos recicláveis e garante o seu

correcto encaminhamento para reciclagem. Também faz a recolha dos resíduos indiferenciados e garante o seu correcto encaminhamento e confinamento em aterro.

A Ecoléziria também faz o tratamento de águas lixiviadas, para tal, utiliza o processo de osmose inversa, este apresenta eficiências de 99% na remoção da CQO, CBO5, SST e SSV e uma remoção de azoto total e nitratos que pode atingir os 98 % e os 97%, respectivamente, e limites inferiores de 71% e 91%. A elevada qualidade do efluente tratado por osmose inversa deve-se a remoção dos compostos orgânicos refractários.

No aterro sanitário de Raposa, Os resíduos são depositados no aterro e são espalhados mecanicamente e compactados, de modo a diminuir o volume que vão ocupar. Os resíduos depositados são devidamente cobertos com terra, para evitar a libertação de maus cheiros, diminuir o risco de incêndios e evitar que os resíduos se espalhem. Conforme se pode observar no quadro seguinte, a evolução dos RSU depositados em aterro tem variado. Em relação ao ano de 2002 teve um valor de 62.971 toneladas, em 2003, desceu para as 63.375, em 2004 subiu para as 62.580, em 2005 desceu novamente e em 2006 alcançou o máximo histórico de 64.007, em 2007 voltou a descer para as 62.864, em 2008 subiu novamente para 63.719 o segundo melhor resultado. Em 2009 voltou a descer para as 62.666 e em 2010 voltou a subir para as 62.596 toneladas.

Também segundo dados da Ecoléziria no ano de 2011 os valores voltaram a descer, porque foram apenas depositados em aterro 61.071 toneladas de RSU que corresponde a um decréscimo de 2,41% em relação ao mesmo período do ano anterior. Também é interessante verificar que o valor atingido em 2011 é significativamente menor do que aquele alcançado em 2002. Reciclagem selectiva - Os ecopontos são conjuntos de contentores para recolha selectiva de papel e cartão, embalagens, vidro e pilhas. No processo de reciclagem de resíduos, os materiais recicláveis são recolhidos para serem transformados em novos produtos.

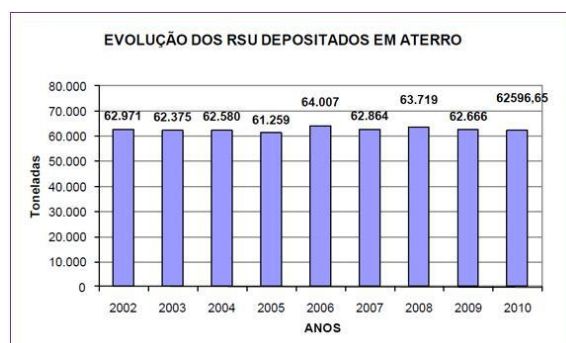
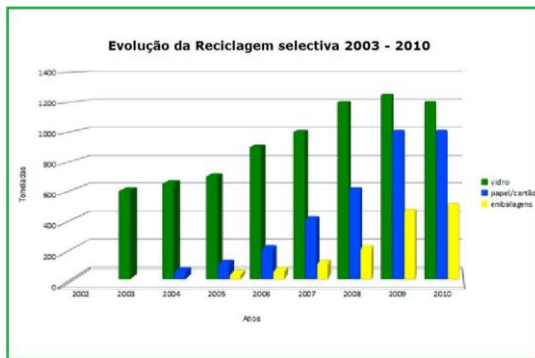


Figura 4.6: Evolução dos RSU depositados em aterro Disponível em: <http://www.ecoleziria.pt/ecoleziria.html>

Segundo dados da Ecoléziria de 2010, a reciclagem selectiva tem evoluído de uma forma positiva desde o ano de 2003. Como pode observar-se o gráfico seguinte, pode

avaliar-se a escalada positiva por toneladas arrecadadas, no ano de 2010 essa escalada



teve uma regressão e praticamente teve o mesmo valor do ano de 2008. Como também se pode avaliar, no primeiro ano apenas recolheram vidro, no ano de 2004, a papel/cartão também começou a ser recolhido, embora ainda a quantidade recolhida praticamente não tivesse

expressão.

Figura 4.7: Evolução da reciclagem selectiva 2003 - 2010 Disponível em: <http://www.ecoleziria.pt/ecoleziria.html>

É a partir de 2005 que se começa a recolher vidro, papel/cartão e embalagens. É de notar que o vidro tem sido o campeão absoluto das recolhas, no entanto o papel/cartão a partir de 2009 praticamente acompanha o vidro. A recolha de embalagens passou praticamente para o dobro a partir de 2009 e em 2010 subiu muito ligeiramente. A central de biogás instalada no aterro sanitário da Raposa faz o aproveitamento proveniente da decomposição de resíduos. O biogás é considerado um combustível gasoso que possui um conteúdo energético muito elevado, semelhante ao do gás natural. Trata-se de um gás inflamável, produzido por microrganismos através da decomposição da matéria orgânica presente nos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

O metano é o principal constituinte do biogás. É composto por hidrocarbonetos de cadeia curta e linear. Todo o biogás produzido no Aterro Sanitário da Raposa é encaminhado para o motor de 1MW de potência da Central de Valorização Energética (CVE) para transformação em energia eléctrica. A título de exemplo e como podemos observar nos números que se seguem e tendo ainda em conta que o Concelho de Almeirim possui 9.357 famílias (dados censos 2011), esta central permite satisfazer as necessidades de consumo de energia das famílias do Concelho de Almeirim em cerca de 30%. A sua produção é: Produção Anual Estimada de Energia Eléctrica -8.320.000 kWh; Consumo Anual Médio de Energia Eléctrica por família - 3.000 kWh; A Produção anual prevista será suficiente para satisfazer as necessidades de consumo de energia eléctrica de 2770 famílias.

4.8 - A qualidade do Ar da Região

Segundo dados do estudo publicado pelo INE no caderno Estatísticas do Ambiente 2010/2011 no âmbito da estratégia nacional para avaliação da qualidade do ar, foi criado um sistema nacional de informação implementado em todo o território nacional através de estações fixas localizadas maioritariamente nas grandes áreas urbanas e industriais. As estações de monitorização classificam-se de acordo com o tipo de ambiente (rural, suburbano e urbano) e o tipo de influência (fundo, tráfego e industrial). Segundo este índice, calculado em função do número de dias com leitura por ano, apresenta-se dividido em cinco classes de qualidade que vão de “muito bom” a “mau”.

Quadro nº 4.6- Índice de qualidade do Ar - na região da Lezíria e Vale do Tejo.						
Classe de Qualidade – 2006						
Zona	Nº total de Observ.	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
LVT	352	20	261	56	15	0
Classe de Qualidade 2007						
Zona	Nº total de Observ.	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
LTV	336	15	262	57	2	0
Classe de Qualidade 2008						
Zona	Nº total de Observ.	Muito Bom	Bom	Médio	Fraco	Mau
LVT	303	15	288	43	2	0
Fonte: INE – Estatísticas do Ambiente 2010/2011 Disponíveis em: http://pt.scribd.com/doc/78657390/Estatisticas-do-Ambiente-2010-INE-2011						

Como pode observar-se no quadro acima, constata-se que entre 2006 e 2008 predominou a classe “bom”, tendo-se verificado a partir de 2008 um decréscimo acentuado das classes de “médio”, “fraco” e “mau” (INE – Estatísticas do Ambiente 2010/2011). Neste estudo reviu-se apenas a região NUT em que Almeirim se insere, a Lezíria e Vale do Tejo. A estação a que respeitam os índices de qualidade do Ar está situada na Chamusca. As partículas inaláveis, partículas suficientemente pequenas para serem inaladas e que têm o potencial para causar efeitos nocivos na saúde, podem provir de fontes naturais (erupções vulcânicas, incêndios florestais, pólen, transporte atmosférico de partículas provenientes de regiões áridas) e antropogénicas (indústrias, pedreiras, transportes).

Relativamente às partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 µm, houve um decréscimo de cerca de 20% da concentração média anual deste poluente, no período de 2006 a 2010. Nos últimos três anos, o decréscimo de emissão de PM₁₀ foi menos acentuado, correspondendo a uma taxa média anual negativa de 2%. No quadro abaixo pode ver-se a concentração média anual de partículas em suspensão (PM₁₀) para cada uma das regiões de Portugal, em 2010.

Quadro N° 4.7- Concentração média anual de PM ₁₀ por NUTS II (NUTS - 2001), em 2010						
Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
26,4	23,6	25,9	26,2	17,4	6,7	24,6

Fonte: INE – Estatísticas do Ambiente 2010/2011
Disponíveis em: <http://pt.scribd.com/doc/78657390/Estatisticas-do-Ambiente-2010-INE-2011>

Constata-se que as populações das regiões do Norte (26,4 µg/m³), Lisboa e Vale do Tejo (25,9 µg/m³), e Alentejo (26,2 µg/m³), estiveram sujeitas anualmente a concentrações mais elevadas de PM₁₀. Pelo contrário, a Região Autónoma dos Açores registou a menor concentração deste poluente (6,7 µg/m³ (INE 2011).

4.9 - Acessibilidades e Mobilidade do Concelho de Almeirim

A mobilidade de uma região, pelas suas múltiplas implicações nos três domínios de referência em que se equaciona o conceito de desenvolvimento sustentável – social, ambiental e económico – surge, nos nossos dias, como uma questão premente e de significativa importância social. Integrando administrativamente o distrito de Santarém, e dotado de elevada centralidade no espaço regional, o Concelho de Almeirim



apresenta-se com elevadas potencialidades em termos de acessibilidade. Conforme se pode observar na figura 4.8, Almeirim é servida por um conjunto de auto-estradas que asseguram a ligação norte-sul e litoral-interior, tem proximidade com grandes mercados (designadamente Área Metropolitana de Lisboa – a 1 hora de distância, e da segunda maior cidade (Porto) a 2 horas, tem a fronteira espanhola (a cerca de 1 hora de distância).

Figura 4.8: Mapa das principais ligações a Almeirim:

Fonte: <http://viajar.clix.pt/mapa.php?d=16&lg=pt&w=>

O Concelho constitui assim, a nível logístico, um elemento fundamental na articulação entre o Norte e o Sul e o Litoral e o Interior. Sabe-se que é importante, associar o qualificativo sustentável ao substantivo mobilidade. Daí a importância que assume a divulgação de boas práticas neste domínio.

O Conselho Europeu dos Ministros de Transportes (CEMT), (2006) definiu o sistema de transporte sustentável como:

- ✓ O que permite responder às necessidades básicas de acesso e desenvolvimento de indivíduos, empresas e sociedades, com segurança e de forma compatível com a saúde humana e o meio ambiente, fomentando ainda a igualdade dentro de cada geração e entre gerações sucessivas;
- ✓ Resulta exequível, opera equitativamente e com eficácia, oferece uma escolha de modos de transporte e apoia uma economia competitiva, assim como um desenvolvimento regional equilibrado;

Limita as emissões e os resíduos ao nível da capacidade de absorção do planeta, usa as energias renováveis ao ritmo da sua geração e utiliza energias não renováveis às taxas de desenvolvimento dos seus substitutos por energias renováveis, ao mesmo tempo que minimiza o impacte sobre o uso do solo e a poluição sonora (IDAE, 2006). Numa forma mais avançada de sustentabilidade, a *Transportation Association of Canada* definiu um sistema de transportes sustentável como aquele que:

- Responde às necessidades de acesso da geração presente;
- Permite às futuras gerações satisfazer as suas próprias necessidades de acesso (as quais irão aumentar devido ao crescimento económico e ao aumento da população);
- É propulsionado por fontes de energia renováveis;
- Não polui o ar, o solo e a água, para além das capacidades de absorção / despoluição do planeta (nomeadamente CO₂);
- É tecnologicamente possível;
- É económica e financeiramente suportável;
- Suporta uma qualidade de vida desejável;
- Suporta local, nacional e globalmente os objectivos do desenvolvimento sustentável (Wadhwa, 2000).

Tendo em vista a mobilidade do concelho, em 2002 a CMA realizou um Estudo de viabilidade de estacionamento à superfície e subterrâneo, que resultou na criação de diversos parques de superfície e veio permitir a pedonalização parcial com reperfilamento de algumas vias e reafecção de certos espaços de estacionamento em vias, para outros usos. Em 2003 a CMA realizou um Estudo para a Criação de Transportes Urbanos. A primeira linha dos Transportes Urbanos de Almeirim (TUA) foi

inaugurada em 2004, foi introduzido o sistema de leitura de bilhetes através de cartão magnético. O autocarro tinha o piso rebaixado, com rampa para cadeiras de roda na porta de frente, tendo este sido o primeiro modelo deste tipo introduzido em Portugal em sistemas de transportes urbanos em cidades de pequena dimensão (CMA, 2005).

Em 2007, com a compra co-financiada de um segundo autocarro, foi lançada uma segunda linha dos TUA, para complementar o circuito inicial (Linha Vermelha). Posteriormente, foi inaugurado o prolongamento da Linha Azul até à Quinta da Alorna, nos dias úteis nas circulações das 07h30, 13h00 e 16h00. Em 2011 devido à recessão



económica a exploração das duas linhas foi avaliada e decidiu-se pela sua reorganização, passando a existir uma só linha, mas que incorpora em parte o percurso das 2 linhas, conforme pode ser avaliado na figura 4.9.

Figura 4.9: Mapa das linhas - vermelha e azul de 2007 e como ficou o traçado da linha única em 2011. Fonte C. M. A. (2011).

Actualmente o TUA tem cerca de 80.000 utentes/ano, está a funcionar com regularidade na cidade de Almeirim e tem como razão principal para a sua existência, a mobilidade e a redução de veículos automóveis dentro da malha urbana do centro cívico.

Tendo em conta os factores mencionados, reviu-se também um estudo efectuado em 2011, cujos autores foram a Docente: Prof^a. Raquel Santos e os Discentes: Tânia Prates (09), Rui Bexiga (014), Fernando Veríssimo (012), Mário Cláudio (011).

Esta equipa liderada pela professora Raquel Santos realizou no âmbito de uma disciplina curricular, uma sondagem aos TUA - Transportes Urbanos de Almeirim.

Com esta sondagem os autores pretenderam saber sobre o grau de satisfação da população quanto a este serviço e concluíram: “...A idade dos passageiros varia entre os 19 e os 79 anos, com uma média é de 56 anos e usada maioritariamente por uma população sénior, feminina. A Linha Vermelha é a mais utilizada, tendo uma utilização média de 4 vezes por semana. O tempo de espera entre viaturas é encarado como razoável, os lugares são suficientes e o autocarro é confortável. O preço pago é justo, concordando com o preço de 0,50€ para o valor da viagem...”

Na pesquisa por mais informação sobre mobilidade, encontrámos na internet um artigo do jornal regional o Mirante, publicado em 2012 onde se pode ler uma notícia sobre o futuro dos transportes públicos de Almeirim: “...“Sousa Gomes (presidente da Câmara de Almeirim) disse ao MIRANTE que já informou o vereador responsável pelos transportes, José Carlos

Silva, que ou este arranja um forma de os TUA serem rentáveis ou então tem que se acabar com o serviço. No estado em que se encontra o país e as câmaras “temos a obrigação de reduzir custos”, justifica o presidente da Câmara de Almeirim. Quando o projecto foi lançado, era na altura responsável por esta área o vereador Pedro Ribeiro (PS), o presidente dizia que o TUA iria criar um novo conceito de mobilidade em Almeirim...”

Segundo o conteúdo desta notícia, parece que o futuro do TUA está posto em causa, devido à recessão económica que o país atravessa.

Em termos de mobilidade e devido à sua configuração plana, o Município tem alguma tradição na utilização da bicicleta, tendo em vista que a prática dessa utilização fosse estimulada foram realizados três tipos de acções:

- Introdução de um sistema de bicicletas públicas gratuitas “Algira” (apenas se necessita de deixar um documento num dos 3 locais de empréstimo (Posto de Turismo, Zona Norte e Biblioteca) e pode-se usufruir de uma bicicleta por um período máximo de 2.30 h).
- Criação progressiva de infra-estruturas para as bicicletas, nomeadamente ciclo parques (actualmente 22) e vias de bicicletas/ciclovias;
- Disponibilização de bicicletas à população a preços competitivos (60 euros em 2008), através da campanha “Almeirim *on bike*”, que teve por objectivo aumentar o número de bicicletas em circulação na cidade e no Município (CMA, 2011).

4.10 – A História do Concelho

Através dos vestígios arqueológicos encontrados na Estação da Azeitada (Benfica do Ribatejo) e no Alto dos Cacos (Almeirim), sabe-se que a presença humana nesta região remonta ao Paleolítico Superior, sendo que existem também indícios das épocas do Bronze e do Ferro. Apesar de não se ter mantido constante o povoamento, o local não chegou a ficar em total despovoamento, dada a sua localização, próxima do Tejo (Rodrigues, 1982). São exemplos da presença humana no Concelho, o concheiro paleolítico do vale da Fonte da Moça, os marcos miliários recentemente identificados, pertencentes à via romana que ligava Lisboa a Mérida e ainda a vila romana de Azeitada, em Benfica do Ribatejo. O período do Ferro está bem marcado nesta região, como ficou provado pelos achados das estações arqueológicas locais.

A história de Almeirim começa quase sempre com a citação de que foi fundada por D. João I em 1411. D. João I era um aficionado caçador e decidiu criar em Almeirim uma Coutada Real, como espaço de produção de caça e logo decretou a sua marcação.

Como a viagem de Santarém a Almeirim obrigava a que se cavalgasse por várias horas, perdia-se muito tempo com a travessia do Tejo em barças, o Rei tomou a decisão de construir em Almeirim um lugar de pernoita e de trabalho. Nasceu assim o Paço de Almeirim. O Paço que havia sido edificado a mando de D. João I foi ampliado por D. Manuel I que aqui costumava passar o Inverno. À data, Almeirim era o ponto ideal para repouso, nas palavras de Júlio Castilho em Lisboa Antiga: “À fresca Almeirim afluía todo o que tinha moradia e assentamento e todo o que desejava ter: o cavaleiro ocioso recém-chegado da Índia, o tafal que buscava mulher nos estrados do Paço, todos os estalajadeiros, “mariposas do palácio”, enamorados dos encantos de Portugal” (Castilho, 1935).

4.11 - Património e Identidade Cultural

Como património arquitectónico de relevo existem: A Igreja matriz construída no século XVI, o Pórtico do Paço dos Negros - Do antigo Paço, construído no séc. XVI, apenas resta a magnífica portada que daria acesso ao pátio. Coroada por seis merlões caracteristicamente manuelinos. O arco, de geração, é coroado pelo escudo real e ladeado por duas rosetas, e as Fontes de S. Roque e do Largo dos Namorados. Também é de grande importância a estação arqueológica de Alto dos Cacos, como fonte de estudo, da romanização do Vale do Tejo.

Implantada numa antiga duna consolidada a norte da sede do concelho, sobre a margem esquerda do Paúl do Vale de Peixes e nas imediações da Vala de Alpiarça e do Rio Tejo, o local terá sido descoberto no início dos anos oitenta do século XX, no decorrer de trabalhos agrícolas.

Existem 4 Associações culturais para defender e divulgar o património do concelho: A Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, a Associação Cultural e Recreativa de Fazendas de Almeirim, a Associação Cultural e Recreativa de Paço dos Negros e a Gentes de Almeirim (CMA. 2011).

Uma das iniciativas da CMA para promover a cultura, foi fidelizar os cidadãos aos eventos culturais, para tal criou um cartão – O Bilhete de Identidade Cultural, o BIC.

Conforme se pode visualizar figura 4.10. Este cartão é pedido pelos munícipes interessados, aos balcões da Câmara M. Almeirim.



Figura 4.10: Cartão BIC e poster publicitário do mesmo - Fonte: Câmara Municipal de Almeirim 2005.

4.12 - Caracterização Socioeconómica do Concelho

Embora, segundo a OCDE, o espaço rural não seja já definido pela importância do sector agrícola. Com efeito, os critérios adoptados pela OCDE (1994) assentam, essencialmente na densidade populacional, e distinguem dois níveis:

Local – classificado como urbano ou rural, consoante a densidade populacional da comunidade local é maior ou menor que 150 habitantes por quilómetro quadrado.

Regional – quando as unidades geográficas são agrupadas em função da importância da sua população rural.

Neste último, a OCDE classifica, as NUT III em Predominantemente Urbanas, Significativamente Rurais e Predominantemente Rurais (MADRP, 2007).

4.12.1 - Estrutura Económica e Tecido Produtivo

Com a elevação de Almeirim a cidade, a 20 de Junho de 1991, a freguesia e sede de concelho teve um enorme impulso. As actividades económicas expandiram-se: desenvolveram-se as práticas agrícolas e a criação de gado. Na agricultura, destacam-se as culturas da vinha, do melão e dos laranjais. Também a regulação da Vala de Alpiarça permitiu novas terras para cultivo e facilitou a criação de gado. O perfil produtivo de Almeirim é caracterizado pela prevalência de actividades ligadas à agricultura, silvicultura e à indústria alimentar. A grande maioria do tecido empresarial da região está nas mãos da iniciativa privada, predominam as PME's e as micro-empresas de expressão familiar. Assim a estrutura dimensional do tecido empresarial do concelho (sob o ponto de vista da distribuição do emprego por escalões de dimensão dos

estabelecimentos) apresenta-se muito atomizada, demonstrando a prevalência de pequenos e muito pequenos estabelecimentos.

Segundo dados da Câmara Municipal de Almeirim em 2004, o tecido empresarial estava assim distribuído: As empresas de serviços, representavam 0,1%, o sector do comércio, hotelaria e restauração, representavam 39%, as empresas do sector primário tinham um peso de 23,5%, o sector secundário representava 24,1%. O concelho possui 30 estabelecimentos grossistas e 200 retalhistas e 25 estabelecimentos ligados às actividades hoteleiras. Segundo um trabalho publicado pelo Governo Civil do Distrito de Santarém em 2007 em que foram autores Renato Vieira Campos, Margarida Oliveira, e Maria José Campos que intitularam “Dinâmica Empresarial Concelhia do Distrito de Santarém”, a situação no concelho de Almeirim é a seguinte: O emprego no concelho acompanhou o crescimento das empresas, se bem que a partir de 2002, por via do decréscimo da dimensão média dos estabelecimentos, tenha vindo a decrescer, ainda que de forma sustentada (Campos *et. al.*, 2007). Entre 2000 e 2005, o número de empresas sobre a forma societária cresceu cerca de 36% no concelho de Almeirim. No final de 2005 existiam, neste município, 793 unidades empresariais contra as 586 que laboravam em 2000.

Quadro 4.8: Evolução do número de empresas e pessoal empregado.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº de Sociedades	586	659	649	731	752	793
Nº Pessoas	3.982	4.898	5.570	5.476	5.426	4.365
Dimensão Média (trab/soc.)	6,8	7,4	8,6	7,5	7,2	5,5

FONTE: INE; Anuários Estatísticos.

Com a excepção do intervalo entre 2001 e 2002, o processo de crescimento foi contínuo, especialmente nos três últimos anos, onde se constata um crescimento linear progressivo. Em termos de dinâmica por actividades sectoriais, o “comércio e hotelaria”, a “construção e obras públicas” e a “agro-pecuária” são responsáveis pela laboração de perto de 70% das sociedades do concelho (Campos *et. al.*, 2007).

Como se pode observar no quadro seguinte, (4.9) em comparação com o ano de 2000, todos os sectores de actividade viram crescer o número de unidades registando-se, todavia, as maiores dinâmicas na “construção e obras públicas” e no “comércio e hotelaria” muito particularmente na área da restauração.

Quadro 4.9: Evolução da dinâmica Empresarial.

Empresas por Sector	2000			2005		
	Nº de Soc.	Volume Empr.	Dimens Média	Nº de Soc.	Volume Empr.	Dimen Média
Agricult. Pecuária e Silvicult.	90	502	5,6	106	446	4,2
Indústria Transformadora	70	1.050	15,0	79	614	7,8
Constr. Civil Obras Públicas	68	901	13,3	119	1.151	9,7
Comércio e Hotelaria	242	1.120	4,6	316	1.538	4,9
Transportes e comunicações	23	80	3,5	41	129	3,1
Act.Fin. prest. Srv. Empresas	56	177	3,2	85	315	3,7
Serv. Comunitários e Sociais	36	108	3,0	50	...	-
(...) valor não publicado FONTE: INE; Anuários Estatísticos						

Quanto à dinâmica do emprego, apenas os sectores do “comércio e hotelaria”, “construção e obras públicas e ”prestação de serviços às empresas” viram aumentar o número de trabalhadores, ainda que mantivessem a mesma dimensão média (Campos *et. al.*, 2007).

Na dinâmica industrial do Concelho de Almeirim - A “indústria transformadora” foi a que, no período, mais postos de trabalho perdeu por via da redução da dimensão média das suas unidades, possivelmente devido a um processo de ganhos de produtividade. A actividade industrial do município de Almeirim registou, neste intervalo de seis anos, um acréscimo global líquido de apenas 9 unidades. Enquanto as “indústrias alimentares” e do “têxtil”, viram reduzido o seu parque empresarial, a “metalúrgica de base”, a “madeira e cortiça” e as “máquinas e equipamento” foram as principais responsáveis pelo acréscimo das unidades industriais no concelho. No próximo quadro (4.10) podemos observar que em matéria de volume de emprego, apesar de ter perdido apenas 2 unidades laborais, a indústria alimentar foi responsável pela perda de 326 postos de trabalho, reduzindo significativamente a sua dimensão de 39,7 para 20,8 trab/emp. Regista-se, no entanto, que a dimensão média das unidades diminuiu em todas as actividades industriais do concelho (Campos *et. al.*, 2007).

Quadro 4.10: Dinâmica empresarial por tipo de empresa - evolução 200-2005.

Tipo de Indústria	2000			2005			Variação 2000/2005		
	Nº Soc.	Vol. Emp..	Dim. Méd.	Nº Soc.	Vol. Emp.	Dim. Méd.	Nº Soc.	Vol. Emp	Dim. Méd...
Alimentar	15	596	39,7	13	270	20,8	- 2	- 326	- 19,0
Têxtil	7	103	14,7	2	...	-	- 5	-	-
Couro	1	...		1	...	-	0	-	-
Madeira e Cortiça	11	69	-	14	79	5,6	3	10	- 0,6
Pasta, Papel e Cartão	6	53	6,3	7	42	6,0	1	- 11	- 2,8
Prd Quím e Fibr Sintét ou artif.	2	...	8,8	2	...	-	0	-	-

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

Art Borracha e Matér. Plástica	-	1	...	-	-	-	-
Outr. Prod. Mine não Metálicos	10	70	-	11	41	3,7	1	- 29	- 3,3
Metalúrg base e Out Prd Metálic	6	29	7,0	13	46	3,5	7	17	- 1,3
Máquinas e Equipamento	4	73	4,8	7	83	11,9	3	10	- 6,4
Equip. Electrón e Óptica	3	...	18,3	3	13	4,3	0	-	-
Material de Transporte	2		-	3	9	3,0	1	-	-
Outras	2		-	1	-	-	- 1	-	-
(...) valor não publicado - FONTE: INE; Anuários Estatísticos.									

4.12.2 - Principais Forças Dinâmicas no Concelho

Nos últimos anos tem-se verificado uma evolução notável das empresas que actuam nos sectores, agro-alimentar e industrial, sendo inúmeros os casos de sucesso de impacto nacional e internacional.

Para melhorar as dinâmicas da região, foi criado o Cluster Agro-Industrial do Ribatejo (CAR), é uma associação sem fins lucrativos constituída por 36 associados, dos quais 30 são fundadores.

Este Cluster é constituído por empresas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), Instituições de Ensino Superior, Associações Empresariais e Entidades Públicas da região do Ribatejo que de alguma forma se relacionam com o sector agro-industrial. O CAR conseguiu envolver parceiros regionais das áreas mais diversas como sejam as empresas Compal, a Caima, a Avipronto, a Orivárzea, a Silvex e a Sugaldal, instituições como o Instituto Politécnico de Santarém - através da sua Escola Superior Agrária, a Escola Profissional de Coruche, a Câmara de Almeirim e a Nersant, entre outros parceiros. A missão do CAR passa por desenvolver o grau de colaboração e cooperação entre empresas e entidades relacionadas com o sector agro-industrial. Existe também uma associação empresarial que influencia todos os concelhos que pertencem ao distrito de Santarém, é a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém. Com o objectivo de agilizar a criação de empresas na região do Ribatejo e de incentivar o empreendedorismo e a inovação, a NERSANT lançou, já em 2012, o Sítio do Empreendedor, plataforma onde qualquer cidadão pode testar a viabilidade económica da sua ideia de negócio.

A incubadora de ideias permite a elaboração de um mini estudo de viabilidade de cada ideia de negócio, bastando para o efeito que o empreendedor submeta on-line os valores

previsão inerentes à concretização da mesma, no que diz respeito ao plano e financiamento do investimento, a previsão de vendas ou serviços prestados, encargos com fornecimentos e serviços externos e encargos com pessoal.

A Nersant e a Câmara Municipal de Almeirim estabeleceram uma parceria que visa a criação de um Centro de Competências para a Agro-Indústria e de uma Incubadora de Empresas. O centro de competências estará vocacionado para o desenvolvimento de estudos de implementação e de mercado, sobretudo no que diga respeito a fileiras tradicionais nomeadamente horto-frutícolas. Esta infra-estrutura estará também envolvida na implementação de metodologias de controlo da qualidade e rastreabilidade. A concepção deste projecto está a cargo do Instituto Superior de Agronomia.

O outro projecto incluído nesta parceria estabelecida pela Nersant e a Câmara Municipal de Almeirim é a construção de uma incubadora que funcionará como espaço de instalação de novas micro e pequenas empresas durante os primeiros anos de existência. As empresas que se venham a instalar neste espaço receberão apoio diverso que vai desde as infra-estruturas, até aos serviços básicos comuns, passando pelo apoio técnico e o acompanhamento da empresa.

O Sector Primário

No concelho de Almeirim existiam 2.339 explorações agrícolas ocupando uma superfície agro-florestal de 17.419 ha, subdividida em 10.907 ha de área agrícola e 6.512 ha de área florestal. Quanto à forma das explorações, metade é do tipo familiar, e só cerca de 6% possuíam trabalhadores com carácter de permanência. A utilização dos solos agrícolas era repartida em 29% por culturas temporárias e 71% por culturas permanentes. Quanto às principais culturas existentes no concelho, predominam as culturas temporárias (cerca de 40%), seguindo-se as culturas permanentes (com 30%).

A vinha ocupa 47%, os frutícolas e hortofrutícolas cerca de 15%, o milho 11 % e o tomate 4%. No que respeita à produção animal, existiam no concelho em 1989 cerca de 22.000 efectivos, sendo metade deste valor referente a suínos.

Na estrutura anual do VAB¹ agrícola do concelho o produto vegetal era responsável por 90%, a produção florestal por 6% e o sector animal por 4% (Campos et. al., 2007).

O Sector Secundário

No Sector secundário destacam-se as indústrias de construção e obras públicas, existem um número considerável de empresas relacionadas com a construção civil, que se subdividem em três áreas: “promoção imobiliária”, “actividades especializadas de construção” e “engenharia civil”. Esta última área tem particular expressão no que respeita à utilização de mão-de-obra.

A indústria extractiva não tem um significado económico expressivo, existem apenas algumas explorações de inertes nas zonas ribeirinhas.

Em 1995 no sector da construção existiam cerca de 8,5% do total de empresas registadas na Lezíria do Tejo. No entanto é no Concelho de Almeirim que se concentra a maior desta actividade e representa 14% do número de empresas e absorve 29% do emprego do sector. Também tem impacto a metalurgia, metalomecânica, material eléctrico e transportes, calçado, vestuário e têxteis, alimentação e bebidas, madeira.

O sector Agro – Alimentar representa um sector dominante no Distrito de Santarém e é considerado de extrema importância para a economia local. Assim a produção agrícola aliada à indústria da transformação de produtos alimentares, têm um peso importante na economia local, tem lugar de destaque a Compal e as Adegas Cooperativas.

O Sector Terciário

A maior parte da população encontra-se empregada no sector terciário relacionado com o comércio, bancos, e seguros, transportes e comunicações, administração pública e serviços, com especial destaque para a área da restauração que emprega directa e indirectamente centenas de pessoas.

Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efectivamente, acelerou-se o processo de terciarização, tendo no concelho de Almeirim aumentado o peso do sector de serviços. Esta mudança faz-se sobretudo à

¹ **Valor acrescentado bruto - (VAB)** é o resultado final da actividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes. Pode ser calculado de diversas formas: 1- Utilizando o Plano Oficial de Contas (POC) $VAB = + \text{Vendas (POC 71)} + \text{Prestações de serviços (POC 72)} + \text{Proveitos suplementares (POC 73)} + \text{Trabalhos para a própria empresa (POC 75)} - \text{Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (POC 61)} - \text{Fornecimentos e serviços externos (POC 62)} - \text{Outros custos e perdas operacionais (POC 65)}$

custa de transferências do sector agrícola para o sector terciário dado que o sector industrial se manteve quase inalterado.

Como se pode observar no quadro seguinte a população residente empregada por sector de actividade no concelho de Almeirim estava assim distribuída: 15,8% no sector primário, 29,5% no sector secundário e 54,7% no sector terciário. Actualmente o sector dos serviços ocupa já mais de metade da população activa. Embora com valores abaixo da média nacional teve um crescimento praticamente idêntico ao verificado na região da Lezíria do Tejo. O valor percentual dos activos no terciário de natureza económica é ainda dominante mas tal como nas outras cidades da região da Lezíria Tejo, o que se verificou foi essencialmente uma expansão do terciário de natureza social.

Quadro nº 4.11 - Actividade no Concelho por sectores			
Unidade Territorial	Sectores de Actividade		
	Primário	Secundário	Terciário
Almeirim	8,7	25,7	65,6
Benfica do Ribatejo	28,3	34,7	37,1
Fazendas de Almeirim	22,9	33,9	43,2
Raposa	19,1	30,2	50,7
Concelho de Almeirim	15,8	29,5	54,7
Lezíria do Tejo	10,0	31,8	58,2
Continente	4,8	35,5	59,7
Fonte: INE (Recenseamentos da População, 1991 e 2001)			

No entanto se analisarmos o peso do sector terciário por freguesias, podemos concluir que nem todas as freguesias do concelho se comportam da mesma maneira.

O peso do sector terciário é apenas mais evidente na freguesia mais urbana, já que nas restantes freguesias o peso dos activos na agricultura e na indústria supera a média regional e concelhia. As freguesias de Fazendas de Almeirim e Benfica do Ribatejo evidenciam deste modo uma diferente composição social da sede concelhia.

A freguesia de Almeirim parece atrair agregados familiares de maior capacidade económica ligados a um terciário mais qualificado e casais mais jovens; as outras duas freguesias atraem sobretudo famílias com menores rendimentos ou com maior necessidade de espaço de construção.

A freguesia da Raposa está em perda populacional e com reduzido número de activos pelo que dominam os reduzidos empregos pouco qualificados de alguns migrantes pendulares ou associados ao terciário social (dependentes da rede de apoio social).

Quanto ao tipo de empresas que estavam presentes no concelho de Almeirim, no ano de 2000 a sua distribuição por sector de actividade era a seguinte: Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura e Pesca – 823; Indústrias Transformadoras – 205; Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água – 1; Construção – 625; Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico – 1037; Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares) – 204; Transportes, Armazenagem e Comunicações – 52; Actividades Financeiras – 51; Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas - 141; Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória + Educação, Saúde e Acção Social, Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais, Famílias com Empregados Domésticos, Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais – 103 (INE, 2000).

4.12.3 - As principais empresas do concelho de Almeirim

Águas do Ribatejo

AR – Águas do Ribatejo E.M. S.A., é uma empresa municipal, constituída sob a forma de uma Sociedade Anónima. O seu capital é 100% público, e é detido pelos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas e intervém no âmbito dos Sistemas Intermunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento da Lezíria do Tejo e do Almonda com elevado sentido de responsabilidade na protecção do ambiente e consequente sustentabilidade ambiental. A empresa fez investimentos no valor de 19 milhões de euros, entre outros, podem referir-se a construção das novas Estações de Tratamento de Água de Almeirim e Benfica do Ribatejo, cuja conclusão está prevista para 2013.

A Compal

A Compal é uma empresa portuguesa do ramo alimentar, criada em 1952, que se localiza em Almeirim. Em 2008 a Compal funde-se com a Sumol e obteve um volume de negócios superior a 341 milhões de euros, dos quais 16% foram realizados em mercados internacionais. Ainda em 2008, obteve Certificação Ambiental que comprova a conformidade do sistema de Gestão Ambiental com o referencial da Norma NP EN ISO 14001, bem como a consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade mantendo a Certificação pela Norma NP EN ISO 900A.

Adega Cooperativa de Almeirim

A Adega Cooperativa de Almeirim foi fundada em 1958 e constitui-se hoje como a maior unidade do país, com uma produção média de 25 milhões de quilos de uvas. Na última década, realizou alguns projectos de modernização da sua estrutura produtiva, que a tornam hoje uma das mais bem equipadas adegas do país. A Adega dispõe de duas linhas de engarrafamento com capacidade para 6.000 garrafas por hora, sendo que uma delas está principalmente vocacionada para o engarrafamento em garrafas de 1 litro, ficando a outra linha para a produção de todos os produtos apresentados em garrafa de 0.75 lts. (gaseificados e lisos) e 0.375 lts., uma linha onde a intervenção humana é reduzida ao mínimo. Dispõe ainda de uma linha de acondicionamento em Bag in Box com a capacidade para produzir 400 unidades de 5 litros por hora, e uma linha de engarrafamento com capacidade de produzir 600 garrafões por hora.

Electrotejo

A Electrotejo – Instalações e montagens técnicas SA., tem mais de 30 anos de experiência. Actualmente tem 72 empregados, o volume de negócios em 2010 foi de 5.515.117 € o volume de crescimento foi negativo -37,1%, as suas exportações tiveram um volume de 8,8%. Para além de ser uma referência ao nível das instalações eléctricas, tem apostado nas energias renováveis, nomeadamente eólica e fotovoltaica, A sede está situada na Zona Industrial de Almeirim.

A Borrego Leonor e Irmão

A Borrego Leonor e Irmão SA., é uma empresa vocacionada para os adubos e artigos para a agricultura, tem 14 empregados, em 2010 o seu volume de negócios foi de 6.675.696 € e teve um crescimento negativo de -9,9%, as suas exportações tiveram um volume de 0,2%.

Ecolezíria

A Ecolezíria – Empresa Intermunicipal para o tratamento de Resíduos Sólidos, EIM iniciou a sua actividade em 2005, com o fim de gerir o Sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da RESIURB. Os Municípios que a constituem são: Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos. A empresa possui 2 estações de transferência e 4 Ecocentros localizados no Cartaxo, Coruche, Raposa e

Salvaterra de Magos, 1 estação de triagem, e 262 ecopontos. Faz também o tratamento de águas lixiviadas. No aterro sanitário da Raposa existe uma central de biogás que faz o aproveitamento, proveniente da decomposição de resíduos.

4.13 - A Rede Social em Almeirim

No âmbito do programa da Rede Social, (que foi criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97), a Câmara Municipal de Almeirim com e os parceiros que integram a Rede Social Concelhia criaram um Banco de Ajudas Técnicas. Este programa pretendeu dar resposta a indivíduos que por motivos de perda de autonomia física - temporária ou permanente - necessitam da utilização de ajudas.

Existe também o programa Arquimedes, que visa assim introduzir os mecanismos de garantia da qualidade no sistema de prestação de serviços sociais relativos às deficiências e incapacidades em Portugal. Existe também a CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Almeirim: É uma instituição oficial não judiciária, que actua a nível concelhio com autonomia funcional. O objectivo desta instituição é promover os direitos das crianças e jovens, prevenindo, e pondo termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento.

Também existe o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados - (P.C.A.A.C) que estudam e avaliam a situação sócio-económica dos agregados, de acordo com as orientações da Segurança Social, para selecção das famílias a serem abrangidas pelo Programa Alimentar. Existe também o Gabinete de Inserção Profissional do Município de Almeirim desenvolve as actividades com vista à inserção do indivíduo na comunidade, entre alguns apoios registam-se: disponibilização de informação profissional para jovens e adultos desempregados; Apoio à procura activa de emprego; Acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; Acompanhamento de alguns jovens em abandono/absentismo escolar encaminhados pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almeirim. Existem também algumas entidades que desenvolvem actividade social em Almeirim: A Santa Casa da Misericórdia de Almeirim (SCMA) - Fundada em 1948 é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Tem como objectivo primordial o bem-estar da comunidade onde se insere. As respostas sociais abrangem desde as crianças aos idosos, com vista a colmatar as carências sociais

mais evidentes. Dispõe das seguintes valências: Apoio Domiciliário; Centro ATL Conde Sobral; Centro de Dia Creche Conde Sobral; Creche N. Sra de Fátima; Jardim de Infância Conde Sobral e o Lar de S. José.

A ACRAS - Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social: Está em Almeirim desde 1950 com um Lar de Idosos com capacidade para 30 idosos. Dispõe uma directora técnica, assistência médica, enfermagem e assistente social.

A Associação Apoio Famílias Fazendas Almeirim: Dispõe dos seguintes equipamentos: Apoio Domiciliário, Centro de Dia.

A Associação Solidariedade Social Benfica Ribatejo: foi fundada em 1989, por um grupo de cidadãos da Freguesia. Actualmente tem 35 utentes em Centro de Dia, 35 em Apoio Domiciliário e 35 em Creche. Conta com a colaboração de 23 funcionárias. Em 1994 começou a funcionar com as respostas sociais CENTRO DE DIA e A.T.L. Em 1997 iniciou a resposta de Apoio Domiciliário e em 1999 a Creche.

Centro Paroquial Bem-estar Social Almeirim: Dispõe dos seguintes equipamentos: Amas de Creches Familiares; Apoio Domiciliário e Centro de Convívio.

Centro Recuperação Infantil Almeirim: Dispõe dos seguintes equipamentos: Centro de Actividades Ocupacionais e Lar Residencial.

Bombeiros de Almeirim - Em 1946, começaram as primeiras reuniões com vista à formação dos Bombeiros de Almeirim. O quartel da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, foi inaugurado em 3 de Junho de 1951.

Os bombeiros têm apostado na inovação e para tal tem adquirido novos equipamentos. No ano de 2012 fizeram investimentos em novas ambulâncias, dotadas de novas tecnologias, no valor de 40 mil euros. Este investimento contou com apoios do QREN, da Câmara Municipal de Almeirim e de fundos próprios da Associação Humanitária dos BVA.

Almeirim é sede de alguns serviços regionais como é o caso do Comando Distrital de Operações de Socorro da Protecção Civil, o ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde) da Lezíria II. A corporação de Almeirim é uma das corporações de bombeiros voluntários que funciona como - Equipa de Intervenção Permanente.

4.14 – Situação do Concelho de Almeirim face ao desemprego

Devido à crise económica que se vive não só no país mas também de um modo geral por toda a Europa, as condições e a capacidade de emprego em Portugal estarão muito longe de depender exclusivamente do poder municipal, tanto mais que não existe pujança económica por parte da maioria das Câmaras.

Para saber a situação do concelho face ao desemprego, reviu-se um estudo do INE de 2006. Conforme se pode observar na figura seguinte, o índice o desemprego no concelho, entre os anos de 2001 e 2006 apresentou sempre números inferiores à média nacional, cresceu um pouco a partir de 2003 e manteve-se ou menos estável e até 2005, em 2006 desceu ficando um pouco acima dos índices de 2001/2002. INE (2006).

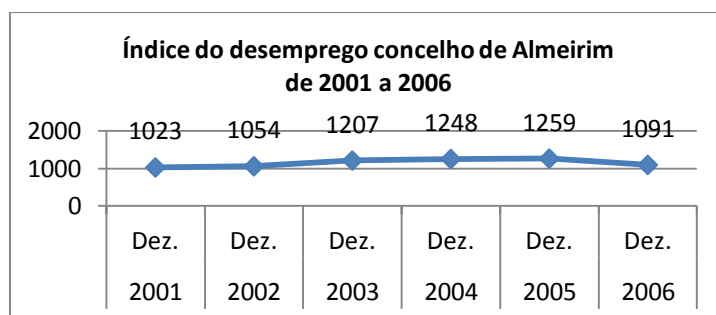


Figura 4.11: Índice de desemprego no concelho de Almeirim INE (2006)

Mais recentemente e segundo dados oficiais do INE relativos ao ano de 2010, as Estatísticas do Emprego – no 4º trimestre, a região Centro registou uma diminuição na população empregada (1,0%; 12,3 mil indivíduos) e um aumento na população desempregada (11,3%; 10,5 mil). A taxa de desemprego aumentou, de 6,9% em 2009, para 7,7%, em 2010 INE (2010). Ao nível do concelho de Almeirim, o índice de desemprego tem vindo a subir e segundo dados do IEFP a taxa de desemprego no concelho em Março de 2012 foi de 15%. Conforme se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 4.12 - Informativo da população activa, nº de desempregados e percentagem de taxa de desemprego Concelho de Almeirim.

	População activa em 2001	Desempr. inscritos IEFP em Março de 2012	Taxa de Desemprego em percentagem
Concelho Almeirim	10.733	1607	15,00%
Dados do IEFP (2012) consultados em: http://downloads.sol.pt/pdf/desemprego2012.pdf			

Assim, o comportamento cíclico da taxa de desemprego em Portugal tem sido semelhante ao observado globalmente na União Europeia (UE27) e na Euro-Área

(EA16). É também de assinalar, que a taxa de desemprego em Portugal, exhibe uma tendência ascendente desde 2001, a qual se tornou mais acentuada desde meados de 2008.

A tendência ascendente na taxa de desemprego da EU 27 e da EA 16 só é claramente ascendente neste segundo período. Esta circunstância levou a que a taxa de desemprego de Portugal, que durante muitos anos se situou abaixo das médias europeias, seja agora superior a qualquer uma delas.

Por exemplo, em Janeiro de 2000, a taxa de desemprego de Portugal era de 4,3%, enquanto as da EU 27 e da EA 16 eram de 8,9%. Em Dezembro de 2010, as três taxas eram de 10,9%, 9,6% e 10,0%, respectivamente. Assim, é bastante importante perceber que a situação do desemprego a manter-se ou piorar, irá gerar maior precariedade económica e mais desigualdades sociais.

Segundo dados de Janeiro de 2012 do Instituto de Emprego e Formação profissional - IEFP – Estatística por concelho a caracterização do desemprego no município era a seguinte:

Quadro Nº 4.13- Situação por sexo, tempo de inscrição e tipo de procura							
Situação Ano 2012	Sexo		Tempo de inscrição No Desemprego		Tipo de procura		Total
	Masc.	Femin.	<1 Ano	1 Ano ou +	1º Empr	Nov Empr.	
Desempregados	787	752	1 240	299	69	1470	1 539
Em %	51.13%	48.87%	80.58%	19.42%	4.48%	95.52%	100%

FONTE: IEFP; Estatísticas do concelho Janeiro 2012 Disponível em:
<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/ConcelhosEstatisticasMensais/Paginas/ConcelhosEstMensais2012.aspx>

Assim conforme se pode observar no quadro acima, os valores que chamam mais a atenção são os desempregados mais recentes, portanto com menos tempo de inscrição que representam 80.58% e que perderam recentemente o seu emprego e estão à procura de novo emprego 95.52%. No que diz respeito ao sexo, a perda do posto de trabalho não difere muito é um pouco maior nos homens 51.13% contra 48.87% nas mulheres. Portanto pode concluir-se que a perda do posto de trabalho no concelho se deve a actual conjuntura. Neste quadro pode observar-se que a perda do posto de trabalho teve um índice mais expressivo entre o grupo etário 35-54 anos só este grupo representa quase metade de todos os outros, 44.57%, o grupo etário 25-34 anos representa um pouco

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

mais de um quarto da população à procura de trabalho, seguido pela população mais velha com 16.96%. O grupo etário mais novo fica-se pelos 11.96%.

Quadro Nº 4.14 - Desempregados por grupos etários					
Situação	Grupo etário	Grupo etário	Grupo etário	Grupo etário	Total
No Ano 2012	< 25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 anos e +	
Desempregados	184	408	686	261	1539
Em %	11.96%	26.51%	44.57%	16.96%	100%

FONTE: IEFP; Estatísticas do concelho Janeiro 2012 Disponível em:
<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/ConcelhosEstatisticasMensais/Paginas/ConcelhosEstMensais2012.aspx>

É de salientar que a procura de trabalho por parte do grupo etário do 35 aos 54 anos e o do escalão mais velho, terão pela frente uma tarefa realmente difícil, porque normalmente o mercado de trabalho fecha as portas a indivíduos maiores de 35 anos.

Quadro Nº 4.15 - Desempregados por escolaridade							
Situação	Nível escolar	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Total
No Ano 2012	< 1º ciclo EB	escolar	escolar	escolar	escolar	escolar	
		1º ciclo EB	2º ciclo EB	3º ciclo EB	Secund	Super.	
Desempr	126	355	271	324	345	118	1 539
Em %	8.20%	23.08%	17.61%	21.05%	22.40%	7.66%	100%

FONTE: IEFP; Estatísticas do concelho Janeiro 2012 Disponível em:
<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/ConcelhosEstatisticasMensais/Paginas/ConcelhosEstMensais2012.aspx>

Neste quadro, pode analisar-se não há uma grande disparidade de desempregados em função da instrução, se por um lado o que tem menos instrução, tem um valor relativamente baixo 8.20%, também é verdade que os desempregados com um curso superior representam o número mais baixo, 7.66% dos que andam à procura de trabalho.

O valor mais alto de desempregados regista-se nos que tem apenas o 1º ciclo, seguido pelos que tem o 3º ciclo. Neste quadro talvez seja de salientar, que os que tem menor instrução sempre vão arrançando algum trabalho indiferenciado, e os que tem o nível superior, pelas suas habilitações, estão em melhores condições para enfrentar o desafio. Sabe-se que a pouca oferta de trabalho que existe é em profissões não qualificadas, como construção civil, limpezas etc., ou são ofertas de trabalho em que se exige um maior grau académico.

Quadro Nº 4.16 - Ofertas de trabalho recebidas e colocações efectivadas							
Situação No Ano 2012	Desempregados inscritos			Ofertas Receb.	Colocações		
	Homens	Mulheres	total	324	Homens	Mulheres	Total
Desemp.	133	120	253	5	1	4	5
Em %	52.57%	47.43%	100%	-	20%	80%	100%
FONTE: IEFPP; Estatísticas do concelho Janeiro 2012 Disponível em: http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/ConcelhosEstatisticasMensais/Paginas/ConcelhosEstMensais2012.aspx							

Neste quadro existem dois dados a ter e conta: - a ínfima de oferta de trabalho existente e que foram colocadas um maior número de mulheres num rácio de 4/1. Pode também observar-se que o número de homens inscritos é ligeiramente superior ao das mulheres 52.57% versus 47.43% mas quem conseguiu mais colocações foram as mulheres 80%. Com base na informação recolhida no portal do IEFPP pode sintetizar-se os resultados obtidos afirmando: A grande percentagem da perda dos postos de trabalho ocorreu há menos de 1 ano; A maioria dos que perderam o posto de trabalho tem mais de 35 anos ou mais; Se somarmos as duas faixas etárias mais velhas, perderam o emprego 64.53% dos indivíduos; Os indivíduos com o 1º, 2º, e 3º ciclo e até mesmo quem possui o ensino secundário, tem grandes dificuldades para arranjar emprego; Os que tem menos habilitações ainda conseguem arranjar algum trabalho indiferenciado; Os que tem curso superior, tem mais oportunidade de conseguir trabalho; As ofertas de emprego são praticamente inexistentes. Assim torna-se necessário criar mecanismos de cooperação e a promoção de políticas concorrentes para a resolução ou minoração do problema do desemprego.

4.15 - A Saúde no Concelho de Almeirim – Alguns dados

Existem poucos dados sobre o estado da saúde do concelho, no entanto sabe-se que o factor, cuidados de saúde é um assunto que preocupa os habitantes do concelho. Na área da saúde, a Câmara Municipal de Almeirim tem promovido debates informativos sobre alguns temas de saúde que interessam à população.

Em colaboração com a Universidade Sénior – USAL e Núcleo do Ribatejo da Alzheimer a CM de Almeirim deu apoio ao desenvolvimento de um projecto que as junta de freguesia de Benfica do Ribatejo, Raposa e Fazendas de Almeirim.

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

Fizemos uma pesquisa ao portal do governo na área da saúde sobre o concelho de Almeirim e verifica-se uma descrição simples sobre os serviços que estão à disposição dos utentes residentes.

Existem 5 extensões de saúde existentes no concelho de Almeirim são: Benfica do Ribatejo, Fazendas de Almeirim, Marianos, Paço dos Negros e Raposa. Nos centros de saúde existem consultas diárias de Medicina Geral e Familiar; Meios de diagnóstico: - Imagiologia (Raio-X convencional) e ECG de 2ª a 6ª Feira entre as 08:00- 20:00.

Existe também uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Almeirim que tem consultas específicas de: Diabetes, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Saúde Infantil. O hospital de referência é o Hospital de Santarém, EPE e a relação de habitantes do concelho Almeirim, por Unidade de Saúde é de 4260 utentes para 1 unidade. Existe também um centro de respostas integradas (CRI) do Ribatejo que inclui duas Equipas de Tratamento em Abrantes e Santarém. Os CRI são estruturas locais de cariz operativo e de administração, referenciados a um território definido e dispo de equipas técnicas especializadas para as diversas áreas de missão do IDT, I.P., englobando as unidades, recursos e estruturas do IDT, I.P., dedicadas ao tratamento, prevenção, reinserção e redução de danos do respectivo território.

Aos CRI compete executar as acções promovidas pela Delegação Regional e Serviços Centrais no que respeita à prevenção das toxicodependências e alcoolismo, bem como à prestação de cuidados integrados e globais a doentes toxicodependentes e doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool, seguindo as modalidades terapêuticas mais adequadas a cada situação, em regime de ambulatório, com vista ao tratamento, redução de danos e reinserção desses doentes.

Sabe-se que a morosidade na obtenção de consultas e a falta de recursos humanos em cuidados de saúde são questões estruturais de grande amplitude e que se reflectem na vivência da comunidade. Também a existência de uma lista de espera para médicos de família, tem mais uma vez, a ver com a escassez de recursos humanos.

Quadro Nº 4.17- Explicativo sobre o funcionamento do CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS (CRI) DO RIBATEJO	
Actividade: segundo Despacho Normativo n.º 51/2008 de 1 de Outubro, artigo 6.º	Âmbito Territorial (Despacho Normativo n.º 51/2008 de 1 de Outubro)
Reinserção Social e Laboral	Concelhos abrangidos: Abrantes / Alcanena / Almeirim / Alpiarça /
Educação e Prevenção na Área da Toxicodependência	Azambuja / Benavente / Cartaxo / Chamusca / Constância / Coruche

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

Redução de Riscos e Minimização de Danos em Toxicodependentes	/ Entroncamento / Ferreira do Zêzere / Golegã / Ourém / Rio Maior / Salvaterra de Magos / Santarém / Sardoal / Tomar / Torres Novas / Vila Nova da Barquinha
Local das consultas Santarém/Abrantes - Nota: Na maior parte dos casos, estas actividades são desenvolvidas por Profissionais partilhados com a área do Tratamento (i.e., nas ET)	

Segundo os dados recolhidos junto da autarquia, só nas freguesias de Benfica do Ribatejo e da Raposa, é que os utentes têm médico de família designado. Na freguesia de Almeirim 2.925 utentes não tem médico de família e em Fazendas de Almeirim o número é de 1.468. A confirmar a situação difícil no sector da saúde, os membros da Assembleia Municipal de Almeirim, exigiram a manutenção das extensões de saúde nas freguesias, isto é, de uma rede de serviços de saúde humanizada e de proximidade, dotada das valências que correspondam às características das populações que se pretendem servir.

Apresentaram em Dezembro de 2011 uma moção contra as políticas aplicadas pelo Governo na área da Saúde, mostrando preocupação com a situação no ACES Lezíria II, onde a falta de médicos é preocupante, assim como a possibilidade de fecho de diversas extensões no sul do distrito de Santarém, e no concelho de Almeirim. A moção foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de Almeirim de Dezembro de 2011, com os votos favoráveis da CDU, PS e Mica e a abstenção do PSD (Acta da CMA, 2011).

Pensando na importância efectiva de todos os utentes terem o seu médico de família designado, reviu-se um estudo de 2010, dos autores Daniel Pinto, Susana Corte-Real e José Mendes Nunes publicado na Revista Portuguesa de Clínica Geral, para determinar qual o número de consultas necessário durante um ano, para um médico de família acompanhar devidamente os seus pacientes.

O estudo foi baseado na lista de utentes de um médico de família (1587 utentes). Os autores consideram: a vigilância de crianças e jovens, grávidas, diabéticos e hipertensos e os rastreios dos cancros da mama, do colo do útero e colo-rectal, da hipertensão arterial, da dislipidémia e da obesidade (Pinto et al 2010).

Quanto aos resultados obtidos pelos autores, os mesmos verificaram que seriam necessárias 2848,5 consultas para levar a cabo as actividades preventivas e de vigilância estudadas se estas fossem realizadas em separado. Considerando a possibilidade de efectuar múltiplas actividades na mesma consulta, seriam necessárias 2008,9 consultas

por ano, que corresponde a praticamente metade, (50,6%) do total realizado no ano anterior.

Assim, os autores concluíram que a realização das actividades preventivas e o cumprimento de indicadores de desempenho exigem um dispêndio considerável de tempo. E que antes de serem atribuídas mais tarefas aos médicos de família, será necessário estudar o impacto de cada uma em termos recursos a despender para a sua execução (Pinto et al 2010).

Com base neste panorama, provavelmente a situação ainda será mais alarmante, porque não é só o facto de “ter” um médico de família que irá melhorar a saúde, é ter um médico de família, que disponha de tempo real, para desenvolver um bom trabalho de acompanhamento junto do seu paciente.

4.16 - O Deporto como veículo promotor da saúde e do bem-estar

A Câmara Municipal de Almeirim tem alguns programas/projectos que incentivam os munícipes a ficarem mais activos, como as “Caminhadas em Almeirim” com a produção de cartazes apelativos, onde se dão indicações sobre os benefícios das caminhadas e sugestões sobre os melhores percursos conforme se pode visualizar na figura seguinte.



Opte por um estilo de vida mais saudável!

Figura 4.12: Parte de um cartaz que convida às caminhadas Fonte: Câmara Municipal de Almeirim disponível em: <http://www.cm-almeirim.pt/actividade-municipal/desporto/item/316-caminhadas-em-almeirim>

Consultamos também o site da Câmara Municipal de Almeirim que assinala quais os equipamentos que o município tem à sua disposição para a prática do desporto e que aqui assinalamos nos quadros seguintes. Conforme se pode observar no quadro seguinte, Relativamente ao parque de equipamentos desportivos, as freguesias do concelho dispõem:

Quadro 4.18 - Equipamentos desportivos no Concelho de Almeirim -2	
BENFICA DO RIBATEJO - Pavilhão gimnodesportivo de B. Ribatejo Campo de futebol de Benfica do Ribatejo; Ringue	RAPOSA - Campo futeb. Assoc. Desp. Raposense; Ringue

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

Polidesportivo escola 1º ciclo Benfica; Ringue Polidesportivo de Cortiçóis Ringue Polidesportivo de Foros de Benfica	Polidesportivo da Escola do E. Básico de Raposa
FAZENDAS DE ALMEIRIM - Complexo Desportivo (da A.D. Fazendense) Prof. Sousa Gomes; Pavilhão desportivo da Escola 2-3 – Fazendas de Almeirim; Campo de futebol de Paço dos Negros; Ringue Polidesportivo de Paço dos Negros; Pista de Motocross – Marianos; Campo de Futebol de Marianos e Murta	

Assim podemos observar que o Município de Almeirim tem vindo a dotar o concelho de mais e melhores espaços desportivos capazes de responder aos interesses e expectativas dos munícipes, direccionando-os para um estilo de vida mais activo e saudável, através da prática de actividade física e desportiva formal e de lazer.

Quadro 4.19- Equipamentos desportivos no Concelho de Almeirim - Freguesia – ALMEIRIM

Estádio Municipal de Almeirim; Estádio D. Manuel de Melo; Complexo Municipal de Piscinas de Almeirim; Campos Street Basket; Mini Campo de Futebol UEFA; Circuito de Manutenção; Parque Urbano da Zona Norte: Campos de ténis; Campos de pelanca; Skate parquet; Mini golf; Street basket; Pista de Automodelismo (T.T. e asfalto); Pavilhão desportivo Alfredo B Calado; Parque bio-saudável Sénior – Modelo (parque urbano zona norte); Parque desportivo Alfredo Bento Calado: Pista de atletismo (c/saltos e lançamentos); Ringue Polidesportivo, campo de futebol 7; Pavilhão desportivo na escola secundária Marquesa de Alorna; Ringue polidesportivo na escola secundária Marquesa de Alorna; Pavilhão Gimnodesportivo da escola EB 2-3 – Febo Moniz; Ginásio da Assoc. dos Bombeiros Voluntários de Almeirim; Ginásio Particulares (Musculação, cardiofitness, Step, ginástica...) Campo de Squash; Kartódromo (EM 578 – Almeirim - Fazendas); Ringue Polidesportivo da Urb. Do Casal do Leite – Tapada; Campo de futebol da Tapada.

4.17- Educação e ensino

A distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino no município de Almeirim faz realçar a importância da cidade, uma vez que é aí que são ministrados todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao secundário, passando pelos três níveis do ensino básico. Para saber números mais actualizados sobre o estado da educação consultamos a base de dados PORDATA e obtivemos o seguinte resultado.

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

Quadro N° 4.20 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino

Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-08-29

Territórios	Total		Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Almeirim	4052	4168	646 25.9%	642 15.5%	1088 26.8%	1037 24.8%	499 12.3%	738 17,7%	962 23.7%	902 21.6%
OBS: As percentagens apresentadas estão relacionadas com o número total de alunos inscritos por cada ano										

Neste quadro pode observar-se que apesar de haver um ligeiro aumento de alunos de 2009 para 2010, que passou de 4052 para 4168, mais 116 alunos no total, as diferenças entre os anos de 2009 e 2010 são quase insignificantes exceptuando os dados referentes ao Ensino Básico 2º ciclo que de 2009 para 2010 registou uma subida interessante - passou de 499 para 738, ora se apenas tivermos como base apenas o universo do Ensino básico – 2º ciclo, representa um aumento de 67.6% de alunos.

Quadro N° 4.21 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino - Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-08-29

Territórios	Ensino Secundário		CET - Curso de Especialização Tecnológica	
	2009	2010	2009	2010
Almeirim	857	849	Não Aplicável	Não Aplicável

Neste quadro apenas estão quantificados os alunos do ensino secundário porque não existe no concelho de Almeirim o ensino CET. Quanto aos dados apresentados verifica-se que houve uma perda de 8 alunos do secundário. A oferta de ensino no concelho de Almeirim, abarca os seguintes níveis:

- ✓ Pré-escolar: abrange as crianças dos 3 anos de idade até ao primeiro ano de ingresso no ensino básico
- ✓ (1º Ciclo do Ensino Básico: engloba quatro anos de escolaridade
- ✓ 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico: englobam cinco anos de escolaridade
- ✓ Ensino Secundário: os, 10º, 11º e 12º anos de escolaridade de frequência facultativa.

A vila das Fazendas de Almeirim apresenta também uma importância relevante, uma vez que constitui o único centro (além da sede de concelho) onde os 2º e 3º ciclos do ensino básico são ministrados (CEDRU, 2010). Todos os estabelecimentos disponibilizam o serviço de almoço.

4.18 - Análise Demográfica do Concelho

Em Portugal, a situação demográfica é idêntica à de outros países europeus, incluindo os do sul da Europa, caracterizada pela estabilização da população total e pelo seu rápido envelhecimento. Segundo as projecções do INE, prevê-se que em 2060 residirão em Portugal 271 idosos por cada 100 jovens, mais do dobro projectado para 2009. A perspectiva de envelhecimento populacional com efeitos negativos no crescimento futuro da economia portuguesa, é um cenário que não pode ser ignorado, exigindo, entre outras, o repensar de políticas de natalidade e de imigração. Assim as linhas gerais do povoamento apontam para a concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica. Para quantificar os dados demográficos do concelho de Almeirim procedeu-se à recolha estatística no INE - Censos e Anuário Estatístico das variáveis necessárias. Segundo dados de INE Almeirim é um concelho que regista um bom crescimento demográfico, se analisarmos o crescimento entre 1970 e 2001 teve um crescimento de +14,21. Se analisarmos o crescimento entre 1970 e 2008 podemos ver que obteve um maior crescimento +19,3 (quadro 4.22).

Quadro 4.22 - Evolução da população em Almeirim entre 1970 e 2008.

1970	1981	1991	2001	2008	1970 / 2001		1970/ 2008	
					+ -	%	+ -	%
19.225	21.154	21.380	21.957	22.937	+ 2.732	+ 14,21	+3.712	+ 19,3

Fonte: INE - Censos e Anuário Estatístico

Se analisarmos o crescimento demográfico, em relação ao distrito de Santarém, o concelho de Almeirim em conjunto com mais 8 municípios, tiveram taxas de crescimento demográfico acima da média distrital. Também conforme se pode ver, o Concelho Almeirim apresenta um índice de crescimento, maior que a média do Distrito de Santarém + 4,5, contra + 2,5 que é a média de todos os concelhos do Distrito (Quadro 7).

Quadro 4.23 - Relação evolução da pop. Distrito e o Concelho - Evolução da pop. 2001 e 2008.

	2001	2008	2008	
			+ -	%
Dist. Santarém	454.527	465.867	+11.340	+2,5
Almeirim	21.957	22.937	+980	+4,5

Fonte: INE - Censos e Anuário Estatístico

As maiores Taxas de Natalidade dos concelhos do Distrito, ocorrem habitualmente em Benavente, Almeirim, Entroncamento, tendo nestes, apenas Almeirim ultrapassado o valor de 2001, como se pode observar no Quadro seguinte.

Quadro 4.24 - Comportamentos Demográficos recentes						
	Taxa Bruta de Natalidade		Taxa Bruta de Mortalidade		Taxa de Fecundidade (a)	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Dist. Santarém	9,6	8,6	12,7	11,8	20,5	18,5
Almeirim	11,3	12,6	11,5	11,3	47,2	55,4

INE; Anuários Estatísticos, Estatísticas Demográficas e População projectada
(a) Nº de nados-vivos por 1000 mulheres em idade fértil (15 aos 49 anos)

Tendo como base de trabalho, os valores e a metodologia de análise do trabalho publicado recentemente pelo INE – “Projeções da População Residente em Portugal, 2008 – 2060”, projectamos a forma como o concelho poderá evoluir em termos de população até 2030. INE – (2009). Assim, para se compreender melhor os dados do quadro seguinte, importa esclarecer alguns conceitos:

Taxa de Urbanização – É o quociente entre a população urbana residente na unidade territorial em relação à população total residente na unidade territorial, durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, expressa em percentagem.

Taxa de Atracção Total – É a relação entre a população residente que 5 anos antes residia noutra unidade territorial ou noutro país e a população residente na unidade territorial, expressa em percentagem.

Taxa de Repulsão Interna – É a relação entre a população residente que 5 anos antes residia na unidade territorial e já não reside e a população residente na unidade territorial, expressa em percentagem.

Quadro 4.25- Dados do Concelho de Almeirim.

DADOS DEMOGRÁFICOS	Concelho de Almeirim	Distrito de Santarém
Área (km ²)	222,1	6.718,3
Nº Freguesias	4	193
População Residente (2008) *	22.937	465.867
Densidade Populacional (hab./ km ²)	103,3	69,3
Homens (2008)	11.023	225.953
Mulheres (2008)	11.914	239.914
% de Homens na População total (2008)	48,1	48,5
Taxa de Urbanização (%) (2001)	52,9	43,0
Taxa de Atracção Total (%) (2001)	6,6	7,9
Taxa de Repulsão Interna (%) (2001)	3,8	23,8

* Os dados relativos ao ano de 2008 são uma estimativa INE (2009)

Assim, podemos observar que a Taxa de Urbanização no concelho 48,1%, é superior aos valores do distrito de Santarém 48,5%, embora a Taxa de Atracção Total 6,6% seja mais baixa que os valores do Distrito 7,9%.

Se observarmos a Taxa de Repulsão Interna ela é expressivamente menor em Almeirim 3,8%, o que pode representar que as pessoas gostam de morar neste concelho. Assim,

para se perceber melhor perceber o próximo quadro, explicamos a seguir, quais são os conceitos de taxa bruta de natalidade, mortalidade, fecundidade e potencialidade.

Taxa Bruta de Natalidade – É o número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 habitantes).

Taxa Bruta de Mortalidade – É o número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de Fecundidade Geral – É o número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil).

Índice de Potencialidade Feminina – É a relação entre as duas metades da população feminina teoricamente mais fecundas, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 34 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 35 e os 49 anos.

Quadro 4.26 - Movimentação da População INE (2009).

	2001	2008
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,3	12,6
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	11,5	11,3
Taxa de Fecundidade Geral (‰)	47,2	55,4
Índice de Potencialidade Feminina (%)	105,6	92,5

Quanto aos dados do Quadro 4.26 podemos observar que a taxa bruta de natalidade cresceu de 2001 para 2008. Enquanto em 2001 os valores eram 11,3% já em 2008 passaram para 12,6% assim também é compreensível que a Taxa de Fecundidade Geral passasse de 47,2% em 2001 para os 55,4%, em 2008. Estes valores podem explicar-se por haver mais e melhores cuidados peri-natais, e também durante o espaço que medeia os 7 anos entre estudos do INE, as mulheres mais jovens terem chegado à idade de procriarem.

Já Índice de Potencialidade Feminina baixou, o que pode ficar-se a dever ao segundo rácio que compõe este índice (mulheres com idade entre os 35 e os 49 anos), a diferença temporal de 7 anos, coloca as mulheres mais novas (35 anos) já com 42 anos, idade em que apenas algumas mulheres pensam em ter o segundo ou terceiro filho, o que dada a evolução da crise económica veio retrair a decisão de algumas famílias terem mais do que 1 filho. Assim, para se perceber melhor perceber o próximo quadro, explicamos a seguir, quais são os conceitos que lhe dizem respeito.

Taxa de Crescimento Efectivo – É a variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

Taxa de Crescimento Migratório – É o saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

Taxa de Crescimento Natural – É o saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

Taxa Bruta de Divórcio – É o número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 habitantes).

Taxa de Nupcialidade – É o número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 habitantes).

Quadro 4.27 - Movimentação da População INE (2009)		
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	+ 0,70	+ 0,49
Taxa de Crescimento Natural (%)	- 0,02	+ 0,14
Taxa de Crescimento Migratório (%)	+ 0,72	+ 0,35
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,5	3,4
Taxa Bruta de Divórcio (‰)	2,4	1,4

Quanto aos valores da taxa de crescimento efetivo e taxa de crescimento natural, tiveram evoluções positivas, o que pode revelar que as pessoas gostam de morar no concelho, quanto à Taxa de Crescimento Migratório ela também foi positiva, o que significa que há mais pessoas a fixarem-se no concelho.

Quanto às taxa bruta de nupcialidade e taxa bruta de divórcio, os valores baixaram, o que se poderá também explicar pela crise económica. Em relação à taxa bruta de nupcialidade, em 2001 era de 5,5% contra 3,4% em 2008 poderá explicar-se, porque existe maior dificuldade nos jovens em sair de casa dos pais, para casar (despesas de aquisição ou alugar de casa etc.) também há mais dificuldade em ter um trabalho estável, porque há aumento de precariedade no trabalho, mais desemprego, etc.

Quanto à taxa Bruta de Divórcio 2,4% em 2001 contra 1,4% em 2008 também se poderá explicar com a crise económica, as pessoas pensam duas vezes, em pôr fim a uma relação, como há mais precariedade no emprego e maior dificuldade em adquirir habitação, os casais vão mantendo como podem as relações.

Capítulo V – METODOLOGIA

O presente trabalho é constituído essencialmente por cinco etapas: a primeira corresponde a uma revisão bibliográfica e constitui o enquadramento teórico e conceptual. Na segunda etapa definiram-se os objectivos do trabalho. Procedeu-se à recolha de dados quantitativos e qualitativos que constam de documentos, estudos de caracterização de projectos, de instituições e serviços, fez-se um enquadramento ao nível dos conceitos-chave a ser desenvolvidos. Na terceira etapa procedeu-se caracterização do Concelho de Almeirim, para tal abordaram-se os seguintes temas:

- ✓ Enquadramento Territorial
- ✓ Caracterização climática
- ✓ Caracterização das formações geológicas e dos solos de Almeirim
- ✓ Geomorfologia
- ✓ Recursos Hídricos e Qualidade da Água
- ✓ Caracterização do Mapa de Ruído do Concelho de Almeirim
- ✓ Gestão e aproveitamento dos RSU
- ✓ A qualidade do Ar da Região
- ✓ Acessibilidades e Mobilidade do Concelho de Almeirim
- ✓ A História do Concelho
- ✓ Património e Identidade Cultural
- ✓ Caracterização Socioeconómica do Concelho
 - Estrutura Económica e Tecido Produtivo
 - Principais Forças Dinâmicas no Concelho
 - O Sector Primário
 - O Sector Secundário
 - O Sector Terciário
 - As principais empresas do concelho de Almeirim
- ✓ A Rede Social em Almeirim
- ✓ Situação do Concelho de Almeirim face ao desemprego
- ✓ A Saúde no Concelho de Almeirim – Alguns dados
- ✓ O Desporto como veículo promotor da saúde e do bem-estar
- ✓ Educação e ensino
- ✓ Análise Demográfica do Concelho

Com base na informação recolhida, traçamos em linhas gerais um retrato do concelho que se pretende que seja o mais real possível.

Na quarta etapa, procedeu-se à investigação qualitativa, para tal foram feitas entrevistas aos actores-chave. Todas as entrevistas seguiram um guião semi-estruturado de base e depois para cada actor-chave, fizeram-se perguntas adicionais, relacionadas com o sector da vida do concelho, onde estavam inseridos. Todos os actores-chave deram o seu consentimento para a gravação da entrevista.

Após transcrição integral do seu conteúdo, as entrevistas qualitativas foram sujeitas a análise descritiva de natureza interpretativa, sobre as questões mais importantes e relevantes para este trabalho.

Para fazer a análise quantitativa foram convidados 406 cidadãos residentes no concelho a expressar as suas opiniões, para tal responderam as questões relacionadas com a vida no concelho e da sua freguesia, através de inquéritos estruturados. Esta auscultação teve lugar junto da população residente nas 4 freguesias que compõe o concelho. Os dados desses 406 inquéritos foram espelhados em dados numéricos e gráficos, que serviram de suporte para análise dos resultados.

Na quinta etapa, foi feito o tratamento das informações recolhidas. Para tal elaboraram-se grelhas de análise de conteúdo, por objectivos e por questões. Foram identificadas as potencialidades, as debilidades, as oportunidades e as ameaças, tendo por base a informação resultante da análise qualitativa e quantitativa.

Os resultados obtidos foram organizados em grelhas de análise de conteúdo para se efectuar a análise SWOT do Concelho. Com base nessa realidade, fez-se a análise dos resultados e as conclusões finais sobre o trabalho desenvolvido.

Espera-se que este trabalho, possa de algum modo vir a ser útil, talvez na forma de um roteiro facilitador para a elaboração da Agenda 21 Local.

5.1 - Critérios Metodológicos

Os critérios utilizados variaram em função do que se pretendeu fazer, porque existem múltiplos métodos para estudar um determinado problema de investigação.

Os diferentes tipos de entrevistas existentes têm sido classificados de formas diversas. Fontana e Frey (1994), consideram a existência de três grandes tipos: estruturada, semiestruturada, e não estruturada; para Patton (1987), elas dividem-se entre

quantitativas e qualitativas, sendo que a última comporta ainda três classificações (conversacional informal, guiada e aberta standard).

5.1.1 - Inquéritos por questionário dirigido à população

A elaboração do questionário é uma das etapas intermediárias do projeto, assim, o questionário é uma consequência natural do processo de pesquisa (Boynton & Greenhalgh, 2004). Os inquéritos por questionário são anónimos e portanto são pouco intimidativos para as pessoas; o que permite reunir informação acerca de experiências. Sabe-se que o anonimato conduz a respostas mais honestas. Como afirma Fortin:

“ ... O anonimato do sujeito e a confidencialidade dos dados devem ser salvaguardados...”
(Fortin, 2003, pág. 117).

Para que o questionário seja um meio válido para recolher informações, é necessário que seja realizado junto de uma amostra representativa da população em estudo, e que antes de ser aplicado se realize um pré-teste ao mesmo (Boynton & Greenhalgh, 2004).

O questionário é constituído por grupos de questões e organizado de forma a fornecer informações específicas sobre o concelho e as freguesias.

Elaboração do Questionário

O questionário foi elaborado partindo do pressuposto de ser um instrumento para recolha de dados constituído por um conjunto mais ou menos amplo de perguntas e questões que se consideram relevantes de acordo com as características e dimensão do que se deseja observar.

Assim após construção do questionário foi realizado um pré-teste, onde se pediu a 5 pessoas para responderem ao inquérito, do feedback resultante desta acção implementaram-se algumas alterações ao questionário, tendo este sido impresso.

5.1.2 - Definição da Amostra

Com a consciência que não seria possível contactar individualmente todos os cidadãos do Concelho de Almeirim para a elaboração do Perfil da Comunidade, foram elaborados inquéritos por questionário para serem respondidos por um determinado número de cidadãos em geral.

Face à dimensão do universo da população foi necessário recorrer ao processo de amostragem (Boynton & Greenhalgh, 2004).

A amostra foi definida através do processo de amostragem semi-aleatória porque tem uma pré-definição por quotas. Neste caso as quotas é uma das variáveis de controlo o que justifica toda a variação sistemática na população relativamente à características em estudo.

Neste tipo de amostra a premissa é de que cada componente da população estudada tem a mesma possibilidade de ser escolhido para compor a amostra e a técnica que garante esta igual probabilidade é a selecção aleatória de indivíduo (Lendrevie, *et al.* 1996).

Na definição da amostra, em primeiro lugar, divide-se a população em categorias, de acordo com variáveis sócio-demográficas utilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística nos Recenseamentos da População, nomeadamente, a freguesia e residência e a idade (INE, 2010). De seguida, foi feita uma ponderação, tomando em consideração o total da população por freguesia e por faixa etária.

5.1.4 - Tamanho da Amostra - Margem de Erro/Intervalo de Confiança

Neste trabalho foram considerados o tamanho da amostra, a margem de erro/intervalo de confiança (Samohyl, 2009).

Para se determinar o tamanho da amostra fizeram-se as seguintes operações:

$$n = (0,25 * Z^2) / (e^2)$$

Cálculos:

$$e \text{ (erro)} = 4,9\%$$

Para 95% de confiança $z = 1,96$.

$$\text{Então: } n = (0,25 * (1,96)^2) / (0,49)^2 = 406 \text{ cidadãos devem ser entrevistados}$$

Margem de Erro

A margem de erro é a diferença entre o valor obtido através de uma amostra e o valor real do universo em estudo). Também se pode afirmar que a M. E. é o limite de erro tolerável pelos propósitos da pesquisa. A margem de erro e o grau de confiança estão intimamente relacionados, não se pode falar de margem de erro sem mencionar o grau de confiança (Samohyl, 2009).

A margem de erro foi assim determinada:

$$e = \pm \sigma \sqrt{\frac{P \times Q}{n} \times \frac{N - n}{N}}$$

e = Erro da amostra

σ = Desvios padrões (geralmente para 95% ou 99%) *

P = Percentagem de Respostas afirmativas

Q = Percentagem de Respostas negativas ($Q=100\%-P$ porque $P+Q=100\%$)

N = É o número da População

n = É tamanho da Amostra

* O símbolo sigma (σ) é uma unidade estatística de medida que reflecte o quão bom é o desempenho de um processo.

A margem de erro deste estudo é de 4,9 %, com um nível de confiança, de 95%.

Intervalo de Confiança

É a Margem de Erro em torno de uma estatística. A amplitude do intervalo de confiança é inversamente proporcional ao tamanho da amostra. Isto significa que quanto maior o n (menor a margem de erro), mais estreito é o intervalo de confiança (maior é a precisão).

O conceito de intervalo de confiança é directamente relacionado com a exactidão da média amostral como representação da média da população.

5.1.5 - Locais seleccionados para realização dos inquéritos e método de abordagem

Os questionários foram efectuados nas 4 freguesias do concelho, os indivíduos que responderam ao inquérito, foram seleccionados de modo semi-aleatório, tendo em conta a grelha de quotas, com as seguintes variáveis: local de residência, sexo e idade.

O inquérito foi efectuado na rua. Em cada freguesia escolheu-se um local central, onde havia um café/esplanada, (pediu-se autorização ao donos do estabelecimento se poderíamos ocupar uma mesa e convidar alguns transeuntes a sentar-se para responder a um inquérito). Após termos recebido autorização ficamos com uma mesa reservada e fomos para a via pública para abordar os cidadãos.

Quanto à abordagem fez-se a seguinte: - Bom dia (ou boa tarde) Chamo-me João Silva e estou a fazer um inquérito a residentes no concelho de Almeirim no âmbito da minha dissertação de Mestrado, cujo tema é um roteiro (facilitador) para a implementação da Agenda 21 Local. Porque a sua opinião como cidadão é muito importante, gostaria de

lhe colocar algumas questões sobre como é viver no concelho. O tempo de duração do inquérito é de cerca de 8 a 10 minutos. Posso contar com a sua participação?

- Se o cidadão respondesse afirmativamente, perguntava-se se era residente na freguesia onde estávamos a fazer o inquérito, se o indivíduo respondesse afirmativamente prosseguia-se com o questionário, desde que a pessoa respeitasse as quotas por idade e sexo definidas, e convidava-se o cidadão a sentar-se na esplanada, para responder ao inquérito.

5.1.6 - Grelha de selecção por quotas

No próximo quadro apresenta-se a grelha de selecção por quotas em que nos baseamos para o preenchimento dos questionários.

Quadro 5.1 - Inquéritos por questionário efectuados junto dos cidadãos do Concelho de Almeirim.

Universo – 21.957 Habitantes do Concelho de Almeirim					
Tamanho da Amostra 406 Indivíduos					
Freguesias	% Habitantes Por freguesia	Nº de Habitantes Por freguesia	Nº total Entrevistas Por freguesia	Homens 48.%	Mulheres 52.%
Almeirim (cidade)	52%	11.400	211	101	110
Fazendas de Almeirim	28%	6.251	116	56	60
Benfica do Ribatejo	17%	3.651	67	32	35
Raposa	3%	655	12	6	6

Grelha por escalões etários.

	Até aos 24 anos		+ 25 anos	
	109		297	
Concelho de Almeirim	Idades 01 – 14 anos	Idades 15 – 24 anos	Idades 25 – 64 anos	Idades + 65 anos
	Habitantes 3.066	Habitantes 2.842	Habitantes 11.778	Habitantes 4.271
	57 13.96%	52 12.94%	218 53.64%	79 19.45%
A margem de erro para uma amostra desenhada com 406 indivíduos é de 4,9 %, com um grau de confiança, de 95%. Os cálculos matemáticos foram feitos segundo a fórmula de (Samohyl, 2009).				

Os 406 questionários foram respondidos de acordo com variáveis sócio-demográficas utilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística nos Recenseamentos da População, nomeadamente, a freguesia e residência e a idade (INE, 2010).

De seguida, foi feita uma ponderação, tomando em consideração o total da população por freguesia e por faixa etária. Assim os dados do quadro acima, correspondem naturalmente ao número de habitantes do concelho e das suas freguesias pelos diversos escalões etários e sexo. Os valores em percentagem correspondem naturalmente ao número de habitantes.

Como se pode observar o número de mulheres é maior 52% que os homens 48%. Quanto aos grupos etários o maior peso vai para o grupo dos 25 aos 64 que tem 53.64% o que se pode explicar dada a grande abrangência de idades que tem este grupo. Esta divisão foi assim feita, porque nos dados obtidos no site do INE e respeitantes ao ano de 2010 (o mais recente), as classes etárias estavam assim divididas.

5.1.7 - Tratamento dos dados recolhidos

Utilizou-se a folha de cálculo do MICROSOFT EXCEL que apresenta um conjunto de funções e procedimentos avançados para a análise estatística de dados, os quais se encontram sob o comando *Data analysis* e aí seleccionou-se as ferramentas Toolpack” e ‘Analysis Toolpack – VBA” para a realização do tratamento estatístico de dados. Embora o Excel não tenha sido originalmente concebido para isso, a verdade é que ele permite calcular medidas estatísticas e representar dados em gráficos de vários tipos, por isso recorreremos a este programa para a realização de diversas tarefas.

5.1.8 - Entrevistas qualitativas aos actores chave

Nos estudos de abordagem qualitativa, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas: como estratégia dominante para recolha de dados, ou fazerem parte de um conjunto de informações, (como os questionários, análise de documentos e outras técnicas) (Bogdan e Biklen, (1994); Lehmann, *et. al.*, (2008).

Segundo Albarello *et. al.*, (1997), nos estudos qualitativos o número de pessoas a inquirir é limitado, pelo que a questão da representatividade, em termos estatísticos, não se coloca. Estes autores referem ainda que o critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a

diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida.

Assim, optou-se por desenvolver entrevistas semi-estruturadas porque este tipo de entrevista, permite abordar o objecto de estudo em profundidade sem ser demasiado controlado pelo investigador mas, ao mesmo tempo, incidindo sobre as questões fundamentais para o estudo, deixando emergir ainda outros dados de significativa relevância (Burgess, 2001).

Numa pesquisa qualitativa “uma amostragem aleatória” não é o melhor método para seleccionar pessoas que sejam bons informantes (isto é, pessoas que sejam conhecedoras, articuladas, ponderadas), pelo que uma amostragem intencional se revela mais adequada para este tipo de estudos (Mason, 2002). Assim foram seleccionados determinados actores-chave, que nos pudessem fornecer informações relevantes para o trabalho a desenvolver. Relativamente às questões, estas foram elaboradas de forma a permitir, aos entrevistados, exporem as suas ideias sobre aquilo que entendiam sobre a temática em análise (Maykut & Morehouse, 1994).

Foi feito um contacto prévio com os participantes de forma a marcar as respectivas entrevistas. Relativamente à estrutura da entrevista, esta comporta duas partes: na primeira, efectuou-se a nossa apresentação, esclareceu-se o âmbito da entrevista e, também, os objectivos da mesma; depois solicitou-se a autorização para ser feita a gravação áudio (Maykut & Morehouse, 1994). Procedeu-se à caracterização de cada entrevistado pela profissão, idade, sexo, estado civil e qual a freguesia onde morava (Lehmann, *et. al.*, 2008).

As entrevistas foram registadas em gravador áudio mp3, para permitir o registo verbal de todo o discurso dos entrevistados e posterior audição em suporte informático. Depois, procedeu-se à transcrição na íntegra, das entrevistas. (Na transcrição - processo moroso e minucioso das entrevistas, foi-se fiel ao discurso, procedendo à sua transcrição integral).

O tratamento qualitativo dos dados resultantes das entrevistas foi feito com recurso à análise de conteúdo de documentos e das notas de campo registadas em diário de trabalho. Depois identificámos ideias comuns, sinalizando-as à margem para mais tarde as agrupar. À medida que se avançava na leitura do material transcrito, procedemos a anotações à margem, com vista a atingir o passo seguinte que é a codificação das

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

respostas. Segundo Bardin (1977), na codificação procede-se à escolha das unidades de registo, portanto no nosso caso à escolha das frases.

Os procedimentos fechados são aqueles que fazem intervir “categorias pré definidas” anteriormente à análise propriamente dita. Os procedimentos abertos ou exploratórios são aqueles que não fazem intervir “categorias pré definidas”, tendo por isso um carácter puramente exploratório.” É este conhecimento que permitirá desenvolver de forma coerente e partilhada a estratégia para a sustentabilidade e respectivo plano de acção. A selecção das instituições contactadas teve como base o papel que desempenham no contexto concelhio e a sua proximidade com diferentes públicos. A identificação dos actores-chave está aposta no quadro seguinte.

Quadro 5.2 - Actores-chave entrevistados

ENT. Nº	Identificação Actores-Chave	Área de Intervenção da Instituição	Nº de Funcionários ou Pessoas envolvidas	Data da Entrevista
1	Vice-Presidente CMA	Governação Local	300 Funcionários	16 Abril
2	Presidente da Junta de Freguesia de Almeirim	Governação Local	14 Funcionários	18 Abril
3	Presidente da Junta Benfica Ribatejo	Governação Local	12 Funcionários + nas épocas sazonais	19 de Abril
4	Presidente da Junta de Freguesia da Raposa	Governação Local	7 Funcionários	24 de Abril
5	Comandante Bombeiros de Almeirim	Instituição Social - Serviços à comunidade	23 - Funcionários administrativos + 91 Efectivos corpo bombeiros, desses 60 - São voluntários	26 de Abril
6	Presidente da Associação Desportiva de Almeirim	Associação Desportiva	Atletas + colaboradores 150	27 de Abril
7	TOC - Adegas Cooperativas de Almeirim	Empresa/Cooperativa Vinícola	37 Funcionários	4 de Maio
8	Presidente da Associação de Pais do Concelho de Almeirim	Instituição Social – Educação – Serv. À Comunidade	Os órgãos sociais têm 21 elementos. Tem 400 associados	9 de Maio
9	Comandante GNR de Santarém	Ordem e Segurança - Serviços à comunidade	189 Funcionários a cargo - Destacamento de Santarém - engloba 5 concelhos. 36 Militares no Concelho de Almeirim	15 de Maio
10	Directora Santa Casa da Misericórdia - ATL	Instituição de Solidariedade - Serviços à comunidade	60 Funcionários	16 de Maio

As entrevistas decorram entre os meses de Abril e Maio de 2012

A informação recolhida junto destas entidades, foi indispensável para melhorar o conhecimento sobre a dinâmica dos actores locais, as suas actividades, os interesses e os projectos das instituições.

Para se efectuar o perfil da comunidade foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a actores-chave entre os meses de Abril e Maio de 2012, com base num guião de entrevista que teve como principal objectivo recolher a seguinte informação:

- Serviços prestados pelas instituições à comunidade;
- Tipos de actividades desenvolvidas, para e com, a comunidade;
- Nível de participação dos cidadãos;
- Caracterização da população;
- Principais constrangimentos e potencialidades da população para o sucesso da estratégia de desenvolvimento.

Com base na informação recolhida, fizemos uma breve análise de conteúdo (metodologia que permite a análise de dados qualitativos) e que normalmente resultam da realização de entrevistas, diários de campo, análise documental, entre outros. Os métodos da análise de conteúdo, foram propostos por Henry e Moscovici (1968), e distinguem procedimentos fechados e procedimentos abertos ou exploratórios. *In* COUTINHO (2005).

5.1.9 - Análise SWOT

A análise SWOT é uma ferramenta de trabalho. A sigla SWOT representa a primeira letra das palavras, em inglês: *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* (*Pontos fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças*). Os Pontos fracos e fortes são os factores internos. Oportunidades e Ameaças são os factores externos. As oportunidades são as forças externas à organização que influenciam positivamente a organização, mas sobre as quais não temos controle (Gilligan, 2005).

As ameaças são as forças externas que não estão sob a nossa influência e que pesam negativamente na organização.

Assim, a análise SWOT corresponde à identificação por parte de uma organização e de forma integrada dos principais aspectos que caracterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto a nível interno como externo (forma como a organização se relaciona com o seu meio envolvente).

O objetivo principal da **SWOT** é auxiliar na definição de **estratégias** para manter os pontos fortes, reduzir a intensidade dos pontos fracos, aproveitando as oportunidades e protegendo-se das ameaças (Churchill, 2004).

O que se pretende é definir as relações existentes entre os pontos fortes e fracos do Concelho (e de cada freguesia) com as tendências mais importantes que se verificam na envolvente global do Concelho, seja ao nível do de outros concelhos limítrofes, ou do próprio Concelho, da conjuntura económica, das imposições legais, etc. Conforme se pode observar na figura seguinte, o modelo SWOT é também conhecido como o modelo de Harvard, já que a sua metodologia se baseia no modelo de Harvard (Kaplan, and Norton, 2008).



Figura 5.1 : Esquema do Quadro de análise SWOT.

Adaptado de:<http://www.marketingteacher.com/lesson-store/lesson-swot-portuguese.html#>

O diagnóstico estratégico efectuado foi organizado em termos funcionais. Assim, associamos a cada ponto forte ou fraco uma área funcional.

5.2 - Cronograma dos trabalhos

O cronograma que se apresenta no quadro seguinte, representa as várias fases temporais em que decorreram os trabalhos. Em algumas destas fases os prazos acabaram por ficar mais dilatados devido à dificuldades no trabalho de campo, recolha de informação (tempo para obtenção da informação) e o tempo de introdução de dados (questionários) no computador, porque foi um trabalho bastante moroso.

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

Quadro nº 5.3 - Cronograma dos trabalhos						
Mês * Tarefas	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
Legenda das tarefas a executar						
<p>Tarefa 1: Trabalho de recolha de informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ - Recolha de informação através de pesquisa bibliográfica e através da observação directa no terreno. <p>Tarefa 2: Trabalho de Campo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ - Recolha de Informação e identificação (tão cedo quanto possível) do Quadro de Actores Locais. Através da observação directa no terreno. ✓ - Recolha de informação para identificação provisória de SWOT's. (que deverá ser alvo de concertação e de ajustamento, durante o processo). Através da observação directa no terreno. <p>Tarefa 3: Trabalho de análise da informação recolhida:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com base na informação recolhida, proceder-se-á à construção do inquérito estruturado, que irá ser aplicado a todas as freguesias pela metodologia SWOT. <p>Tarefa 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ - Trabalho de escrita do trabalho de dissertação – escrita da Introdução. <p>Tarefa 5: Trabalho de Campo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ - Realização de um inquérito estruturado a ser aplicado à população nas freguesias do concelho. ✓ - Realização de entrevistas directas e semi-estruturadas com os principais actores locais. ✓ Registo exploratório, com as características de um diário de trabalho. <p>Tarefa 6: Trabalho de escrita do trabalho de dissertação</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ - Discussão e Desenvolvimento das hipóteses ✓ Introdução dos dados no inquérito no Excel <p>Tarefa 7: Trabalho de análise da informação recolhida</p> <p>Tarefa 8: Trabalho de escrita do trabalho de dissertação – Conclusões</p> <p>Tarefa 9: Entrega do trabalho de dissertação para avaliação</p>						

Capítulo VI – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A informação constante neste capítulo corresponde à apresentação dos resultados que foram obtidos com base nas entrevistas qualitativas aos actores-chave (10) e nos 406 inquéritos realizados junto da população das 4 freguesias de Almeirim e constituem um contributo interessante para a percepção do perfil da comunidade, o modelo utilizado nos inquéritos pode ser consultados nos anexos da página 176.

6.1 - Âmbito do projecto - Delimitação da Área de Estudo

As entrevistas aos actores-chave foram feitas tendo como base um guião com perguntas abrangentes sobre a vida do concelho, que se apresenta em anexo. Assim pretendeu saber-se:

- ✓ O cargo do entrevistado na Empresa/Instituição
 - Caracterização da Empresa/Instituição: qual a área em que se insere, que serviços presta.
 - Quantos empregados têm, como se deslocam os seus empregados e se tem ou não, programas de formação interna.
- ✓ Se tem preocupações no âmbito ambiental e social e quais as acções que desenvolve.
 - Que tipo de actividades promove ao longo do ano para e com a comunidade.
- ✓ Como vê a mobilidade nos diversos âmbitos e como está a sustentabilidade do concelho.
- ✓ Como caracterizava a população das 4 Freguesias do concelho de Almeirim (grau de mobilização e interesse em matérias relacionadas com o desenvolvimento do Concelho, preocupações ambientais, grupos etários e escolaridade, diferenciação entre a freguesia e as restantes do concelho, etc.
- ✓ No âmbito ambiental quisemos saber como é que a empresa ou instituição que o actor representava, procedia quanto à reciclagem e qual era o seu ponto de vista quanto à reciclagem do concelho.
- ✓ Perguntou-se também quais eram os pontos fracos/as fragilidades (ambientais, sociais e económicos) do concelho.
- ✓ Quais as potencialidades ou pontos fortes (ambientais, sociais e económicos) do concelho?

- O que poderia ser feito nas áreas da agricultura, gastronomia e do turismo. Também se perguntou qual a sua opinião sobre os seguintes aspectos: segurança, emprego e ambiente.
- ✓ Em relação à governancia do concelho perguntou-se:
 - Se existe uma boa relação entre o poder local e o munícipe/cidadão.
 - Quais as áreas económicas, sociais, e de governação que se deveria melhorar e se estava de acordo com a redução das juntas de freguesias.
- ✓ Na área social perguntou-se:
 - Como via a prestação de cuidados de saúde do Concelho de Almeirim.
 - Como caracterizava o apoio à infância e aos idosos no Concelho de Almeirim.
 - Na área da educação e cultura e meios de comunicação quisemos saber:
 - Como classificava o analfabetismo na população do Concelho de Almeirim.
 - Se o número de equipamentos/estabelecimentos de educação (públicos e privados) existentes no Concelho de Almeirim é supria as necessidades da população e se as áreas destinadas a eventos culturais no Concelho de Almeirim eram suficientes e se havia facilidade dos munícipes acederem aos meios de comunicação.
- ✓ Quanto à agenda 21 Local quisemos saber:
 - Formas possíveis de participação das instituições na Agenda 21 Local.
 - Expectativas futuras em relação à Agenda 21 Local de Almeirim.

6.2 - Questionário à população do Concelho de Almeirim

O questionário é também uma outra forma mais abrangente, (dado o número da entrevistas obtidas 406) de obter informações o que permitiu obter uma percepção transversal da comunidade. A compilação dessa informação, irá permitir a análise da percepção de um grupo de pessoas heterogéneo constituído por diferentes classes sociais, áreas de formação/profissão e proveniências.

Com esta transversalidade espera-se a obtenção de informações tradutoras da opinião da maioria da população de Almeirim relativamente às diversas questões relacionadas com a qualidade de vida no município de Almeirim, de referir que foi garantido que o número de questionários era representativo da população de Almeirim.

A aplicação do questionário teve como objectivo fazer uma análise da percepção da população sobre as principais potencialidades e problemas existentes actualmente no Concelho e as suas expectativas relativamente ao futuro. Pretende assim, ser uma via para que se possa conhecer a visão do estado actual e perspectivas futuras do mesmo.

O questionário teve em atenção os aspectos mais importantes da vida e do quotidiano, dos habitantes do Concelho (relacionados com o bem-estar dos habitantes do concelho) tais como: o enquadramento sócio-demográfico do Concelho; a mobilidade dos cidadãos, situação profissional e o fenómeno emprego/desemprego no Concelho; os aspectos físicos e as infra-estruturas do Concelho e os equipamentos do Concelho.

O questionário teve também em conta, a relação dos munícipes com a Câmara Municipal, a sustentabilidade, o ambiente e qualidade de vida, o parque habitacional, as acessibilidades, segurança, transportes públicos, saúde, serviços de protecção social.

Também foi interessante conhecer qual a percepção que os munícipes têm relativamente às potencialidades e /pontos fortes e aos aspectos mais problemáticos, do Concelho e conhecer quais as suas perspectivas, sobre as áreas em que se deveria ou não investir. A última pergunta do questionário relacionava-se com a percepção dos munícipes quanto às possibilidades de evolução do concelho.

6.2.1 - Análise de resultados dos questionários aplicados à população do Concelho de Almeirim

P. 1 – Relação do entrevistado com a Freguesia e com o Concelho e P. 1.2 - É residente em que freguesia? – A 1ª resposta é residente no concelho de Almeirim (serviu como filtro, porque apenas se pretendia entrevistar indivíduos residentes numa das 4 freguesias do concelho) para que a análise fosse representativa da população, Os resultados encontrados foram: Residentes em Almeirim 211 o que corresponde a 51,97% em Benfica do Ribatejo 66 - 16,25%, em Fazendas de Almeirim 116 – 28,57% e em Raposa 13 indivíduos que corresponde a uma percentagem de 3,20%, como se pode ver representado na Figura 6,1

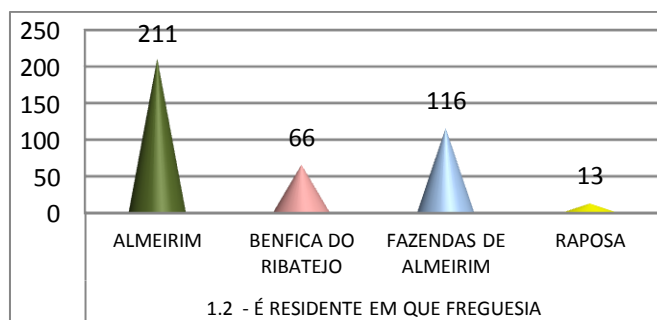


Figura 6.1 – Entrevistados residentes por freguesias

P. 1.3 - Idade e sexo dos entrevistados – Em relação a esta questão responderam com os seguintes escalões etários e sexo conforme divisão do INE: - Até aos 25 anos – 102 = 25,12%, Entre os 26 e os 65 anos – 260 = 64,03%, e Mais de 65 anos – 44 = 10,83%. Se considerarmos outra divisão etária (a que foi aplicada no questionário) responderam: Menos de 18 anos – 47 = 11,57%, Entre 19 e os 25 anos – 55 = 13,54%, Entre os 26 e os 35 anos – 84 = 20,68%, Entre os 36 e os 45 anos – 126 = 31,03%, Entre os 46 e os 65 anos – 50 = 12,31%, e Mais de 65 anos – 44 indivíduos, = 10,83%. Se considerarmos o sexo responderam: Masc. – 193 = 47,53%, e Fem. – 213 = 52,46%.

Todos estes dados nos dão uma indicação que os questionários foram bem aplicados, em termos de representatividade da população de Almeirim, como se pode ver representado na Figura abaixo 6.2

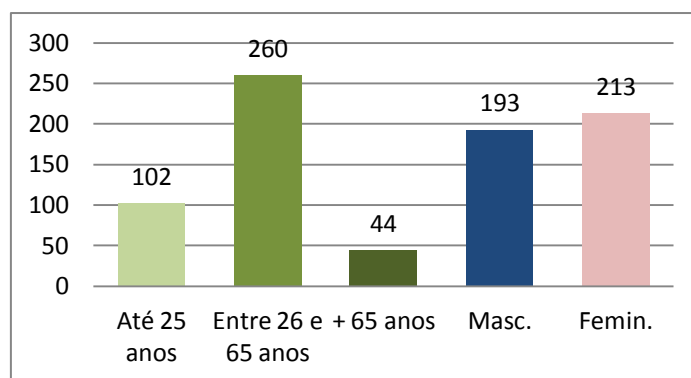


Figura 6.2 – Idade e sexo dos entrevistados - Totais por escalões etários e sexo conforme indicação INE

P. 1.4 - Trabalham ou estudam no Concelho? – Em relação a esta questão a maior parte das pessoas trabalham ou estudam em Almeirim, embora se tivesse à espera de uma diferença mais notória entre estes dois casos - Sim, 240 = 59,11% e Não – 166 = 40,89% dos indivíduos, com se pode ver na Figura 6.3.

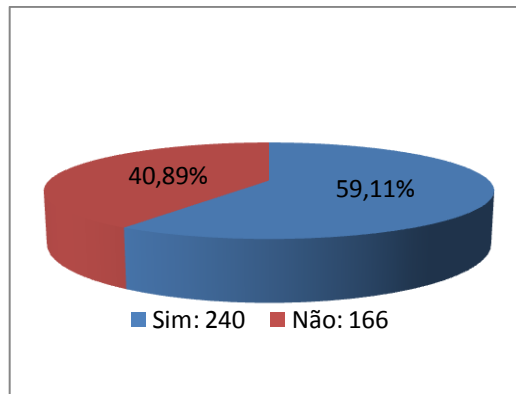


Figura 6.3 – Entrevistados que trabalham ou estudam no concelho

P. 1.5 - Como se deslocam para o trabalho ou escola? – Em relação a esta questão responderam que: Vou a pé – 78 = 19,21%, vou de Transportes Públicos – 25 = 6,15%, vou de Transporte Particular – 255 = 62,80% dos indivíduos, como se pode verificar na Figura 6.4. Com este resultado verifica-se que ainda não existe uma preocupação pela mobilidade sustentável a nível do concelho, pelo menos ao nível deste comportamento, Quando se pergunta, porque utilizam a viatura, ao invés de irem a pé ou de transporte público, respondem que é por “comodidade, rapidez e hábito ”

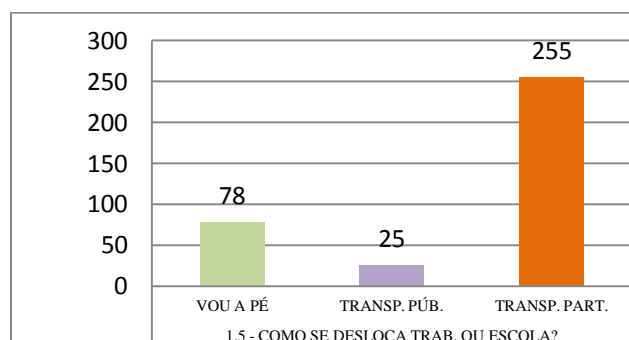


Figura 6.4- Como se deslocam os entrevistados para o trabalho ou escola

P. 1.5.1 – Se referiu que vai a pé, quanto tempo demora a fazer o seu percurso até ao trabalho? - Aqui **só responderam** os que vão a pé = 78 indivíduos. Responderam que vão a pé e que demoram 10 Minutos – 52 = 66,66%, que demoram 15 Minutos – 23= 29,48%, que demoram 30 Minutos – 1=1,28% e que demoram + 30 Minutos – 2= 2,56% dos indivíduos. Se analisarmos estas respostas, verificamos que a grande maioria (66,66%) vai a pé, e que demora menos de 10 minutos a fazer o seu percurso. Cerca de 30% demora menos de 15 minutos. Apenas menos de 4% da população que vai a pé, demora 30 minutos ou mais.

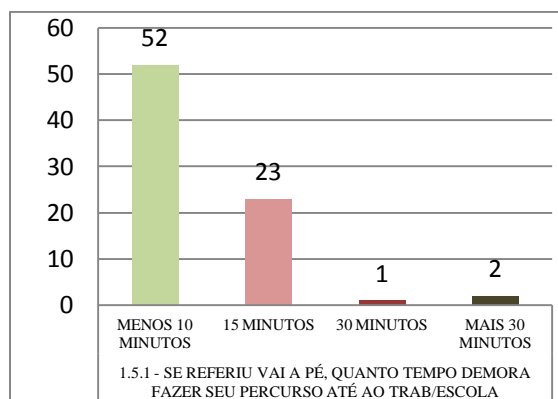


Figura 6.5 - Tempo de demora a percorrer o percurso feito a pé

P. 1.5.2, P.1.5.3 e P.1.5.4 – Se referiu que vai de transportes públicos para o trabalho, quanto tempo espera pelo transporte? ... Quantos transportes é que utiliza, para chegar ao seu local de trabalho/estudo? E Relativamente à utilização do transporte particular, se vai só ou partilha o carro?

Relativamente à P.1.5.2 só responderam os que vão de transporte público = 25 indivíduos, responderam que esperam menos de 15 Minutos pelo transporte – 11= 44%, que esperam 15 Minutos pelo transporte – 3=12%, esperam 30 Minutos pelo transporte – 4= 16%, que esperam 1 Hora – 0 (ninguém) e que esperam + 1 hora pelo transporte – 7= 28% dos indivíduos.

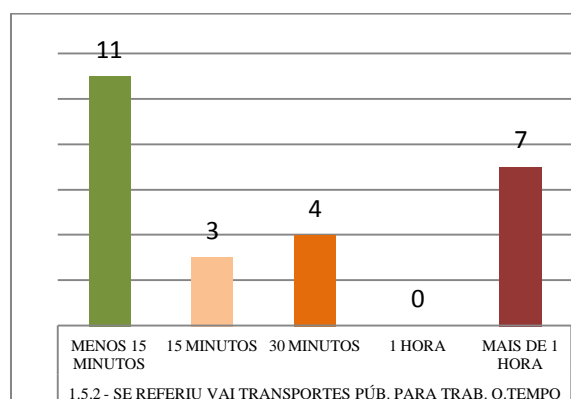


Figura 6.6 - Tempo de espera pelos transportes.

Nesta questão, mais de metade dos inquiridos que utiliza os transportes públicos esperam até 15 minutos pela chegada do transporte, o que se pode considerar um tempo razoável de espera, no entanto é de salientar que o transporte urbano passa de meia em meia hora, quem espera é porque ou já passou do horário estabelecido ou porque ainda não chegou à hora que é suposto passar o transporte. Cerca de 28% da outra metade,

infelizmente espera mais de 1 hora, o que se deve certamente às deficientes ligações entre povoações.

Relativamente ao nº de transportes que utilizam responderam os mesmos, mais dois indivíduos que utilizam os transportes públicos mas que vão de carro particular até um determinado local. Relativamente à utilização do carro particular os entrevistados responderam assim:

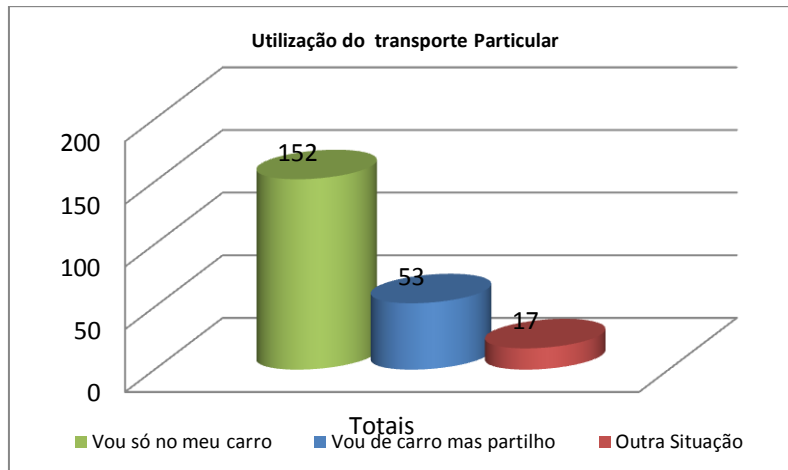


Figura 6.7: Tipo de utilização do transporte particular

Estes dados parecem revelar que neste assunto, a grande maioria das pessoas que utiliza o transporte próprio, os habitantes do concelho de Almeirim, não tem hábitos de partilha, como já sucede noutros países, apenas 23,87% partilha o carro. Assim parece que faltam campanhas de sensibilização que eduquem os munícipes a partilhar a viatura. Responderam a outras situações, vão de transporte da empresa – 2 = 11,76%, vão de Boleia – 10 = 58,82%, e fazem o percurso de Bicicleta ou de scooter – 5 = 29,42% dos indivíduos.

Ainda relativamente aos transportes públicos, foi perguntado aos munícipes, na P.1.13 Como classifica relativamente aos transportes públicos o Concelho de Almeirim?

Responderam exatamente metade (50%) dos indivíduos consideraram razoável o serviço de transportes públicos do concelho. Os outros 50% dividiram-se, 20,68% responderam positivamente com muito bom e bom, mais de 22,6% consideraram insuficiente o serviço de transportes e responderam negativamente cerca de 6,15%. Se juntarmos os que responderam insuficiente, com os que responderam pela negativa obtemos um resultado de 28,81% de indivíduos que estão descontentes com o serviço.

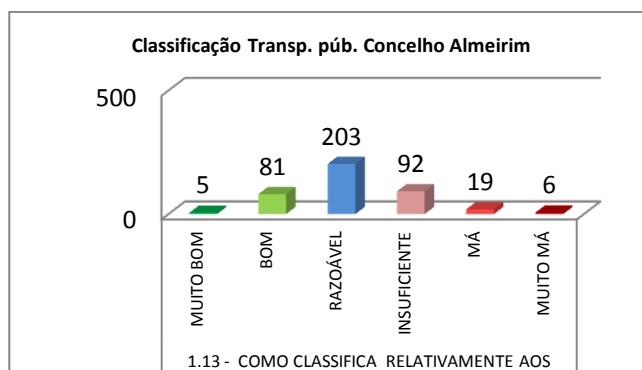


Figura 6.8: Classificação do desempenho transportes públicos do concelho Almeirim

P.1.6 – Situação profissional

Relativamente à situação profissional dos inquiridos podemos observar na figura indicada, que, dos que responderam que estão desempregados, estão nessa situação há menos de 1 ano – 17 = 34%, na situação de desemprego há mais de 1 ano – 20 = 40% e na situação de desemprego há mais de 2 anos – 13 = 26%., dos indivíduos.

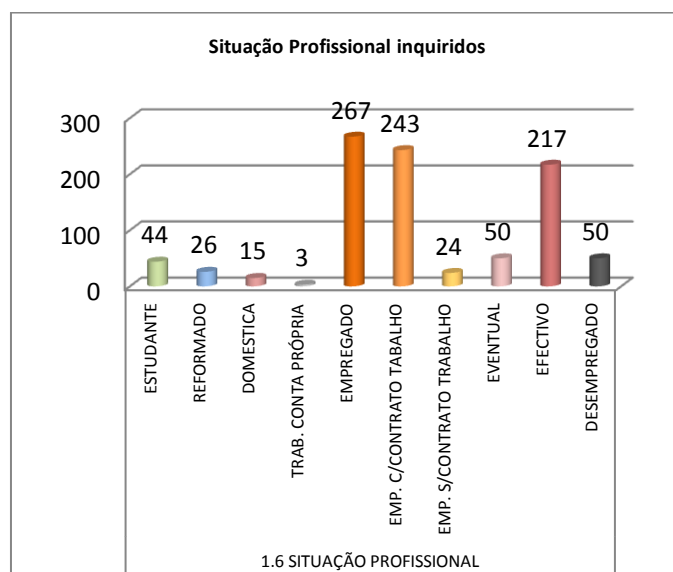


Figura 6.9: Situação profissional dos inquiridos

P.1.7 - Como classifica a Participação Pública, nos processos de decisão?

Aqui é de salientar que as respostas têm um pendor positivo, porque se observarmos as respostas claramente positivas, ou seja, Bom e Muito Bom, somam apenas 47 que equivalem a apenas 11,57% dos indivíduos.

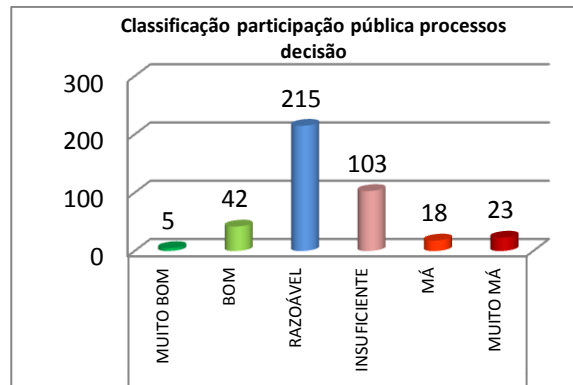


Figura 6.10: Classificação da participação pública processos de decisão

Porém a maioria dos inquiridos respondeu com uma classificação de “Razoável” 215 que equivalem a uma percentagem de 53%, que somando ao valor anterior perfaz o total de 64,57%, embora possamos observar que é claramente positiva a participação observamos também algum pendor negativo e isso deve-se ao fato de se considerarem que existe participação mas que não é suficiente e na hora da dita participação ainda existe muito a fazer para que todos participem, pois ainda existe muita intensão de participar mas pouca iniciativa própria.

Classificaram a participação pública como Insuficiente 103 indivíduos o que equivale a 25,4% e classificam a relação como má e muito má 41 indivíduos que equivalem a 10,1% de indivíduos.

P. 1.8 – Como classifica a relação da Câmara Municipal de Almeirim com os munícipes?

Aqui, também a relação dos munícipes com a edilidade tem claramente uma resposta positiva, já que 25,36% dos indivíduos consideram muito boa ou boa a sua relação com a Câmara e 53,07% consideram razoável, totalizando cerca de 78,43% de classificações positivas.

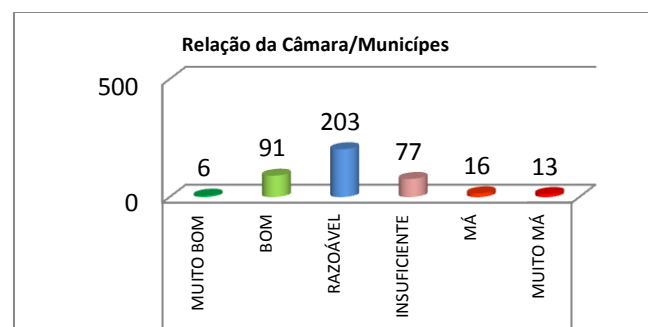


Figura 6.11: Relação da Câmara Municipal com os munícipes

P. 1.9 - Como classifica na óptica da sustentabilidade, o Ambiente e a Qualidade de Vida no Concelho de Almeirim?

Como podemos observar na figura abaixo indicada, nesta pergunta, mais de metade dos inquiridos 51,47% consideraram “Razoável” o desempenho municipal. Em 2º lugar responderam de uma resposta claramente positiva, 39,65% indivíduos. Nesta perspectiva, pode-se considerar que o comportamento da Câmara Municipal é avaliado de forma bastante positiva, foram apenas 7 indivíduos consideraram muito bom o desempenho da Câmara, mas é de notar que 154 indivíduos, que classificaram de bom, o desempenho da Câmara o que corresponde uma percentagem de 37,93%.

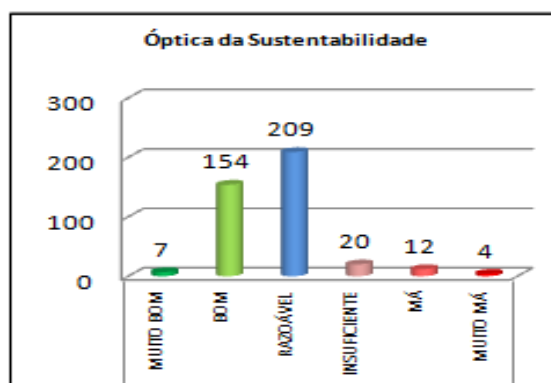


Figura 6.12: Classificação na óptica sustentabilidade o ambiente e Qualidade de vida Concelho

P. 1.10 - Como classifica o seu local de residência no concelho de Almeirim? Nesta pergunta o resultado é francamente positivo, mais de 54% consideraram que o seu local de residência como bom, cerca de 37,6% consideraram razoável e apenas classificaram de modo insuficiente ou negativo cerca de 7,8% dos indivíduos.

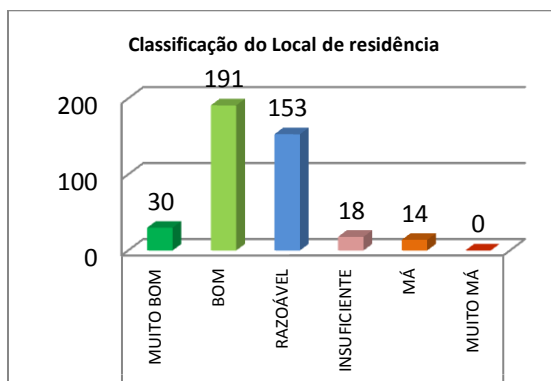


Figura 6.13: Classificação local de residência Concelho de Almeirim

P. 1.11 - Como classifica relativamente às acessibilidades o Concelho de Almeirim?

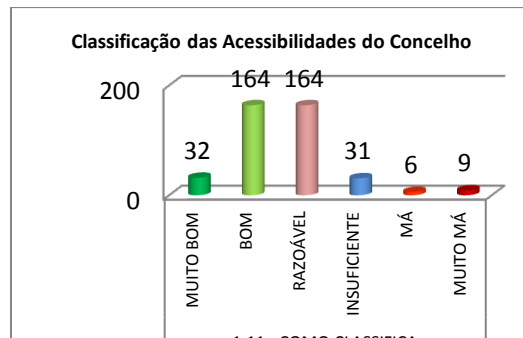


Figura 6.14: Classificação das Acessibilidades do Concelho de Almeirim

Nesta pergunta cerca de 48,2% dos inquiridos consideram que existem boas acessibilidades, 40,3% considera razoável e apenas responderam com carácter negativo, cerca de 11,3%. Portanto pode afirmar-se que a maioria da população de Almeirim está satisfeita, ou razoavelmente satisfeita, com as acessibilidades do seu concelho.

P. 1.12 - Como classifica relativamente à segurança o Concelho de Almeirim?

Em relação à sensação de segurança podemos verificar na seguinte figura que cerca de 20,93% responderam que era boa, o número de indivíduos que respondeu razoável são cerca de 46,3%. No entanto, se somarmos os que responderam de modo claramente positivo, com os de modo razoável temos um valor de 67,24% de indivíduos que classificam a segurança positivamente, temos muitas resposta de carater negativo devido ao crescente número de assaltos nos campos, pois este estudo coincidiu com uma vaga de assaltos que estava a ocorrer ao “fio de cobre” e a motores de rega, situação que provocou alguma preocupação aos habitantes.

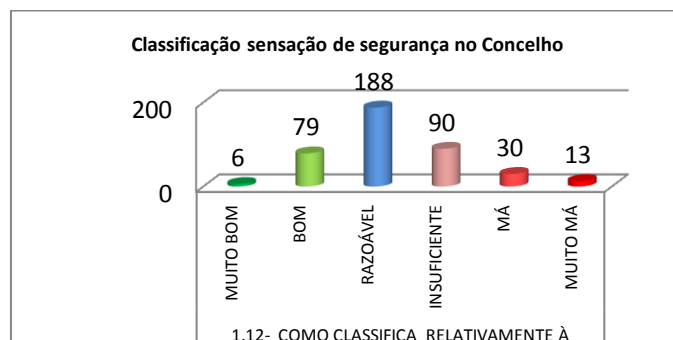
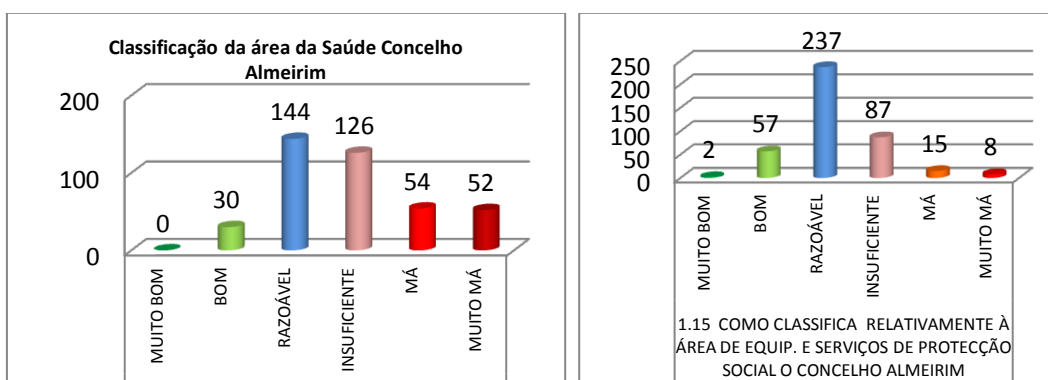


Figura 6.15: Classificação sensação de segurança Concelho de Almeirim

Relativamente às questões P. 1.14 - Como classifica relativamente à área da saúde o Concelho de Almeirim? e P. 1.15 – Como classifica relativamente à área de

equipamentos e serviços de protecção social do Concelho de Almeirim? Foram assim respondidas:

Esta pergunta foi respondida claramente de forma negativa, salientamos o fato de não haver médicos de família para a maior parte dos munícipes de Almeirim. Não houve nenhum munícipe que pontuasse com muito bom e com bom apenas pontuaram 7,38%. Consideraram os serviços de saúde razoáveis apenas 35,46%, Pontuaram com insuficiente 31,03%. Os munícipes castigaram a área da saúde com um mau desempenho 13,3% e muito mau 12,80% Assim pode considerar-se que na área da saúde, ainda há muita coisa a fazer.



Figuras: 6.16 – Classificação da área da saúde e Figura 6.17 : - Classificação área de equipamentos e serviços de protecção social do Concelho de Almeirim

Quanto à protecção social, mais de metade 58,37% considerou razoável a prestação de serviços dada pelo concelho. Assim, apesar de tudo, os munícipes não estão muito descontentes com a protecção dada pelo município.

P. 1.16 - Considerando os seguintes 10 tópicos-chave para o desenvolvimento sustentável do Concelho, gostaria que pontuasse (Numa escala de 1 a 10, em que 1 representa a sustentabilidade mínima e 10 a sustentabilidade ideal) os seguintes itens:

Obtiveram um score médio os seguintes itens: Governação, de 50,93%, gestão local 49,27%, bens comuns naturais, 70,95%, consumo responsável 48,85%, planeamento e desenho urbano 51,78%, melhor mobilidade menos tráfego 55,78%, acção local para a saúde, 39,02%, economia local dinâmica e sustentável 50,41%, equidade e justiça social 50,05%, responsabilidade global, responsabilidade local 49,61%

Nesta pergunta a maioria dos indivíduos optou por dar uma pontuação média, pela escala de Likert, a quase todos os itens. Cada item poderia receber uma nota que ia de 1 a 10, em que 1 significava que a sustentabilidade mínima e 10 significava a sustentabilidade máxima.

Ora se somarmos todas as percentagens obtidas para cada um dos itens, obtemos uma percentagem média na ordem de 51,66% para todos os itens, portanto a maioria dos munícipes optou por pontuar mais ou menos a meio (com 5) da escala de likert.

Pontuaram de forma mais positiva, 70,95%, os Bens comuns naturais (valores naturais e culturais do concelho paisagem, gastronomia, tradições, etc.) Porque se todos atribuíssem a nota máxima na escala (10), daria uma nota de 100%. De forma claramente negativa, foi pontuado o desempenho na área da saúde, que recebeu apenas 39,02% dos possíveis 100%.

Mais uma vez é de salientar a preocupação com a saúde sendo uma preocupação constante e uma situação muito negativa para o concelho, já como positivo notamos os “bens comuns naturais”.

P. 2 - Dos seguintes temas, assinale os cinco que considera como potencialidades /pontos fortes no Concelho de Almeirim.

Os primeiros cinco pontos fortes, ficaram assim ordenados: em 1º a Gastronomia com 343 = 84,48% dos pontos, em 2º a qualidade dos Produtos locais com 289 = 71,18% em 3º a Agricultura com 256 = 63,05%, em 4º as infra-estruturas do desporto com 221 = 54,43% e em 5º as acessibilidades com 202 = 49,75% dos pontos.

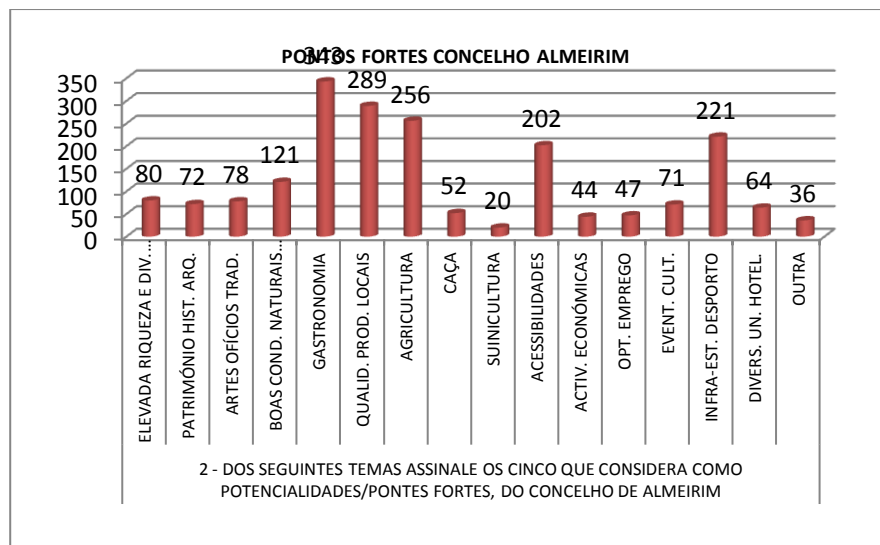


Figura 6.18: - Pontos fortes Concelho de Almeirim

P. 2.1 Dos seguintes aspectos, assinale os cinco que considera como potencialidades / pontos fortes da freguesia onde mora.

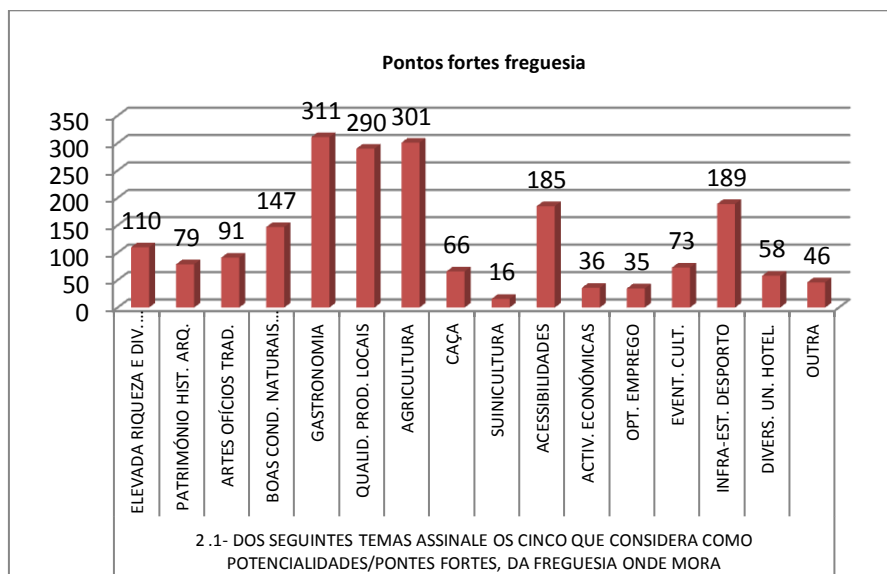


Figura 6.19 : - Pontos fortes freguesia do Concelho de Almeirim

Os inquiridos responderam como está assinalado no gráfico, sendo que, os primeiros cinco pontos fortes, ficaram assim ordenados: em 1º a Gastronomia com 311 = 76,60% pontos, em 2º a Agricultura com 301 = 74,13%, e em 3º a qualidade dos Produtos locais com 290 = 71,42%, em 4º as infra-estruturas do desporto com 189 = 46,55% e em 5º as acessibilidades com 185 = 45,56% dos pontos.

P. 3. Dos seguintes temas, assinale os cinco que considera mais problemáticos no Concelho de Almeirim.

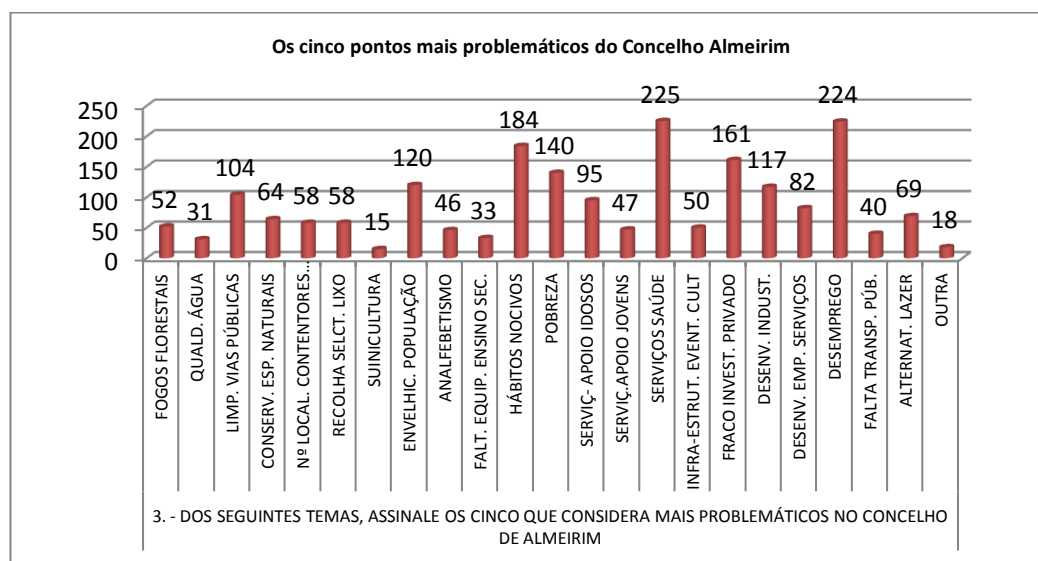


Figura 6.20 : - Pontos problemáticos do Concelho de Almeirim

Os entrevistados responderam conforme se pode observar no gráfico acima, mostrando uma grande preocupação com a saúde, o desemprego, os hábitos nocivos para a saúde e o envelhecimento da população, sendo que os primeiros cinco pontos mais problemáticos do concelho, ficaram assim ordenados: em 1º os Serviços de saúde (centro de saúde, médicos, enfermeiros) – 225 = 55,41%, em 2º o Desemprego com 224 = 55,17%, em 3º os hábitos nocivos com 184 = 45,32%, em 4º o fraco investimento privado com 161 = 39,65% dos pontos e em 5º a pobreza com 140 = 34,48% dos pontos.

P. 3.2 - Dos seguintes temas, assinale os cinco que gostaria de ver melhorados, ou que fazem falta no Concelho de Almeirim.

Sendo que, os primeiros cinco pontos que gostaria de ver melhorados ou que fazem falta no concelho, ficaram assim ordenados: em 1º os serviços de saúde com 260 = 64,03% dos pontos, em 2º o Desemprego/Oportunidades de emprego com 250 = 61,57%, em 3º os Serviços de apoio/ prevenção para problemas de (álcool e droga) com 195 = 48,02%, em 4º Mais investimento privado (comércio, indústria) com 188 = 46,30%, e em 5º lugar o desenvolvimento industrial com 135 = 33,25% dos pontos.

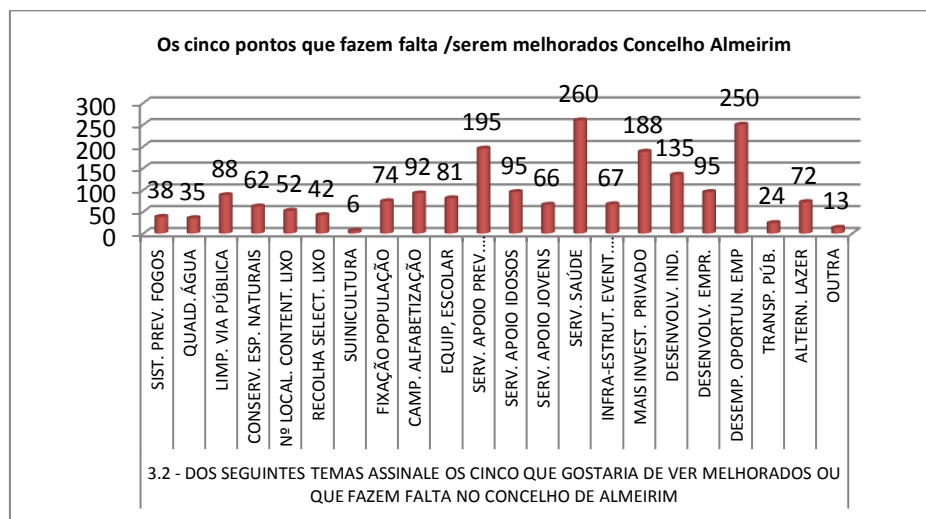


Figura 6.21 : - Pontos que fazem falta/podem ser melhorados no Concelho de Almeirim

4- Quais as áreas prioritárias na área social em que se deverá investir no Concelho de Almeirim?

Nesta pergunta os municípios não estavam restringidos a 5 itens, poderiam assinalar, se assim o pretendessem todos os itens. Aqui de novo, a maioria dos municípios 77,58% considerou que o acesso à saúde era a área em que se deveria investir

mais. Na segurança de pessoas e bens 59,85%, Não deixa de ser curioso observar que 46,05% dos munícipes acharam que se deveria investir no Civismo.

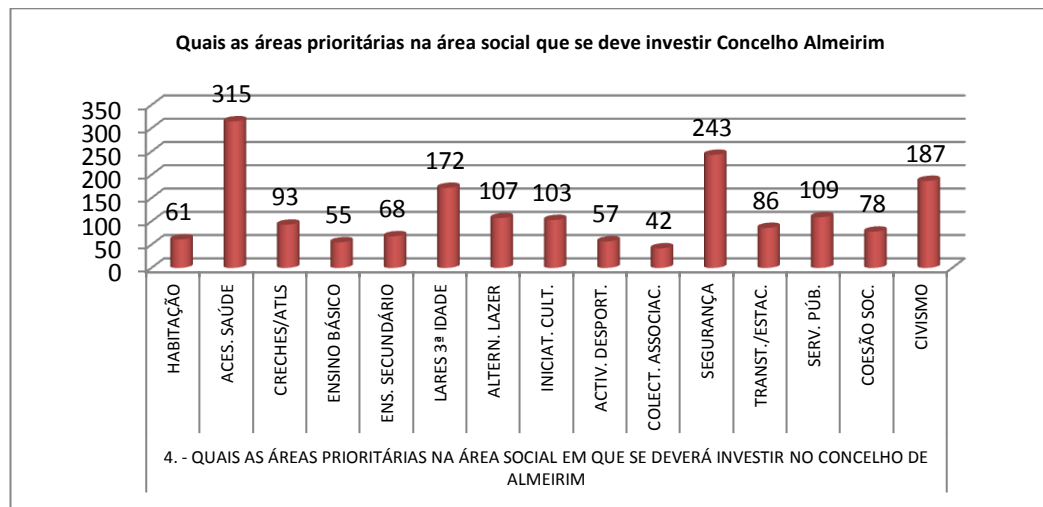


Figura 6.22 : - Áreas prioritárias na área social a investir no Concelho de Almeirim

Muitos indivíduos mostram-se preocupados, e pensam que se deve investir em, Lares 3ª idade/Centros de Dia - 42,36% com o desempenho dos serviços públicos 26,84%, com as alternativas de lazer e tempos livres, 26,35%, iniciativas culturais, 25,36%, estacionamento 21,18%, coesão social 19,21%, actividades desportivas 14,03%, ensino básico e secundário 13,54% e por último das áreas a investir ficaram as colectividades e associações com 10,34%.

5 – Quais as áreas prioritárias na área ambiental em que se deverá investir no Concelho de Almeirim?

Nesta pergunta os munícipes não estavam restringidos a 5 itens, poderiam assinalar, se assim o pretendessem, todos os itens. Aqui na área ambiental, a maioria das respostas foi para o item, das energias renováveis, que obteve 57,14%., das escolhas.

Em segundo lugar ficou a Educação e sensibilização ambiental com 49,50% em 3º lugar ficou a Agricultura com 38,17%, seguida pelos espaços verdes com 36,45%, a Qualidade da água dos rios com 30,78%, a limpeza urbana obteve 30,04%, a Qualidade de água para consumo e a quantidade e localização de ecopontos foi considerada em simultâneo por 23,89%, a implementação de medidas contra incêndios obteve 22,66%, o Tratamento de águas residuais e a qualidade do ar obtiveram em simultâneo a mesma percentagem 19,45%, a recolha selectiva do lixo 14,03%, a quantidade e localização de contentores 12,06%.

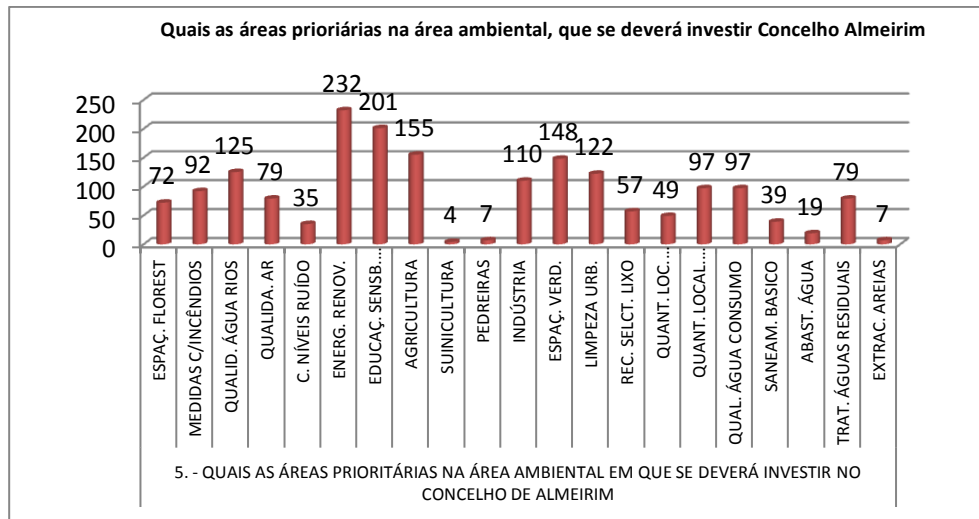


Figura 6.23: - Áreas prioritárias na área ambiental a investir no Concelho de Almeirim

P. 6 – Quais as áreas prioritárias na área económica em que se deverá investir no Concelho de Almeirim?

Nesta pergunta os munícipes não estavam restringidos a 5 itens, poderiam assinalar, se assim o pretendessem, todos os itens. Nesta pergunta os munícipes foram coerentes e a sua principal preocupação foi a criação de postos de trabalho/emprego que obteve 85,96%. Portanto uma grande maioria, vê como prioridade principal a criação de postos de trabalho. Em segundo lugar, mais de metade dos munícipes, apostaram na dinamização dos produtos regionais 55,66%. Também a fixação de indústrias obteve mais de metade das opções ficando com 53,44%. Cerca de 42,36% pensa que uma área em que se deve investir mais é o comércio, seguida pelas actividades agrícolas, com 41,62%. O turismo obteve 33,49% seguido pela restauração com 24,38%, serviços com 22,66%. Por último ficaram as infra-estruturas rodoviárias com 10,59%, é um valor que está em coerência com o que os munícipes pensam sobre as acessibilidades, a maioria está contente com as estruturas viárias que o concelho dispõe.

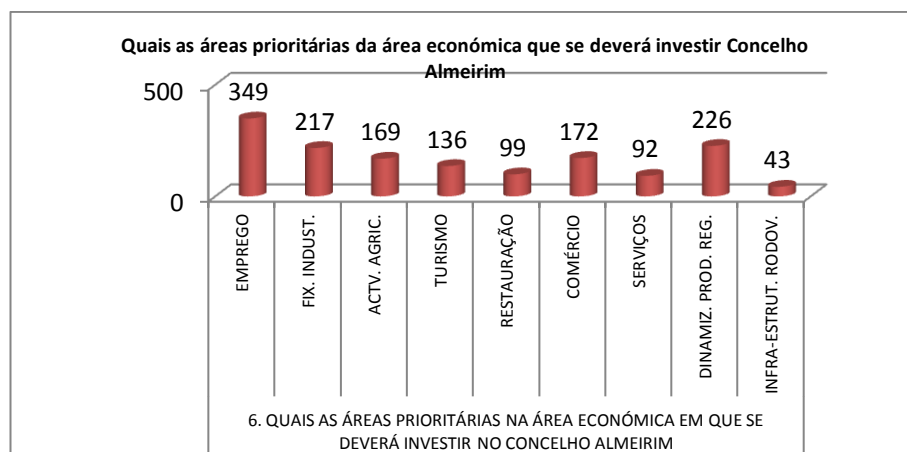


Figura 6.24: - Áreas prioritárias a investir na área económica no Concelho de Almeirim

P. 7 - Como vê a evolução do Concelho de Almeirim daqui a 10 anos?

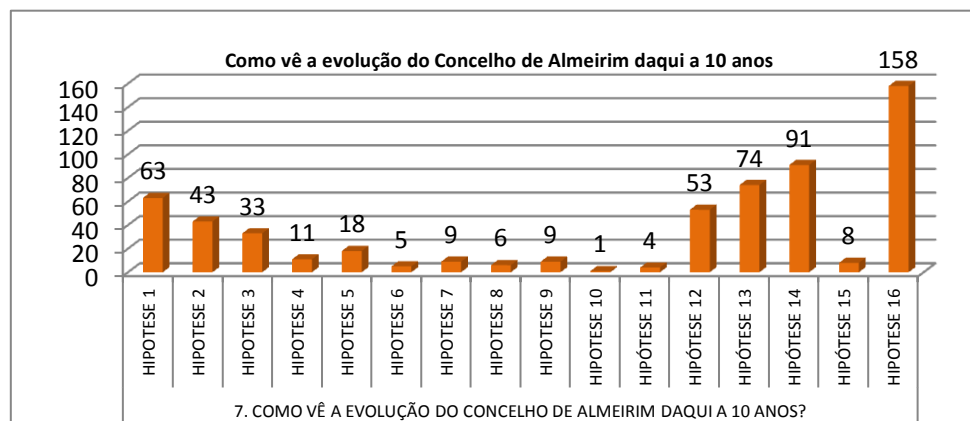
Esta pergunta foi deixada em aberto para que os munícipes pudessem dizer livremente o que pensavam. As respostas foram sujeitas a uma pré-codificação e foram sendo abertas mais hipóteses de respostas conforme ia sendo necessário. Chegou-se ao final da pré-codificação com 16 itens.

É de salientar que a maioria das pessoas não foi capaz de exprimir opinião, sobre o futuro do concelho.

Esta falta de capacidade, pode ter sido agravada pela crise em que se vive actualmente, (*as pessoas não querem fazer o esforço de olhar para o futuro a 10 anos*), tem medo, estão desmoralizadas e preferem responder, com um fácil “ **NÃO SEI**” que ficou classificado em primeiro lugar e obteve 38,91% das respostas.

Em 2º e em 3º ficaram classificados: Em 2º ficou a hipótese 14 - Na mesma, sem evolução significativa, com 22,41%, que é uma resposta que revela a falta de animismo por parte dos munícipes.

Em 3º lugar ficou, a hipótese 13 - Com a extinção das freguesias e a situação de crise que o país está a viver, não vejo hipótese de o Concelho evoluir para melhor, será pior, com 18,22%. Aqui a mensagem é claramente de desânimo, os munícipes tem medo de perder os seus direitos como fregueses e a opinião é bastante pessimista.



Legenda do Gráfico:

HIPÓTESE 1	Com mais investimento no emprego e mais oportunidades de emprego.
HIPÓTESE 2	Com mais desenvolvimento e fixação das empresas
HIPÓTESE 3	Com mais desenvolvimento e fixação da indústria
HIPÓTESE 4	Com mais investimento no turismo
HIPÓTESE 5	Maior aproveitamento daquilo que é nosso
HIPÓTESE 6	Melhor acesso à saúde, menos tempo espera consultas
HIPÓTESE 7	Com melhor ambiente
HIPÓTESE 8	Com melhor cidadania
HIPÓTESE 9	Com desenvolvimento mais sustentável
HIPÓTESE 10	Com maior transparência e abertura por parte do município
HIPÓTESE 11	Com melhor tipo de explorações agrícolas/ mais agricultura, deve-se investir na agricultura biológica
HIPÓTESE 12	Depende das políticas adoptadas pelo governo central e local
HIPÓTESE 13	Com a extinção das freguesias e a situação de crise que o país está a viver, não vejo hipótese de o Concelho evoluir para melhor, será pior
HIPÓTESE 14	Na mesma, sem evolução significativa
HIPÓTESE 15	Com a população mais envelhecida vai existir mais abandono por parte dos mais novos
HIPÓTESE 16	N/sabe ou não responde

Figura 6.25: - Como vê a evolução do Concelho de Almeirim nos próximos 10 anos

6.3 - Entrevistas aos Actores-Chave

O processo de realização de entrevistas envolveu a selecção de actores-chaves em termos da natureza e alcance da sua intervenção e do seu conhecimento da realidade do território, optou-se por escolher as pessoas que estão mais próximas da população e dos problemas do concelho e que para além de terem cargos profissionais de relevo na sociedade também desempenham papeis relevantes em associações do concelho.

A informação recolhida nestas entrevistas para efectuar o Perfil da Comunidade não é representativa de toda a comunidade, reflectindo somente as opiniões e percepções das instituições e cidadãos que aceitaram o convite para participar neste trabalho sobre a temática do roteiro para a Agenda 21 Local em Almeirim.

O resultado obtido traduziu-se numa súmula interessante de pontos de vista de sectores diferenciados da sociedade, desde a saúde até ao ambiente, da acção social ao turismo. Não obstante a proveniência diversificada de opiniões, as entrevistas permitiram inferir da existência de um conjunto de questões transversais a todas as entidades. Algumas das suas respostas (as mais pertinentes para a sustentabilidade do Concelho de Almeirim) foram incluídas na análise SWOT apresentando-se extractos destas que estão transcritas na própria análise, teve-se o cuidado de identificar as diferentes proveniências na metodologia da análise SWOT.

6.3.1 - Análise descritiva de natureza interpretativa das entrevistas aos actores-chave

Após a transcrição das entrevistas qualitativas procedeu-se a uma pr-análise por entrevista para agrupar a informação que foi transmitida. (Aconteceu algumas vezes os entrevistados, abordarem determinados assuntos fora do contexto de uma determinada pergunta. Como não se quis cortar a raiz do pensamento, deixamo-los expor as suas ideias e assim que tivemos oportunidade, voltamos a guiar o assunto para o que se pretendia). Devido a essa ocorrência, por vezes a estrutura do guião não seguiu a ordem prevista. Assim, procedeu-se  análise descritiva de natureza interpretativa sobre as questões mais importantes e relevantes para este trabalho.

Quisemos saber como era na prática, os hábitos contratuais na instituição que o actor-chave representava, para tal formulou-se a seguinte questão:

P - A sua empresa prefere contratar trabalhadores com formação acadmica, tem algum tipo de formação interna?

A maioria respondeu que preferia contratar pessoas com formação acadmica própria, especialmente quando se referem a quadros técnicos.

“Se quisermos alguém licenciado na área do ambiente ou da engenharia ou da arquitectura, temos que dizer que essas são as condições para ingressar. Quando queremos pessoas indiferenciadas exigimos por norma aquilo que são as obrigações legais, a escolaridade, etc. C dentro, não temos programas de formação”. (ENTREV. 1).

Dos 10 responsáveis pelas instituições, 5 responderam que tinham acções de formação interna. (*nestes casos a formação é dada no decurso da carreira do funcionário*).

“Existe formação interna, para os nossos funcionários que vão acompanhando as formações que vão dando...” (ENTREV. 3).

Para colocações mais específicas, como é o caso da Corporação de bombeiros, ou na Santa casa de Misericórdia existe formação própria.

“A Santa Casa proporciona muitas vezes formações através da União das Misericórdias.

Para as educadoras de infância nós temos formação contínua” (ENTREV. 10).

No caso específico da actividade desportiva, contratam treinadores para os seus atletas.

“Também internamente fazemos sempre uma ou duas vezes por ano alguma formação através de pessoas que vem dar um treino por exemplo” (ENTREV. 6).

Quanto ao facto de haver poucas acções de formação, a razão apontada é porque tem custos elevados.

“As Acções de formação são caríssimas” (ENTREV. 1).

Para saber quais eram as preocupações ambientais das instituições perguntou-se:

P. Preocupações Ambientais e sociais - A Empresa/Instituição que representa tem preocupações no âmbito ambiental e social?

9 dos 10 entrevistados revelaram que a sua instituição tem preocupações ambientais e ou sociais.

Em termos de respostas, as instituições com responsabilidades pela vida do Concelho, todas afirmaram que tem iniciativas e preocupações ambientais e sociais.

“A GNR como unidade institucional que é... é um parceiro activo e participativo é um representante local e parceiro da acção social em conjunto com as demais instituições” (ENTREV. 9).

A CMA participa de forma activa na Semana Europeia sem carros, Tem também um projecto de hortas urbanas.

“Vamos distribuir em concreto os lotes de terreno de hortas urbanas que temos, nós vamos distribuir 60 lotes.” (ENTREV. 1)

Estas hortas fazem parte de um projecto para ensinar as pessoas a cultivar os seus legumes de” modo biológico” A formação aos munícipes está garantida por uma organização não governamental.

Além desta iniciativa existem outras, como a “*Almeirim on bike*” que incentiva os municípios a largar a viatura e a andarem de bicicleta.

“A participação é muito elevada, quando estamos a falar, por exemplo, do Almeirim on Bike, superou todas as nossas expectativas, nós já vendemos 150 bicicletas em 2 horas” (ENTREV. 1)

Também por parte das autarquias existe a preocupação em manter as freguesias limpas:

“Em termos ambientais, temos tentado e é nossa luta manter em termos ambientais a freguesia limpa, o máximo possível, e vê-se. (ENTREV. 3).

Nas instituições com responsabilidades sociais, há preocupações em educar os cidadãos:

“Dado tratar-se de uma escola de futebol tentamos inculcar alguns princípios de cidadania e naturalmente ambientais, tentamos passar um pouco a mensagem de que o lixo é para pôr nos contentores” ... “Tentamos que os miúdos tenham algumas preocupações a esse nível, pronto serão certamente princípios básicos.” (ENTREV. 6).

Como continuação lógica da pergunta anterior, perguntou-se:

P. Que tipo de actividades promovem ao longo do ano para e com a comunidade?

Quase todos (9) responsáveis referiram algum tipo de iniciativas. A CMA desenvolve iniciativas que envolvem todo o Concelho como o “Dia da Floresta” “Semana Europeia Sem Carros”. Ao nível das autarquias, foi referido o apoio dado pelas mesmas, às associações.

“ Temos em actividade 12 colectividades e eu estou-me a referir á Freguesia de Fazendas, Passos e Marianos, temos 4 ranchos folclóricos na freguesia que especialmente na parte Primavera – Verão. Depois temos a parte desportiva, como a Associação Desportiva Fazendense que tem em actividade cerca de 200 atletas. O Clube Amador de Pesca do Ribatejo, que organiza muitas, provas de pesca desportiva, na barragem dos Gagos e participam em concursos a nível nacional e internacional, temos alguns campeões, é o 2º clube do País com mais pescadores em actividade” (ENTREV. 2)

“Temos o futebol, temos várias áreas, várias actividades vocacionadas para várias áreas, onde nós damos o nosso apoio” (ENTREV. 3).

A associação de Pais, tem incentivado a reciclagem do papel utilizado nas escolas:

“E posso-lhe dar um exemplo, uma das propostas tinha sido o facto de... os alunos e das famílias portanto fazerem a recolha de papel já utilizado, de cartão... Esse papel sé recolhido depois pela autarquia, transportado para uma empresa de transformação de papel. Essa empresa faz a

permuta. Portanto recolhe todo esse papel e dá em troca papel reciclado para... portanto é gratuito.” (ENTREV. 8).

Existem outras iniciativas, como é o caso da horta pedagógica, um projecto da Santa Casa da Misericórdia:

“Fazemos uma horta pedagógica, lá fora em que as crianças cavam, põem as coisas na terra, regam e põem 3 ou 4 morangueiros, 2 ou 3 alfaces, enfim, acompanham o crescimento de tudo, temos também uma capoeira que serve de, exactamente também com os mesmos fins” (ENTREV. 10).

Quanto ao nível de participação dos cidadãos nessas actividades, foi perguntado:

P - Aquando de actividades promovidas, qual o nível de participação dos cidadãos?

Quase todos responderam que depende das causas e da altura do ano em que são promovidas essas acções.

De um modo geral os cidadãos participam, mas quase sempre referem que a participação poderia ser maior:

“Olhe infelizmente fica muito aquém daquilo que seria desejável, portanto é realmente uma frustração para quem desenvolve e tem a preocupação de propor algumas iniciativas e depois não ser correspondido em termos de adesão” (ENTREV. 8) ou “não há muita aproximação” (ENTREV. 10).

Quisemos saber o que as instituições pensavam sobre a mobilidade em geral para tal perguntou-se:

P. Como define a mobilidade de uma forma geral da população no Concelho? (facilidade de se deslocar dentro do Concelho: - deslocar-se dentro da freguesia e de uma freguesia para outra).

Quase todos (9) responderam de modo afirmativo, que a mobilidade é boa. Desses, (8) referem que os transportes públicos que existem são suficientes, apenas 1 instituição, quando se referiu ao tema o fez, de modo mais ou menos negativo:

“A nível de transporte público existe pouco, Eu penso que seria melhor haver mais transportes públicos. Podemos realmente encontrar soluções que possam satisfazer um número máximo de pessoas dentro do Concelho e dentro de todas as freguesias.

A única instituição que se referiu de modo negativo, à questão da mobilidade foi a (ENTREV. 10) que disse:

“Eu penso que ainda há muito a fazer em termos de mobilidade, e também tanto na oferta como também no conceito, na mudança de mentalidades.” (ENTREV. 10).

No entanto, pensamos esta afirmação ia mais no sentido de os cidadãos, terem uma utilização intensiva do transporte próprio, em detrimento da utilização dos transportes públicos, uma vez que a responsável refere, que cada vez mais as pessoas estão/são muito “comodistas”:

“Hoje em dia as pessoas vivem muito...pouco viradas para utilizar o transporte público, cada um tem o seu carro e são muito individualistas e também na mobilidade isso se reflecte” (ENTREV. 10).

Associada a esta questão estava outra, que era a de saber se havia a chamada “hora de ponta” no Concelho, a maioria dos responsáveis considera que há mais intensidade de tráfego em determinadas horas, que coincidem com a entrada ou saída dos empregos ou escolas e na hora de almoço, mas que na verdade, esse fluxo, não pode verdadeiramente ser chamado hora de ponta:

“Em algumas das ruas principais da cidade considero que por vezes existe algum constrangimento a nível de trânsito, períodos pontuais” (ENTREV. 5).

Para resolver o problema do estrangulamento de trânsito que alguns sentem, a CMA refere que se está a construir um circular que irá desviar o trânsito do centro da cidade.

Quanto à mobilidade escolar, perguntou-se:

P - Como define a mobilidade da população escolar no Concelho?

Quase todos (9) consideram que existe e é boa, que a Câmara tem feito um esforço para assegurar o transporte escolar dos alunos:

“Eu penso que sim. A autarquia tem tido um papel fundamental em relação a isso, e eu acho que sim” (ENTREV. 5)

“Em termos de Concelho, em termos de freguesia não temos esse tipo de problemas. Temos um autocarro que levam as crianças lá, buscar e levar as crianças à hora à escola, quando entra e quando sai. Temos um transporte que transporta a comida para a alimentação dessas mesmas crianças aqui na freguesia”(ENTREV. 3).

A única resposta negativa, foi dada pela mesma instituição que também se referiu negativamente na pergunta anterior.

Como esta resposta foi no sentido oposto a todas as outras 9 respostas, consideramos pôr como hipótese que, a pessoa entrevistada, não estivesse bem informada sobre este assunto.

“Eu acho que quando as juntas de freguesia ou as câmaras não disponibilizam autocarro... Acho que estamos um bocado mal servidos, e depois acho até arriscado e um bocadinho perigoso pôr uma criança durante 1 hora ou 2 á espera do próximo autocarro que nós não sabemos quando é que ele passa” (ENTREV. 10).

Quisemos também saber como os representantes destas instituições viam a questão da mobilidade dos doentes, idosos e deficientes, para tal perguntou-se:

P. Como define a mobilidade da população doente no Concelho (Relação dos utentes com o Centro de Saúde, Hospital), e recurso a consultas (incluem serviços de fisioterapia e outros serviços afins) que necessitem de transporte recorrem ao transporte fornecido pelos Bombeiros Voluntários. E a mobilidade da população deficiente no Concelho?

A resposta da Câmara foi no sentido que a mobilidade dos idosos e populações com necessidades especiais está devidamente assegurada.

“A Junta de Freguesia de Fazendas, é a única junta que tem ambulâncias. Os bombeiros de Almeirim, tem um sistema de complementaridade. A mobilidade está garantida. Portanto as coisas quando estão a ser feitas, havendo a sensibilidade, acabam por se resolver logo em obra, o que naturalmente facilita” (ENTREV. 1).

Relativamente às autarquias, na opinião de (ENTREV. 2) é que estão bem equipados para responder aos pedidos de ajuda:

“Temos as nossas ambulâncias que estão equipadas com cadeiras de rodas para... às vezes surge lesões graves ou já problemas com dificuldades em locomoverem-se para que possamos deslocá-los para onde for necessário. Temos uma outra situação que são crianças que estão no CRIAL em Almeirim e que nós quase diariamente fazemos numa carrinha de 9 lugares, fazemos o seu transporte para que eles possam ir ter aulas de recuperação no CRIAL, outros no Centro de Saúde, terapia da fala, outros nas piscinas e outros ainda em Alpiarça é montar a cavalo” (ENTREV. 2).

Já (ENTREV. 3) refere algumas dificuldades quanto ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, refere também que já tiveram ambulâncias, mas que de momento não tem:

“Olhe, nós tínhamos aqui duas ambulâncias que o executivo anterior fez o favor de as vender, portanto, nesse aspecto ficámos de pés e mãos atadas para servir essas pessoas carenciadas nesse tipo de transporte. Porque não temos carros vocacionados para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida, que normalmente são esses que têm mais dificuldades, mas quando assim é a pessoa tem de recorrer aos bombeiros.” (ENTREV. 3).

Falando de mobilidade, a instituição que está especialmente vocacionada para o efeito e refere:

“A nível da nossa instituição, depois tem a ver com a aceitação de transportes de doentes, que normalmente é tratada pelo médico que confirma a necessidade do transporte de ambulância, no entanto a nível do Concelho, como existem várias instituições de apoio social nomeadamente a idosos que acabam por fazer o transporte deles, para os centos, e essas coisas têm funcionado, na minha opinião” (ENTREV. 5).

Novamente a responsável por esta instituição, refere também no que concerne aos idosos, doentes e deficientes, há má mobilidade:

“Há uma má mobilidade, melhorou-se alguma coisa em termos de acesso directo, por exemplo, como sabe, os correios, há uns bancos que já têm umas rampas. A mobilidade para ir para o hospital também não, ou são familiares ou a pessoa chama a casa um táxi ou então são os bombeiros que têm que fazer esse serviço e esse serviço não é para os bombeiros, os bombeiros deveriam ser ocupados noutras coisas”. (ENTREV. 10).

As restantes instituições apesar de dizerem que não estão muito informadas, a ideia que têm é que o serviço é normalmente assegurado.

Relativamente à caracterização das 4 freguesias do Concelho perguntou-se:

P. Quanto ao grau de mobilização e interesse em matérias relacionadas com o desenvolvimento do Concelho, preocupações ambientais, grupos etários e escolaridade, diferenciação entre as freguesias.

P. – Existem muitas diferenças (disparidades) entre as quatro freguesias?

As respostas dividiram-se, umas instituições pensam que realmente existem algumas disparidades, outras, que nem por isso.

As diferenças mais sentidas prendem-se com o nível de escolaridade, que é mais alto na cidade de Almeirim e em Fazendas de Almeirim. Referem no entanto que a tendência é para se irem esbatendo:

“Nos últimos anos as diferenças têm sido todas menores.” (ENTREV. 6)

Quanto aos problemas sentidos pelas populações, são de uma forma geral, sentidos igualmente em todas as freguesias.

Para saber em termos do Concelho o que é que se faz quanto a reciclagem, perguntou-se:

P. A nível da reciclagem o que é feito no nosso Concelho pela Autarquia é suficiente? O cidadão/município de Almeirim faz reciclagem?

As respostas foram relativamente positivas, consideram que há alguma disponibilidade por parte das populações em colaborar, mas não são muito activas e que poderiam fazer muito mais.

“Sim, podíamos fazer mais, vê-se alguma preocupação, sente-se alguma preocupação e penso que a grande maioria das pessoas ainda não têm essa preocupação de reciclar” (ENTREV. 6).

As respostas das instituições com responsabilidades oficiais, vão no sentido de identificarem diferentes comportamentos. Assim, associam comportamentos mais responsáveis, em pessoas com maior grau de escolaridade e menor idade:

“A verdade é que os nossos índices de adesão e os kg de recolha são completamente diferentes, ou seja, numa população mais idosa, mais envelhecida, com menos escolaridade etc., aderiu muito mais a este esquema do que a população mais nova” (ENTREV. 1)

Referem também que as populações já aprenderam a distinguir os diferentes tipos de lixo que é possível de reciclar:

...”Têm o cuidado de saber já ...distinguir onde é que devem colocar as coisas, produtos recicláveis colocam-nos no local certo e portanto não fazendo a reciclagem, colaboram numa forma directa ou indirecta para que isso aconteça para que muitos produtos possam vir a ser reciclados e isso é importante e vantajoso para todos nós”

Os Bombeiros referem que fazem parte activamente de uma campanha de recolha de electrodomésticos velhos e que tem uma contra partida simbólica:

“É claro que a nossa instituição tem algumas contra partidas com o facto de sermos um ponto de recolha, sendo que essas toneladas de resíduos eléctricos, acabam por depois ser dada à instituição um valor, simbólico, mas é sempre uma ajuda, assim como também a cedência do espaço” (ENTREV. 5).

Quanto à atitude das instituições, face à reciclagem dentro da própria instituição, alguns não se pronunciaram sobre o assunto, os que referiram esse ponto, referem que fazem separação de lixos, mas que ainda poderiam fazer mais.

Pedimos aos entrevistados para se pronunciarem relativamente às actividades económicas do Concelho. Para tal perguntou-se:

P. No seu entender estamos bem servidos de empresas ou de serviços no nosso Concelho, ou deveria haver mais empresas? Se considera que deveria haver mais empresas, diga qual (ou quais) o sector de serviço com mais carência?

A maioria respondeu que há carências nesse aspecto. Há falta de empreendedorismo e dinamismo empresarial. É preciso saber lidar com este período de instabilidade de forma positiva. Referem também que uma parte da solução está, nas mãos dos empresários, é necessário haja diálogo entre os diferentes sectores, que se criem mais associações:

“Uma associação de reganço poderia ser uma boa medida” (ENTREV. 7)

Também referiram que para se colmatar essas falhas, é necessário ter a capacidade de identificar as oportunidades de negócio:

“Temos muito poucas empresas, eu penso que seria uma aposta. Portanto, a mão-de-obra está disponível, e essa mão-de-obra, seria preferível, montar mais fábricas, fabriquetas ou outro tipo de indústrias, onde fosse possível colocar essa mão-de-obra disponível.” (ENTREV. 3).

Também sugeriram, que é preferível ter muitas empresas pequenas, do que ter poucas empresas grandes:

“Mas eu prefiro ter muitas pequenas e médias indústrias do que uma grande indústria, porque, e os exemplos estão aí á volta. Portanto eu acho que nós temos que criar condições, naturalmente, para fixar cá mais indústria, serviços, aquilo que se entender mas é coisas sustentáveis que possam durar muitos anos e sobretudo que no caso de por uma infelicidade terminarem, não arruinem completamente a economia dum Concelho” (ENTREV. 1)

“Eu entre 200 postos de trabalho numa única indústria e 200 postos de trabalho distribuídos por 10 ou por 20, eu prefiro distribuídos por 10 ou por 20, porque se acontecer alguma coisa não tenho 200 na rua numa única vez” (ENTREV. 1)

Quanto à localização do parque industrial de Almeirim um entrevistado referiu:

“Eu não concebo e não entendo porque é que as zonas industriais estão encafuadas no meio da cidade ou a um canto da cidade, as zonas industriais deviam estar postas e colocadas numa, próximo das vias rápidas, próximo de acessos fundamentais, eu vou a Espanha e ando nas auto-estradas ou nas vias rápidas e as empresas estão todas à beira daquilo, são todas do outro lado da rua, em Portugal, não sei porquê, criaram-se as zonas industriais, mas criaram-se todas no meio das cidades, num canto, lá para o fundo” (ENTREV. 6).

Relativamente aos pontos fortes do Concelho, todos foram unânimes em apontar 3 sectores que são a força motriz do Concelho: a gastronomia, agricultura e vinhos. Também a localização geográfica do Concelho, é por si só, considerada uma mais valia.

Consideram que o Concelho tem potencialidades para se desenvolver mais, mas é necessário haver um maior diálogo entre todos os sectores:

“Precisamos que as pessoas falem umas com as outras” (ENTREV. 1);

“Quando as pessoas trabalham isoladamente a dificuldade é muitíssimo maior, ou nos unimos todos em prol da melhoria da qualidade de vida, não só para nós mas para os nossos filhos, para os nossos netos, para a sociedade vindoura e então conseguimos fazer as pessoas que queiram trabalhar e que queiram fazer coisas” (ENTREV. 10).

Todos referem que é necessário apostar na dinamização dos nossos produtos. Apostar na criação de protocolos de ajuda entre sectores, Um dos exemplos mais apontado, consiste no aproveitamento dos fluxos de turistas ao Concelho por causa da gastronomia para dinamizar o eno-turismo:

“Seria benéfico, não só para o Concelho, como para as próprias cooperativas, haver um protocolo com as próprias cooperativas onde se levasse os turistas visitar hoje uma cooperativa daqui, amanhã uma cooperativa em Almeirim, noutro dia a cooperativa da Goucha...” (ENTREV. 3);

“O pólo de atracção é a sopa da pedra, os restaurantes da sopa da pedra é o que atrai a maior parte das pessoas.” (ENTREV. 2); “Fala-se em exportar milhões de garrafas de vinho para a China e para outros países, para outros mercados que não a União Europeia, mas reparem que a maioria desse vinho é exportado por privados, não é exportado pelas adegas cooperativas, o que é pena, e podia ser um potencial muito grande para nós”(ENTREV. 2);

Também consideraram que o fluxo de turistas está subaproveitado e que deveria haver mais intercâmbio entre o sector da restauração, do vinho e do turismo rural:

“É o caso da Adega Cooperativa de Almeirim, que está paredes meias com o restaurante da sopa da pedra, dos autocarros e as pessoas, estacionam no parque das Tílias, portanto, estão a 50 metros da adega cooperativa.”(ENTREV. 2)

“Eu penso que muita coisa se podia fazer ligada áquilo que as pessoas vêm fazer, que é comer a sopa da pedra e provar o melão” (ENTREV. 6)

“A gastronomia e o turismo são 2 áreas em que se pode trabalhar muito bem... e poderia haver excelentes resultados” (ENTREV. 9)

Relativamente aos pontos fracos do Concelho, quase todos referem a falta de capacidade associativa dos cidadãos e a fragilidade do sectores agrícolas e industrial.

Referem também que não há tradição na partilha mútua de recursos. Apontam como exemplo, o que se faz na vizinha Espanha:

“Em Espanha, existem 4 ou 5 quintas, ou 6, que partilham a máquina de apanhar uvas. Partilham a máquina de apanhar tomates. Aqui não, cada agricultor compra a melhor máquina, depois endividam-se na banca durante 25 anos. Quando acaba de comprar a máquina, a máquina está

podre, portanto, devemos ser mais unidos, mais cooperativistas, não havendo nenhuma conotação política aqui...” (ENTREV. 6).

Ainda a esse propósito referem que é necessário mudar a mentalidade dos nossos empresários:

“O nosso país é um bocadinho um país de quintinhas, ou de quintais, depende, acho que poderia fazer mais, até porque em termos de rentabilização de equipamentos, fundamentalmente de equipamentos, poderia-se colocar determinado tipo de equipamentos à disposição de um grupo mais alargado de pessoas e certamente seria mais rentável do que cada um ter o seu próprio equipamento” (ENTREV. 5).

“É importante nós mudarmos a nossa atitude em termos da forma como pensamos no colectivo” (ENTREV. 8)

Quanto às “Oportunidades do Concelho” todos referem que “há muito para ser feito”, que há boas potencialidades. Quando concretizam, novamente referem as áreas da agricultura, gastronomia e turismo.

Em relação à agricultura, algumas das sugestões são:

“Criar uma associação de regantes... Seria uma boa medida e que é possível fazer, temos noção que no nosso Concelho existem zonas onde os recursos hídricos poderiam ser explorados dessa forma...é um ponto a desenvolver...” (ENTREV. 5)

“Portanto, penso que nesse aspecto da água... uma associação de reganço na nossa região seria uma boa medida ... as pessoas são obrigadas porque o tempo os vais obrigar a isso... organizarem-se, talvez numa cooperativa, penso eu, não sei...”(ENTREV. 3).

Em relação à gastronomia as sugestões vão no sentido de:

“Há 2 sectores que podem ser perfeitamente complementados, o sector da noite portanto dos bares, discotecas, etc., deveria naturalmente articular-se muito com a restauração, não acontece!...” (ENTREV. 1)

“Poderiam se criar roteiros turísticos ligados com a gastronomia, podiam-se fazer, como disse, visitas... eu penso que muita coisa se podia fazer ligada aquilo...o que as pessoas vêm fazer, que é comer a sopa da pedra e provar o melão. É necessário criar uma dinâmica entre as empresas e as pessoas... e isso não está a ser feito!...” (ENTREV. 6)

Na área do turismo referem que é importante apostar na qualidade dos nossos produtos:

“...têm que apostar naquilo por que somos conhecidos, e a partir daí ir para outras coisas, temos que partir do que temos e isso será uma mais-valia...” (ENTREV. 10)

E saber explorar as ligação ao rio.

“Vala de Almeirim, turismo – barcos a navegar” (ENTREV. 7)

No conjunto de todas respostas sobre as oportunidades do Concelho, sobressaem algumas ideias:

“Fazermos um fórum, um seminário sobre Almeirim e discutirmos tudo a nível empresarial, a nível... a todos os níveis, em que as pessoas pudessem participar durante um dia, num cineteatro, num pavilhão, em que se discutisse o que queremos para o futuro, o que pode ser feito, penso que haveriam muitas ideias que iriam para cima da mesa... (ENTREV. 6)

Assim, será necessário melhorar as vias de comunicação empresarial para que se possa promover a associação de ideias e serviços.

Quanto aos serviços de saúde do Concelho, a imagem que se tem é claramente negativa. Todos os actores-chave referiram haver aspectos negativos nesta questão. Todos referem a falta de médicos nos centros de saúde. O aspecto que consideram “mais vergonhoso e lastimável” é a necessidade de se ir para a fila às 4,5, ou 6 da manhã para se marcar uma consulta:

“Havendo as carências dos médicos que existem, que são reais e se calhar metade da população não tem médico de família o que é vergonhoso para um Estrado que se diz Europeu” (ENTREV. 1)

“Não aceito de maneira nenhuma que quando vou para ter uma consulta, eu tenha que ir às 5 ou 6 da manhã para a porta do centro de saúde para apanhar uma consulta...” (ENTREV. 3)

“É o caos - tem que se ir de madrugada para o posto, para marcar consulta” (ENTREV. 7)

“ É impensável... porque as pessoas, eu acho sub-humano as pessoas vão às 5 da manhã, 6 da manhã para arranjar uma consulta no centro de saúde” (ENTREV. 10).

Quanto à implementação da Agenda 21 Local, todos referiram que será importante para a vida do Concelho e que a instituição que representam terá todo o gosto em participar activamente nesse processo:

“Obviamente que é fundamental, nós não temos e acho que temos que ter enfim, temos aqui sempre um problema que tem a ver com a questão dos recursos humanos... Mas é necessário implementá-la tão breve quanto possível...” (ENTREV. 1)

“Estamos disponíveis, tudo o que seja benéfico para os nosso fregueses...” (ENTREV. 2)

“Sim, estaria disposto a participar e tudo faria para que a freguesia se viesse a integrar nesse ambiente e tirar daí alguns proveitos, porque na Agenda 21 eu penso que tudo o que venha por bem, é bom, e que nós temos que participar e temos que colaborar e temos que trabalhar nesse sentido...” (ENTREV. 3).

“É uma instituição aberta e deveria ser mais aberta ainda. Considero extremamente importante a cooperação local, e a cooperação com as outras instituições, e daí que aproveitamos um bocadinho das valências de cada um, podemos construir um projecto maior, digamos assim, obtendo-se, obtendo mesmo resultados melhores...” (ENTREV. 5)

“Claro que estarei disposto a participar, a associação terá todo o prazer e será um orgulho participar nesta agenda, porque achamos que realmente é preciso criar objectivos, criar portanto uma visão de futuro, para Almeirim...” (ENTREV. 6)

“É sempre uma mais-valia, a adega é uma mais-valia para esse projecto” (ENTREV. 7)

“O facto das pessoas se juntarem, de reflectirem, de discutirem pontos comuns e de estabelecerem estratégias, penso que o caminho indicado para que a nível do Concelho haja grande melhoria para a vida da comunidade. Portanto, é importante as pessoas terem essa preocupação, associarem-se, reflectirem sobre determinados temas, sobre determinadas estratégias, serem participativas na decisão da vida local e com isso trazerem contributos para que Almeirim e os seus munícipes possam finalmente ter uma vida melhor e se for nesse sentido penso que será vantajoso para todos...” (ENTREV. 8).

“Acho que é uma excelente iniciativa essa agenda 21 e espero poder contribuir activamente para que ela vá para a frente... para que possamos melhorar aquilo que já existe...” (ENTREV. 9).

“Eu acho que todas as Instituições podem ter um papel importante, é uma questão de se unir esforços e todos nós podemos contribuir para uma melhoria de qualidade de vida, qualidade ambiental, de qualidade a todos os níveis do sítio onde vivemos eu acho que quando se une esforços, se cada um puder ajudar nalguma coisa, acho que conseguimos resultados muito mais proveitoso. A Instituição que eu coordeno também terá com certeza um papel importante...” (ENTREV. 10).

Considerando todas as opiniões sobre a temática da implementação da Agenda 21 Local, os actores-chave que participaram neste trabalho, estão totalmente disponíveis, para participarem no processo.

Consideram também que há muito trabalho para ser desenvolvido. Que é da discussão que nasce a luz ... E que o maior número de cidadãos, deva ser chamado para a mesa da discussão, para que todos possam contribuir com as suas ideias.

6.4 - Análise SWOT do Município de Almeirim

Aqui pretende-se analisar os dados recolhidos tendo em conta as áreas problemáticas que foram identificadas, pela realização dos questionários junto da população e das entrevistas a vários actores locais com intervenção social no Concelho, o que nos

permitiu uma compreensão das dimensões e compreensão integrada dos problemas e dos recursos existentes.

As Forças e Fraquezas correspondem aos pontos positivos e negativos, e referem-se à situação presente e à realidade interna do Concelho. Ressalva-se que alguns dos aspectos identificados como Forças, ainda não existem no Concelho. A dinâmica que cada um deles poderá proporcionar, aconselha-nos a considerá-los neste conjunto de pontos positivos. As Oportunidades e Ameaças referem-se a dinâmicas externas, que podem afectar ou vir a afectar positiva e negativamente o contexto em análise.

Como transformar uma ameaça em oportunidade? - Uma ameaça, portanto um factor externo, pode vir a afectar o funcionamento do concelho, pode não ser necessariamente uma má notícia. De facto, essa ameaça pode provocar o aparecimento de um novo ponto forte no concelho. Para isso, quem tem o poder de tomar decisões, deverá perceber como este novo facto, pode ser explorado pelo concelho, no sentido de se retirar daí, um benefício real.

Assim a utilização desta técnica, pode contribuir, antecipando alguns factores que poderão ser condicionantes da situação do Concelho em pontos fortes. O diagnóstico apresentado pela análise SWOT, revela a leitura efectuada relativamente à realidade da região, e teve como resultado o levantamento de informação qualitativa (entrevistas aos actores chave) e quantitativa (inquérito à população realizado junto da população das 4 freguesias que compõe o concelho.) e da interacção dessa mesma informação.

Análise SWOT ao Concelho de Almeirim - FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS/ Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats

Resultados encontrados, com base no inquérito efectuado junto da população e nas entrevistas aos actores-chave do concelho.

Quadro 6.1 - Análise SWOT	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>1º - Gastronomia 84,48 %</p> <p>A “sopa da pedra” é um elemento aglutinador e dinamizador da economia local.</p> <p>2º - Qualidade dos Produtos Locais 71,18%</p> <p>São uma referência constante. Os enchidos, o vinho, o melão. Contribuiu bastante a criação da Encherim</p> <p>3º - Agricultura com 63,05%</p> <p>Boas condições climáticas, propícias para o cultivo de um conjunto importante de produtos frutícolas e hortofrutícolas e vinha.</p> <p>4º - Infra-estruturas do desporto 54,43%</p> <p>O concelho de Almeirim dispõe de espaços desportivos capazes de responder aos interesses e expectativas dos munícipes.</p> <p>5º - Acessibilidades 49,75%</p> <p>Existência de boas ligações com o resto do País</p>	<p>1º - Serviços de saúde 55,41%</p> <p>Não existem respostas adequadas ao nível dos cuidados de saúde primários. Muito tempo de espera por consultas.</p> <p>2º - Desemprego 55,17%,</p> <p>Embora ainda esteja inferior à média Nacional, o desemprego tem subido.</p> <p>3º - Hábitos nocivos 45,32%,</p> <p>O início precoce do consumo de substâncias psicoactivas em adolescentes.</p> <p>4º - Fraco Investimento Privado 39,65%</p> <p>Débil organização empresarial do sector agrícola. Falta de estruturas de comercialização dos produtos agrícolas do concelho</p> <p>5º - Pobreza 34,48%</p> <p>Resultante dos despedimentos associados a processos de reestruturação produtiva e da instabilidade do mercado de trabalho.</p>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Dinamização e Exploração dos Produtos locais para Actividades Culturais e Turísticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ A Confraria da Sopa da Pedra, é uma mais-valia para a divulgação desta iguaria. ✓ Melão de Almeirim – Ser um produto com denominação de origem controlada ✓ Apostar na agro-indústria alimentar voltada para os sabores regionais. ✓ Promover a imagem do concelho como território atractivo para habitar, trabalhar e visitar, do ponto de vista da qualificação urbana e ambiental do concelho; ✓ Apostar na formação e qualificação dos recursos humanos como suporte de um desenvolvimento integrado e sustentável; ✓ Consolidar as actividades económicas existentes e potenciar novas que permitam a diversificação da base económica; ✓ Reforçar a rede de acessibilidades como motor da coesão e competitividade territorial; ✓ Apostar nas potencialidades ecológicas e paisagísticas do concelho; ✓ Reforçar e qualificar a rede urbana de equipamentos e infra-estruturas; ✓ Promover e concertar consensos e 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de mão-de-obra qualificada; ✓ Débil organização empresarial do sector agrícola; ✓ Falta de estruturas de comercialização dos produtos agrícolas do concelho; ✓ Fraco peso da indústria.

<p>interesses e mobilizar os agentes e protagonistas do concelho na implementação do Plano de acção.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Potenciar as redes de cooperação, com a Nersant, o Instituto Politécnico de Santarém, e os parques empresariais e tecnológicos existentes no concelho e no distrito.✓ Desenvolver um pólo de competências em torno da enologia e da indústria do vinho, no eixo do Cartaxo / Santarém / Almeirim e Alpiarça.	
--	--

Análise SWOT – Como transformar os pontos fracos em pontos fortes

Saúde – Quanto a este ponto negativo: - No plano da saúde, importa salientar a opinião dos actores chave que afirmaram: “... Seria muito conveniente ter: uma unidade móvel de saúde, para no âmbito do apoio domiciliário, para percorrer todas as localidades do concelho, realizando rastreios da glicemia, tensão arterial e peso, prestando cuidados básicos de enfermagem...”

A confirmar esta situação, está a atitude da Assembleia Municipal, que exigiu a manutenção das extensões de saúde nas freguesias, isto é, de uma rede de serviços de saúde humanizada e de proximidade, dotada das valências que correspondam às características das populações que se pretendem servir. Para tal, foi apresentada em Dezembro de 2011 uma moção contra as políticas aplicadas pelo Governo na área da Saúde, mostrando preocupação com a situação no ACES Lezíria II, onde a falta de médicos é preocupante, assim como a possibilidade de fecho de diversas extensões no sul do distrito de Santarém, e no concelho de Almeirim. A moção foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de Almeirim de Dezembro de 2011, com os votos favoráveis da CDU, PS e Mica e a abstenção do PSD. CMA (2011)

Desemprego - Quanto a este ponto negativo: - O Município de Almeirim em conjunto com todas as forças sociais, deverá pesquisar opções que possam mitigar o problema do desemprego, tal como fizeram outros municípios e aderir ou criar de raiz, um projecto

como o que foi criado com as “Redes do Tejo”. *(Este projecto foi liderado pelo município de Abrantes, no âmbito do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que pretende “combater a exclusão com um trabalho em parceria”. Os concelhos que estão envolvidos são: Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).* CM Abrantes (2011)

Nessa linha intervenção, será importante tendo em vista a rentabilização de esforços, a inovação social e, fundamentalmente, o trabalho em parceria e em rede, criar oportunidades para:

- ✓ Cursos de formação profissional adequada para pessoas com baixa escolaridade;
- ✓ Continuidade de projectos/programas;
- ✓ Oportunidades para criação do próprio emprego;
- ✓ Oportunidade para requalificação profissional;
- ✓ Motivar o interesse nos desempregados, para a frequência de acções de formação.

Hábitos Nocivos - A questão dos jovens em risco constitui uma realidade de grande complexidade e delicadeza pela diversidade e especificidade das diferentes conotações que pode abarcar, sendo simultaneamente causa e consequência de fenómenos bem mais abrangentes e que são uma preocupação constante do município.

Com muita frequência há reuniões com os serviços sociais e autoridades no sentido de tentar resolver estes problemas. Para tentar minimizar o problema, o plano de Acção de 2012 da rede social de Almeirim, aponta como uma das medidas estratégicas, dar continuidade às acções de formação/sensibilização para comunidade educativa sobre o uso de substâncias lícitas e ilícitas, de forma a prevenir comportamentos aditivos por parte das crianças e jovens. Rede de acção social. CMA (2012).

Fraco Investimento Privado - Sabe-se que o fraco dinamismo empresarial é resultante de uma deficiente estrutura económica. A estrutura da força de trabalho, é apoiada pelos sectores, terciário e secundário, onde predominam as micro empresas de cariz familiar. Faltam também estruturas de comercialização, para os produtos agrícolas do concelho. Devido a esse facto, é maior a dificuldade em absorver a mão-de-obra disponível, pelo que há necessidade de estruturar o tecido económico e a capacidade produtiva em particular, através do reforço das potencialidades endógenas.

Por detrás do estagnamento desta situação poderão estar:

- ✓ A desconfiança recíproca entre os actores, que é tanto maior, quanto menor for a experiência de cooperação ou, eventualmente, maior a ocorrência de experiências mal sucedidas;
- ✓ Os desfasamentos entre as políticas dos concelhos vizinhos, que podem “navegar” a diferentes velocidades, retardando a iniciativa e o arranque dos projectos de cooperação, o que pode favorecer os comportamentos não cooperativos.

A conjugarem-se os dois, podemos estar perante um círculo vicioso de subdesenvolvimento, difícil de romper. Além disso, o despovoamento, o envelhecimento da população e a estabilização ou mesmo a degradação do capital humano, são factores que podem ainda enfraquecer a possibilidade de dinamização do tecido empresarial.

Aumento da pobreza - A forma como funciona o mercado de trabalho e as exigências profissionais que se colocam hoje em dia, à pessoa que procura trabalho, confirmam a relação de causalidade entre a educação e a situação de pobreza. Assim, será possível dizer, que os baixos níveis de escolaridade acentuam a vulnerabilidade face à pobreza e à exclusão social

Também o aumento das situações de pobreza, são na maioria dos casos, resultantes de despedimentos associados a processos de reestruturação produtiva e da instabilidade do mercado de trabalho. Estão também relacionadas com a população idosa, em particular, aqueles que vivem exclusivamente das magras pensões da Segurança Social.

Assim, para se minimizar os impactos negativos, do desemprego e da pobreza, há que fazer intervenções de maneira concertada, quer no domínio nacional, quer nas políticas locais.

Todas as forças devem trabalhar em conjunto, e definir quais as estratégias a adoptar. Essas intervenções deverão de ser ajustadas à realidade local, e à elasticidade do tecido empresarial da região. Também as empresas locais deverão ter em vista, que o seu próprio crescimento, deve resultar mais, de políticas sustentáveis, e menos, de formas mais ligadas ao lucro fácil, sem atender às suas responsabilidades sociais.

Nessa linha de pensamento, procuramos saber o que a rede social de Almeirim CMA (2012) - pretende fazer para minimizar ou contrariar a situação actual, para tal consultou-se o seu plano de acção para 2012, como prioridades, o referido plano aponta:

- ✓ Prevenção de Comportamentos de Risco e Saúde;
- ✓ Educação;
- ✓ Emprego e Formação Profissional;
- ✓ Apoio à Família e Situações de Exclusão Social;
- ✓ Planeamento e Estratégia;
- ✓ Dar continuidade aos pedidos de apoio a nível das melhorias habitacionais de famílias mais vulneráveis, por parte da Autarquia.
- ✓ Acções e diligências com vista a implementação de um Banco Local de Voluntariado.
- ✓ Organização da Semana Social, com objectivo de sensibilizar a comunidade para as problemáticas sociais.
- ✓ Contacto com várias entidades/serviços com vista a recolha de dados referentes às várias problemáticas do concelho.

De uma forma geral, pode-se dizer que o que é mais difícil de modificar, são as mentalidades e as atitudes tipo “*dolce far niente*”, por falta de ideias ou projectos. É necessário ampliar a capacidade de observação, quanto ao desempenho dos mercados e melhorar o conhecimento sobre as realidades locais, tais práticas podem levar a que todas as forças sociais trabalhando em conjunto, possam desenvolver ideias e criar oportunidades de trabalho.

Análise SWOT - Como transformar as Ameaças em Oportunidades

Em relação às ameaças e qual a melhor maneira de as ultrapassar, é importante referir que na actual conjuntura económica, financeira, política e social, discute-se frequentemente sobre quais serão as melhores soluções e quais as medidas e acções mais adequadas a adoptar de forma a assegurar um futuro de crescimento e prosperidade económica e social. Neste contexto, acções que envolvam inovação, internacionalização, exportação, diferenciação no produto e serviço, valor acrescentado, cooperação, imagem e qualificação de recursos humanos são apontadas como as melhores soluções para o crescimento. Assim, para transformar cada ameaça numa oportunidade será necessário:

Quanto à falta de mão de obra qualificada:

Implementar acções de formação, formais ou informais, e do próprio contacto entre outros trabalhadores em empresas do mesmo sector.

- ✓ Nas próprias empresas, por meio de workshops internos, ou abertos à comunidade, ou pelas mãos de instituições produtoras de conhecimento, de modo a permitir que os trabalhadores desenvolvam mais e melhores competências.

Quanto à débil organização empresarial do sector agrícola: - É fundamental que:

- ✓ O sector agro-alimentar de Almeirim aposte na reciclagem, tecnologias e culturas que promovam uma melhor e mais eficiente gestão da água e dos combustíveis e que revele uma maior eficiência nos sistemas de recolha de resíduos e proteja e valorize os recursos geológicos e a promoção da riqueza e diversidade das águas naturais.
- ✓ Aposte na utilização de espaços agrícolas, que hoje se encontram abandonados ou subutilizados, para a produção de culturas destinadas à produção de biocombustíveis, esta estratégia poderá possibilitar a criação de pólos de excelência, na investigação e experimentação sobre plantas e processos da transformação, com o apoio do instituto politécnico mais próximo (Santarém).

Quanto à falta de estruturas de comercialização dos produtos agrícolas do concelho: - dever-se-á:

- ✓ Desenvolver campanhas de comunicação sobre os benefícios dos alimentos em relação à saúde;
- ✓ Especialização produtiva baseada na intensidade de recursos naturais ou endógenos;
- ✓ Fornecer informação ao nível do valor nutricional dos alimentos;
- ✓ Demonstrar como são produzidos e transformados os produtos alimentares;
- ✓ Promover visitas de estudo à indústria agro-alimentar da região;
- ✓ Explicar porque o sector agro-alimentar é importante para a região e em que medida temáticas como a inovação e a internacionalização podem ajudar a desenvolver o mesmo;
- ✓ Priorizar a criação de um selo regional de origem sustentável.

Quanto ao fraco peso da indústria: O reforço da competitividade industrial, faz-se através de:

- ✓ Especialização produtiva baseada em produtos diferenciados.
- ✓ Indo ao encontro dos desafios da globalização, consolidando as condições que possam vir a ser potenciadoras de uma possível internacionalização.

- ✓ A cooperação entre os intervenientes - há que encontrar formas de cooperação, que procurem conciliar os objectivos da competitividade

Acompanhamento da legislação para um eficaz aproveitamento dos fundos comunitários.

É também importante referir que nos resultados apresentados, para a área ambiental os munícipes referem que se deverá investir nas seguintes áreas: energias renováveis, que obteve 57,14%, das escolhas. Em segundo lugar ficou a Educação e sensibilização ambiental com 49,50% em 3º lugar ficou a Agricultura com 38,17%, seguida pelos espaços verdes com 36,45%, a Qualidade da água dos rios com 30,78%, a limpeza urbana obteve 30,04%, a Qualidade de água para consumo e a quantidade e localização de ecopontos foi considerada em simultâneo por 23,89%, a implementação de medidas contra incêndios obteve 22,66%, o Tratamento de águas residuais e a qualidade do ar obtiveram em simultâneo a mesma percentagem 19,45%, a recolha selectiva do lixo 14,03%, a quantidade e localização de contentores 12,06%

Na área económica, as áreas mais indicadas, onde seria bom investir são: Nesta pergunta os munícipes foram coerentes e a sua principal preocupação foi a criação de postos de trabalho/emprego que obteve 85,96%. Portanto uma grande maioria, vê como prioridade principal a criação de postos de trabalho.

Em segundo lugar, mais de metade dos munícipes apostaram na dinamização dos produtos regionais 55,66%. Também a fixação de indústrias obteve mais de metade das opções ficando com 53,44%. Cerca de 42,36% pensa que uma área em que se deve investir mais é o comércio, seguida pelas actividades agrícolas, com 41,62% O turismo obteve 33,49% seguido pela restauração com 24,38%, serviços com 22,66%.

Por último ficaram as infra-estruturas rodoviárias com 10,59%, é um valor que está em coerência com o que os munícipes pensam sobre as acessibilidades, a maioria está contente com as estruturas viárias que o concelho dispõe.

6.4.1 - Pontos fortes, Pontos fracos, Oportunidades e Ameaças

Em Portugal existe muitas vezes a percepção de que nunca se faz nada... nesse sentido, o envolvimento dos cidadãos com as novas acções, pode fazer-se através das diversas associações e de forças sociais – o que poderá ser uma boa forma de ‘persuadir’ os cidadãos, da legitimidade e validade das decisões a tomar. Magalhães, P. (2004).

Para tornar o concelho de Almeirim numa região de sucesso, capaz de gerar novas oportunidades de desenvolvimento e de fomentar o seu posicionamento estratégico ao nível nacional e regional será necessário:

- ✓ Transformar os pontos fracos, em pontos fortes,
- ✓ Não perder as oportunidades, que se lhe advinham
- ✓ E... eliminar ou minimizar as ameaças que existentes.

Para se atingir este objectivo temos que melhorar quatro vectores:

- ✓ As condições de mobilidade e acessibilidade, as quais se revelam no nível qualitativo e quantitativo das infra-estruturas, mas também, no sistema de transportes e comunicações que se conseguem atingir;
- ✓ As condições ambientais do território, elevando os indicadores de sustentabilidade e de qualidade de vida para as populações;
- ✓ Os equipamentos, os quais numa óptica de organização do território, irão contribuir, para melhorarem as condições de fixação e de bem-estar das populações;
- ✓ A valorização do património construído e as acções de qualificação urbana potenciando as capacidades do património cultural e ambiental.

Mas para estes 4 vectores funcionarem e interagirem entre si, terão que ter por base um 5º vector, (que será da maior importância) o vector da coesão social. Ainda mais, na situação actual do país, a coesão social será a “cola” necessária, para que seja possível a realização de acções e projectos que reforcem a coesão económica/social e territorial da Região.

CONCLUSÕES

A origem deste trabalho, fundamentou-se na necessidade de chamar à atenção dos parceiros sociais e da população em geral, da importância da implementação de uma AGENDA 21 LOCAL em Almeirim. A informação obtida sobre a realidade do concelho, fundamentou-se na recolha, e compilação de informação, junto do Município, dos parceiros sociais e principais actores chave/locais. Essa informação foi conseguida através de realizadas entrevistas qualitativas aos actores-chave e inquéritos à população do concelho.

A informação vertida nos questionários feitos à população e a informação recolhida pela transcrição e análise das entrevistas aos actores chave, esclareceu sobre a realidade da vida no concelho. Ficamos com a certeza que a actuação do tecido associativo é, indiscutivelmente, uma realidade incontornável e fulcral para a dinamização da comunidade, seja no plano desportivo, cultural, social, ou recreativo. Para tal as associações são, não só parceiras cruciais da intervenção dos organismos públicos, incluindo os autárquicos, mas vão muito mais além, dando respostas a muitas das necessidades com que as populações se confrontam nesses diferentes sectores.

Assim, para o sucesso da implementação da Agenda 21 local no concelho de Almeirim, tem de haver um maior envolvimento de todos os agentes no processo. A sua implementação também depende muito, do exercício dos seus cidadãos e do correcto encaminhamento dos fundos europeus, (nomeadamente através do QREN e do INTERREG IVC que prevê o financiamento inter-regional. Esse programa é implementado no âmbito do objectivo de cooperação territorial da Comunidade Europeia e financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER).

Ora num caso tão importante para uma comunidade, como é o caso da implementação da agenda 21 Local, torna-se necessário atrair o maior número de participação possível dos munícipes no sentido de se moverem esforços, para se efectuar as candidaturas aos fundos europeus disponíveis no âmbito regional. Assim, espera-se que este trabalho, seja de algum modo um “roteiro facilitador” que permita aos agentes locais, de forma mais fácil, intervir no processo de implementação da agenda 21 local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovay, R. (1994) A dualização como caminho para a agricultura sustentável. Estudos Económicos, v. 24, número especial: p. 157-182, 1994.

Agenda 21 (1992) - <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/index.htm>

Agenda 21 Local em Portugal (2011) Balanço realizado com base na comunicação através da internet

http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=16&Itemid=60

Agenda 21: (2000). Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável Declaração de Princípios do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, Nações Unidas, 1992, traduzido pelo Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Albarelo, Luc (1997) - Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.

Almeida, João Ferreira (1992) – A Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Oeiras: Celta Editora.

Almond, G., Powell, G. B., Strøm, K., & Dalton, R. (2004). Comparative Politics Today: A World View, Eighth Edition. Nova Iorque: Pearson Longman.

ANMP (2003) - Associação Nacional de Municípios Portugueses - PLANO DE ACTIVIDADES 2003

Guia AGENDA 21 Local: Um desafio para todos. Novembro de 2007 - Agência Portuguesa do ambiente - Equipa da T Terra – Auditoria, Projeto e Técnicas Ambientais, Lda; Coordenação de Carlos Cupeto.

APA (2008) Agência Portuguesa do Ambiente – Instrumentos –

Disponível em: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=120&sub2ref=163>

APCER (2006) - (Associação Portuguesa de Certificação) - Guia Interpretativo NP EN ISO 14001:2004, (2006).

Arnstein, Sherry R.(1969) "A Ladder of Citizen Participation," Journal of the American Planning Association, Vol. 35, No. 4, July 1969, pp. 216-224

Azevedo GM. (2005) O impacto da norma internacional de contabilidade nº 41 – Agricultura no normative – sector vitivinícola Tese de Doutouramento em Gestão especialidade em Contabilidade ISCTE

Blowfied, M.; Murray, A. (2008). Corporate responsibility: a critical introduction.

Oxford: Oxford University Press

Bogdan, R.; Biklen, Sari K. (1994) - Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação).

Bourdieu, P. (2001) A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In Poder Simbólico Edição Difel p.107-132.

Boynton, P.; Greenhalgh, T. (2004) Selecting, designing, and developing your questionnaire BMJ 2004; 328:1312

Burdick, D. (1997) - Benchmarking Perceptions of ISO 14001. In Moving ahead with ISSO 14001, Eds. Philip A Marcus and John T Willig, John Wiley and Sons, Inc.,

Burgess, R.G. (2001) - A pesquisa de terreno. Uma introdução. Oeiras: Celta Editora

Cabral, M. V. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. *Análise Social*, 154- 155, 85-113.

CMA, Policopiado (1990). Câmara Municipal de Almeirim - Plano Director Municipal de Almeirim.

Canotilho, J. J.G. (1998) Introdução ao Direito do Ambiente Universidade Aberta

Capucha, L. (1998) – «Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades», in VIEGAS, José Manuel, e Costa, António Firmino, Portugal, que Modernidade?, Oeiras: Celta Editora.

Carter, Norma, Nunes da Silva F.; Magalhães, F. (2000) – “Local Agenda 21: Progress in Portugal” In: *European Urban and Regional Studies* 7(2) p.181-186. Sage

Publications.

Cascio, J. (1998) - The ISO 14000 Handbook. ASQ Quality Press (1998). ISBN 0-87389-4470

Castilho, J. (1935) - Lisboa Antiga - Bairros Orientais. - 2.^a edição revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva. - Lisboa: Oficinas Gráficas da C.M.L., 1935-19

CEDRU (2010) Diagnóstico estratégico da Rede Educativa Relatório Final

CEMT (2006) Conselho Europeu dos Ministros de Transportes in “Guía Práctica para la elaboración e implantación de Planes de Movilidad Urbana Sostenible”, IDAE, Madrid, 2006.

Churchill, Gilbert A., (2004) - Marketing Research: Methodological Foundations, 9.^a ed., South-Western College Pub.

Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Plano de Implementação, Nações Unidas, 2002, Traduzido pelo Gabinete de Relações Internacionais do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa

CIVITAS (2005) “From Theory to Practice”

<http://www.civitas.eu/docs/58.pdf>

CMA (2012) - Rede de acção social de Almeirim, Plano de Acção Social de 2012, reformulado pelo Núcleo Executivo

Coenen, F., D. Huitema e L.O’Toole. (1998) Participation and the Quality of Environmental Decision- Making. Dordrecht, Kluwer.

Cortina, A. (2005). Ética de la empresa, no sólo responsabilidad social. El País, 20-08-2005. Consultado em Maio de 2006, www.etnor.org.

Costa, A.B. (1993) – The Paradox of Poverty, Portugal 1980-1989, Ph. D Thesis, University of Bath, Reino Unido.

Costa, A.B. (1985) – A Pobreza em Portugal, Lisboa: Cáritas Portuguesa.

COUTO, Armanda Bastos; COUTO, João Pedro; TEIXEIRA, José Cardoso (2006) Desconstrução – Uma Ferramenta para a Sustentabilidade da Construção – NUTAU

Cupeto, C.A., (2005) - “Desafios emergentes da A21L: do conceito à prática em Portugal”, Wokshop Agenda 21 local - Partilhar, Participar, Operacionalizar, APEA, 22 de Junho, Oeiras, Portugal.

Daniel Pinto, Susana Corte-Real e José Mendes Nunes (2010) - Actividades preventivas e indicadores – Quanto tempo sobra? - Revista Portuguesa de Clinica Geral 2010;26:455-64

Darnall, N.; Gallagher, D. R.; Andrews, R. N. L. e Amaral, D. (2000) – Environmental Management Systems: Opportunities for Improved Environmental and Business Strategy. Environmental Quality Management 9 (3): pg 1-9, 2000.

Davoudi, S. (2008) – Territorial Governance in making. Approaches, methodologies, practices. Boletín de la A. G. E, nº 46, pp. 33-52.

Decreto-Lei nº 244/2002 de 5 de Novembro de 2002, Legislação Nacional para o Ministério das Cidades e Ordenamento do Território e Ambiente – Integração de todas as alterações legais efectuadas às NUTS num único diploma legal.

DGOTDU (2000) - Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local - Publicação da Policy and Practical Series do ICLEI

Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/detail.aspx?channelID=EA8A5676-1FBC-4CD4-A35D-61AC1FF66079&contentId=FFD401F0-E2E9-4E72-9F2F-C3BFED5B31BF>

Diaz Palacios, Julio (2000) Manual de planificación y gestión de las Agendas 21 de las ciudades. Unión GOBIERNO DEL PAIS VASCO (2003) Guía práctica para la implantación y desarrollo de las Agenda 21 en los municipios de Euskadi. Departamento de Ordenación del territorio, vivienda y ambiente. País Vasco. España.

Direcção Geral do Ambiente (2000) - Lisboa Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Encherim CRL (20112) Dados fornecidos pela Cooperativa

ENDS (2002) – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Versão para Discussão Pública http://www.progeo.pt/pdfs/ENDS_dp.pdf

Evans B and Theobald K S (2003) ‘Local Agenda 21 and the shift to ‘soft governance’ in Buckingham, S & Theobald K S Local Environmental Sustainability (Woodhead Publishing, Cambridge)

Farinha, João (2005) – Agenda 21 Local – Guia Metodológico de Apoio para contextos rurais e de forte interioridade. AMDE – Associação de municípios do distrito de Évora e Diputación – Área de Desarrollo Local, Diana, Évora, Portugal

Farinha, João; Vasconcelos, Lia; Santos, Eduardo (2000) Agenda 21 Local, Experiências em Portugal e outros casos de estudo, trabalho realizado pelo Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, CIVIT AS e Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT, UNL.

Farinós Dasi, J. (2008) – Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda, Boletín de la A. G. E., 46, pp. 11-32.

Feijão F., Lavado E. (2003) Estudo sobre o consumo de álcool, tabaco e droga, em alunos do ensino público – Portugal Continental/2003 (ECTAD/2003). «Os adolescentes e o tabaco. Portugal 2003», Instituto da Droga e Toxicoddependência, Ministério da Saúde

Ferrell, O. C., Fraedrich, J., & Ferrell, L. (2000). Estratégia de Marketing. Tradução Ailton Bomfim Brandão. São Paulo: Atlas

Fidelis, T., Pires, S. M. (2009) - Surrender or resistance to the implementation of Local Agenda 21 in Portugal: The Challenges of Local Governance for Sustainable Development. *Journal of Environmental Planning and Management*, 52:4, pp. 497-518.

Fortin, M. F. (2003) – O Processo de Investigação – da Concepção à realização. 3ª.

Edição. Loures: Lusociência, ISBN: 972-8383-10-X pág. 117.

Gil, Hélder (2006) - A Participação das Empresas no Sistema EMAS. Comunicação do IA - Instituto do Ambiente apresentada nas Jornadas “Tudo sobre Certificação Ambiental”, promovidas pela AEP – Associação Empresarial de Portugal, na Exponor, Maio de 2006.

Gilligan Colin, Wilson Richard M.S. (2005) - Strategic Marketing Management:

Planning, implementation and control, 3.ª ed., Butterworth-*Heinemann*

GPAU (1996) - Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano. Relatório Cidades Europeias.

IAIA (International Association for Impact Assessment) 2002. Strategic Environmental Assessment Performance Criteria. IAIA. (<http://www.iaia.org>).

ICLEI (1997) - Local Agenda 21 Survey - A Study of Responses by Local Authorities and Their National and International Associations to Agenda 21

<http://www.un.org/documents/ecosoc/cn17/1997/background/ecn171997-1.rpt1.htm>

ICLEI (2001) International Council for Local Environment Initiatives. Second Local Agenda 21 Survey – background paper no. 15, United Nations Department of Economic and Social Affairs.

ICLEI (2002). Second Local Agenda 21 Survey”

www.iclei.org/johannesburg2002

IDAE (2006) - Guía Práctica para la elaboración e implantación de Planes de Movilidad Urbana Sostenible”, Madrid, 2006.

IEFP (2012) - Análise do número de Desempregados inscritos no Centro de Emprego em Março de 2012

<http://downloads.sol.pt/pdf/desemprego2012.pdf>

INAG. (2010). Planos de Gestão de Região Hidrográfica – Análise económica das utilizações da água - Lista de verificação dos principais indicadores. Instituto da Água, I. P

INE (2006) Estatísticas do Emprego a região Centro

INE (2009) Projeções de população residente em Portugal, 2008-2060

INE (2010). Estatísticas do Emprego – no 4º trimestre, a região Centro

INE- Meta-informação (s/data) Disponível em:

<http://metaweb.ine.pt/sine/default.aspx>

Kellert, Stephen R. (2005) Building for Life – Designing and understanding the human-nature Connection. Island Press Washington DC

Lafferty, W.M; Eckerberg, K. (1998) - From The Wealth Summit To Local Agenda 21: Working towards Sustainable Development. London: Earthscan

Laranjeira, Célia (2012) – Câmara Municipal de Águeda Agenda 21 Local - http://abae.pt/ECOXXI/docs/atividades/galardao/2012/4.Agueda_Agenda21.pdf

Lehmann, Donald R. e Winer, Russell S., (2008) -Analysis for Marketing Planning, 7.^a ed., McGraw-Hill.

Lendrevie, Jacques (1996). Mercator: teoria e prática do Marketing "Gestão e Inovação - Ciências de Gestão". Lisboa: Publicações D.Quixote

Lourenço, Rui Pedro; Jorge, Susana; Moura e Sá, Patrícia; Rolas, Helena (2011) - Transparência financeira das Autarquias Locais: informação disponibilizada nos sítios web. INESC – Coimbra.

Macedo, Marta; Pinto, Marta; Macedo, Pedro; Silva, Margarida (2012) - Agenda 21 Local em Portugal - Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Macedo, Marta; Pinto, Marta; Macedo, Pedro; Silva, Margarida (2011) Agenda 21 Local em Portugal Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

MADRP (2007) Diagnóstico Sectorial

<http://www.isa.utl.pt/files/pub/destaques/diagnosticos/index.html>

Magalhães, P. (2004). Democratas, descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político. A. Freire, M. C. Lobo & Magalhães (eds.), Portugal a Votos: As eleições legislativas de 2002 (pp. 333-361). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Baptista, Maria Isabel Machado; Sousa, Ângelo (2007) Consumo de Substâncias Psicoactivas e Prevenção em Meio Escolar dos autores Publicado pela DGIDC – Núcleo de Educação para a Saúde (NES).

Mason, J. (2002) - Qualitative researching, London, Sage.

Maykut, P. & Morehouse, R. (1994) - Beginning Qualitative Research. A Philosophic and Practical Guide, London, Falmer Press.

Murcott, S., (1997). Sustainable Concepts, Massachusetts Institute of Technology, AAAS Annual Conference, IIASA "Sustainability Indicators Symposium," Seattle, WA 2/16/97.

Disponível em <http://www.sustainableliving.org/appen-a.htm>

O ciclo da água foto – fonte: Source: USGS - U.S. Geological Survey

acesso: <http://www.h2brasil.com/parte-3.php>

OECD (2003) Environment Indicators - Development, Measurement and Use , OECD, 2003, Reference Paper, Paris

Osório. Lisete (2009) – Algumas notas sobre o Glocal 2009. In: Ambientes Geográficos –Acesso: http://ambientesgeograficos.blogspot.com/2009_10_01_archive.html

Owen, A.L., Videras, J., (2008) - Trust, cooperation, and implementation of sustainability programs: The case of Local Agenda 21, Ecological Economics.

Pinto, M. (2010) - AGENDA 21 LOCAL EM PORTUGAL. Alguns dados e perspectivas. In: Glocal 2010 – Pensar global, Agir local. Portugal.

PNAC (2006) Programa Nacional para as Alterações Climáticas - 2006

Polícia Judiciária (2009) Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes / Instituto da Droga e da Toxicoddependência: Observatório de Drogas e Toxicoddependências Núcleo de Estatística. Relatório Anual • 2009 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicoddependências

Putnam, R, Pharr, S. & Dalton, R. (2000). Introduction: What's Troubling the Trilateral Democracies? In S- Pharr & P. Putnam (eds.), Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries? (pp. 3-27). Princeton: Princeton University Press.

Quental, Nuno (2005) – Agenda 21 Local: algumas sugestões baseadas na experiência Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia

Quental, Nuno (2007) A organização espacial do território como contributo para a sustentabilidade, publicação do Instituto Superior Técnico, apresentado em ISCTE – II em 06-11-2007

R Mitchell, B Agle and D Wood, (1997) Towards a theory of stakeholder identification: defining the principle of who and what really counts. Academy of Management Review, 22(4)

Rego, A., Cunha, M. P., Costa, N. G., Gonçalves, H., & Cabral-Cardoso, C. (2006). Gestão ética e socialmente responsável: teoria e prática. Lisboa: Editora RH.

Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26-05-2003, publicado no JOC L 154 de 21-06-2003 relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas; DL nº 244/2002 de 5-11, que estabeleceu três níveis de Nomenclatura das NUTS (INE- Meta-informação s/data).

Relatório Brundtland (1987) Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento - O Nosso Futuro Comum. Naturibérica/ Liber Editores Lda.

Renato Campos (1997). "O estado da agricultura", suplemento do Jornal "O Ribatejo" de 5/6/1997

Renato Vieira Campos, Margarida Oliveira, e Maria José Campos (2007) Dinâmica Empresarial Concelhia do Distrito de Santarém Governo Civil do Distrito de Santarém

Roberts (2003), Involving the Public, in H. Becker and F. Vanclay (eds.) International Handbook of Social Impact Assessment. Cheltenham: Edward Elgar: pp. 259-260).

Rodrigues, Álvaro Pina (1982) - Elementos para o estudo da etnografia do concelho de Almeirim / Álvaro Pina Rodrigues. – Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho

Ruas, Fernando. (2005). Agenda 21 Local: Sustentabilidade e municipalismo - Sintra

Ruivo, João; Veiga, João (2004) - “Resíduos de Construção e Demolição: Estratégia Para Um Modelo De Gestão

Schimidt, Luísa (2006) – Autarquias e Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais. Fronteira do Caos, Porto, Portugal.

Schmidt, L., Gil Nave, J. e Guerra, J. (2005). Autarquias e Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais. Fronteira do Caos, Porto.

Silva, Manuel Telles – (1989) Vida e Feitos de D. João II rearranjo e tradução Dr. Miguel Pinto de Meneses

Silva, Manuela (1991) – Precariedade e Vulnerabilidade Económica. Nova Pobreza em Portugal – Uma Aproximação Empírica, Lisboa: Centro de Reflexão Cristã

Silva, S. (2007) - Agenda 21 Local um Sistema de Indicadores de Qualidade – Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.

Stoker, G. (1998). Governance as theory: five propositions. *International Social Science Journal*. 50(155), 17-28.

Sustainable Development (2002) - Indicators to Measure Decoupling of Environmental Pressure from Economic Growth, OECD.

Sustaining Life on Earth (2000) - How the Convention on Biological Diversity

Promotes Nature and Human Well-Being, Secretariat of the Convention on Biological Diversity, UNEP, , Montreal, Quebec, Canada

Teresa Fabian (1998) - (CEP's researcher), Social Accountability 8000(SA8000) – the first auditable global standard for ethical sourcing driven by CEPAA, CEPAA, January http://www.citiv.it/org/CNMS/archivio/lavoro/Presentazione_SA8000.html

The ISO Survey – 2005. Disponível no site:

<http://www.iso.org/iso/survey2005.pdf>

Thornthwaite, C.W. (1948) An approach toward a rational classification of climate. Geogr. Rev, v. 38, p. 55-94, 1948.

TTerra (2007) - Auditoria, Projecto e Técnicas Ambientais, e outros - Guia Agenda 21 local : um desafio para todos / Equipa da TTerra - Auditoria, Projecto e Técnicas Ambientais, Agência Portuguesa do Ambiente ; coord. Carlos Cupeto, Julieta S. Marcos
PUBLICAÇÃO: Agência Portuguesa do Ambiente, 2007

UNEP, (2002) Environmental Effects of Ozone Depletion and its Interactions with Climate Change: 2002 Assessment, Nairobi

UNEP, (2003) - Handbook for the International Treaties for the Protection of the Ozone Layer , Ozone Secretariat, United Nations Environment Programme, Sixth Edition, , Nairobi, Kenya

Vasconcelos, L. T., Élia Domingos (2003). A Agenda 21 Local e as Novas Exigências Institucionais", Boletim CIVITAS, Lisboa, Jul/Set 2003

Vasconcelos, Lia T. (2001) - Participação Rumo à sustentabilidade – a experiência da AL21 Comunicação apresentada no VI Congresso Nacional de Engenharia do Ambiente, 2001 Lisboa, (Portugal) Novembro, 2001

Vasconcelos, Lia T. (2008). Governance and Participation – empowering communities for justice and equity, in Citizenship in an Enlarged Europe The Contribution of Economic, Social and Cultural Rights, Session: VI Democracy, Citizenship and Participated Governance (Cidesc), April 10-12, 2008, Reitoria da Universidade Nova de

Lisboa, (www.cidesc.eu)

Wackernagel, M., Schulz, N.B., Deumling, D., et al. (2002). Tracking the ecological overshoot of the human economy. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 99, 14, pp. 9266–9271

Wadhwa L.C. (2000). *Sustainable Transportation: The Key to Sustainable Cities*. In *The Sustainable City*, Ed. WIT Press, Southampton, Boston.

Yeang, K. (1999) *The Green Skyscraper. The Basis for Designing Sustainable intensive Building*. Nova York: McGraw-Hill.

João Manuel Sousa da Silva

**ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DA
AGENDA 21 - LOCAL EM ALMEIRIM**

ANEXOS

Tese de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação

26 DE JUNHO 2013

Orientador Dra. Ana Paula Martinho

Inquérito à população do Concelho de Almeirim

O presente inquérito é um instrumento de investigação, que visa recolher informações e pretende ser uma via para que se possa conhecer qual a sua visão sobre o estado actual do Concelho de Almeirim e quais as perspectivas futuras do mesmo.



Tem como propósito conhecer o estado actual e representativo, dos sistemas ambientais, sociais, económicos e institucionais do Concelho de Almeirim, e identificar quais as suas potencialidades e fragilidades.

O inquérito é anónimo e as suas respostas serão tratadas de forma global.

1 – Relação do entrevistado com a Freguesia e com o Concelho:

Morador na Freguesia: Sim Não

Morador no Concelho: Sim Não

1.2 -É residente em que freguesia?

ALMEIRIM	<input type="checkbox"/>
BENFICA DO RIBATEJO	<input type="checkbox"/>
FAZENDAS DE ALMEIRIM	<input type="checkbox"/>
RAPOSA	<input type="checkbox"/>

1.3 - Idade e Sexo do inquirido:

Menos de 18 anos Entre 19 e 25 Entre os 26 e 35

Entre os 36 e 45 Entre os 46 e os 65 Mais de 65 anos

MASCULINO

FEMININO

1.4- Trabalha ou estuda no Concelho?

Sim Não

1.5 – Como se desloca para o trabalho (ou escola)?

Vou a pé Utilizo os transportes públicos Transporte Particular

1.5.1 – Se referiu que vai a pé, quanto tempo demora a fazer o seu percurso até ao trabalho?

- 10 Minutos 15 Minutos 30 minutos + 30 minutos

1.5.2– Se referiu que vai de transportes públicos para o trabalho, quanto tempo espera pelo transporte?

-15 Minutos 15 Minutos 30 Minutos 1 Hora Mais de 1 hora

1.5.3 - Quantos transportes é que utiliza, para chegar ao seu local de trabalho/estudo?

1 2 3 ou mais

1.5.4 – Se utiliza o transporte particular qual das hipóteses se adequa mais ao seu caso?

Vou sozinho/a no meu carro Vou no meu carro mas partilho-o Outra situação (especificar) _____

1.6 – Situação profissional

Estudante **Reformado** **Doméstica**

Empregado

Com contrato de trabalho

Sem contrato de trabalho

Eventual Efectivo

Desempregado

Menos de 1 ano Mais de 1 ano mais de 2 anos

1.7 - Como classifica a Participação Pública, nos processos de decisão?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.8 – Como classifica a relação da Câmara Municipal de Almeirim com os munícipes?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.9 - Como classifica na óptica da sustentabilidade, o Ambiente e a Qualidade de Vida no Concelho de Almeirim?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.10 - Como classifica o seu local de residência no concelho de Almeirim?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.11 - Como classifica relativamente às acessibilidades o Concelho de Almeirim?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.12 - Como classifica relativamente à segurança o Concelho de Almeirim?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.13 - Como classifica relativamente aos transportes públicos o Concelho de Almeirim?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.14 - Como classifica relativamente à área da saúde o Concelho de Almeirim?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.14 – Como classifica relativamente à área de equipamentos e serviços de protecção social o Concelho de Almeirim?

Muito bom Bom Razoável Insuficiente Má Muito má

1.15 - Considerando os seguintes 10 tópicos-chave para o desenvolvimento sustentável do Concelho, gostaria que pontuasse (Numa escala de 1 a 10, em que 1

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

representa a sustentabilidade mínima e 10 a sustentabilidade ideal) os seguintes itens:

1 - Governação	<input type="checkbox"/>	6 – Mobilidade	<input type="checkbox"/>
2 - Gestão local	<input type="checkbox"/>	7 – Saúde	<input type="checkbox"/>
3 - Bens da natureza	<input type="checkbox"/>	8 – Economia	<input type="checkbox"/>
4 – Consumo	<input type="checkbox"/>	9 - Equidade e justiça social	<input type="checkbox"/>
5 – Planeamento	<input type="checkbox"/>	10 - Responsabilidade global	<input type="checkbox"/>

2. - Dos seguintes temas, assinale os cinco que considera como potencialidades/pontos fortes no Concelho de Almeirim.

1 - Elevada riqueza e diversidade de plantas e animais	<input type="checkbox"/>	9 - Suinicultura	<input type="checkbox"/>
2 - Património histórico e arqueológico	<input type="checkbox"/>	10 - Acessibilidades – (Qualidade das estradas, facilidade na circulação, intensidade do tráfego, acessos rodoviários)	<input type="checkbox"/>
3 - Artes e ofícios tradicionais	<input type="checkbox"/>	11 - Actividades económicas	<input type="checkbox"/>
4 - Boas condições naturais para a realização de turismo de natureza	<input type="checkbox"/>	12 - Oportunidades de emprego	<input type="checkbox"/>
5 - Gastronomia regional	<input type="checkbox"/>	13 - Eventos culturais	<input type="checkbox"/>
6 - Qualidade dos produtos locais	<input type="checkbox"/>	14 - Infra-estruturas para desporto (Quantidades e qualidades dos recintos para a prática de desporto)	<input type="checkbox"/>
7 - Agricultura (Quantidade de explorações agrícolas, oportunidades de negócio, potencialidades)	<input type="checkbox"/>	15 - Diversidade de unidades hoteleiras	<input type="checkbox"/>
8 - Caça	<input type="checkbox"/>	16 -Outra _____	<input type="checkbox"/>

2.1 Dos seguintes aspectos, assinale os cinco que considera como potencialidades / pontos fortes da freguesia onde mora.

1 - Elevada riqueza e diversidade de plantas e animais	<input type="checkbox"/>	9 - Caça	<input type="checkbox"/>
2 - Património histórico e arqueológico	<input type="checkbox"/>	10 - Acessibilidades – (Qualidade das estradas, facilidade na circulação, intensidade do tráfego, acessos rodoviários)	<input type="checkbox"/>
3 - Artes e ofícios tradicionais	<input type="checkbox"/>	11 - Actividades económicas	<input type="checkbox"/>

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

4 - Boas condições naturais para a realização de turismo de natureza	<input type="checkbox"/>	12 - Oportunidades de emprego	<input type="checkbox"/>
5 - Gastronomia regional	<input type="checkbox"/>	13 - Eventos culturais	<input type="checkbox"/>
6 - Qualidade dos produtos locais	<input type="checkbox"/>	14 - Infra-estruturas para desporto (Quantidades e qualidades dos recintos para a prática de desporto)	<input type="checkbox"/>
7 - Agricultura (Quantidade de explorações agrícolas, oportunidades de negócio, potencialidades)	<input type="checkbox"/>	15 - Diversidade de unidades hoteleiras	<input type="checkbox"/>
8 - Suinicultura	<input type="checkbox"/>	16 - Outra _____	<input type="checkbox"/>

3. Dos seguintes temas, assinale os cinco que considera mais problemáticos no Concelho de Almeirim.

1 - Fogos florestais	<input type="checkbox"/>	13 - Serviços de apoio aos idosos	<input type="checkbox"/>
2 - Qualidade da água de abastecimento público	<input type="checkbox"/>	14 - Serviços de apoio a crianças e jovens	<input type="checkbox"/>
3 - Limpeza das vias públicas	<input type="checkbox"/>	15 - Serviços de saúde (centro de saúde, médicos, enfermeiros)	<input type="checkbox"/>
4 - Conservação dos espaços naturais	<input type="checkbox"/>	16 - Infra-estruturas e eventos culturais	<input type="checkbox"/>
5 - Número e localização dos contentores do lixo	<input type="checkbox"/>	17 - Fraco grau de investimento privado (comercio, indústria)	<input type="checkbox"/>
6 - Recolha selectiva do lixo	<input type="checkbox"/>	18 - Desenvolvimento industrial	<input type="checkbox"/>
7 - Suinicultura	<input type="checkbox"/>	19 - Desenvolvimento de empresas de serviços	<input type="checkbox"/>
8 - Envelhecimento da população e Despovoamento	<input type="checkbox"/>	20 - Desemprego/Oportunidades de emprego	<input type="checkbox"/>
9 - Analfabetismo	<input type="checkbox"/>	21 - Falta de transportes públicos	<input type="checkbox"/>
10 - Falta de um equipamento ao nível do ensino secundário	<input type="checkbox"/>	22 - Alternativas de lazer e de tempos livres	<input type="checkbox"/>
11 - Hábitos nocivos (álcool e droga)	<input type="checkbox"/>	23 - Outra: _____	<input type="checkbox"/>
12 - Pobreza	<input type="checkbox"/>		

3.1 - Dos seguintes aspectos, assinale os cinco que considera mais problemáticos na freguesia onde mora.

1 - Fogos florestais	<input type="checkbox"/>	13 - Serviços de apoio aos idosos	<input type="checkbox"/>
2 - Qualidade da água de abastecimento público	<input type="checkbox"/>	14 - Serviços de apoio a crianças e jovens	<input type="checkbox"/>

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

3 - Limpeza das vias públicas	<input type="checkbox"/>	15 - Serviços de saúde (centro de saúde, médicos, enfermeiros)	<input type="checkbox"/>
4 - Conservação dos espaços naturais	<input type="checkbox"/>	16 - Infra-estruturas e eventos culturais	<input type="checkbox"/>
5 - Número e localização dos contentores do lixo	<input type="checkbox"/>	17 - Fraco grau de investimento privado (comercio, indústria)	<input type="checkbox"/>
6 - Recolha selectiva do lixo	<input type="checkbox"/>	18 - Desenvolvimento industrial	<input type="checkbox"/>
7 - Suinicultura	<input type="checkbox"/>	19 - Desenvolvimento de empresas de serviços	<input type="checkbox"/>
8 -Envelhecimento da população e Despovoamento	<input type="checkbox"/>	20 - Desemprego/Oportunidades de emprego	<input type="checkbox"/>
9 -Analfabetismo	<input type="checkbox"/>	21 - Falta de transportes públicos	<input type="checkbox"/>
10 -Falta de um equipamento ao nível do ensino secundário	<input type="checkbox"/>	22 - Alternativas de lazer e de tempos livres	<input type="checkbox"/>
11 -Hábitos nocivos (álcool e droga)	<input type="checkbox"/>	23- Outra: _____	<input type="checkbox"/>
12 -Pobreza	<input type="checkbox"/>		

3.2 - Dos seguintes temas, assinale os cinco que gostaria de ver melhorados, ou que fazem falta no Concelho de Almeirim.

1 - Sistemas de prevenção - Fogos florestais	<input type="checkbox"/>	12 - Serviços de apoio aos idosos	<input type="checkbox"/>
2 - Qualidade da água de abastecimento público	<input type="checkbox"/>	13 - Serviços de apoio a crianças e jovens	<input type="checkbox"/>
3 - Limpeza das vias públicas	<input type="checkbox"/>	14 - Serviços de saúde (centro de saúde, médicos, enfermeiros)	<input type="checkbox"/>
4 - Conservação dos espaços naturais	<input type="checkbox"/>	15 - Infra-estruturas e eventos culturais	<input type="checkbox"/>
5 - Número e localização dos contentores do lixo	<input type="checkbox"/>	16 - - Mais investimento privado (comércio, indústria)	<input type="checkbox"/>
6 - Recolha selectiva do lixo	<input type="checkbox"/>	17 Desenvolvimento industrial	<input type="checkbox"/>
7 - Suinicultura	<input type="checkbox"/>	18 - Desenvolvimento de empresas de serviços	<input type="checkbox"/>
8 - Fixação da população e acções contra o despovoamento	<input type="checkbox"/>	19 - Desemprego/Oportunidades de emprego	<input type="checkbox"/>
9 - Campanhas de alfabetização/cursos de profissionais	<input type="checkbox"/>	20 - Transportes públicos	<input type="checkbox"/>
10 - Equipamento escolar	<input type="checkbox"/>	21 - Alternativas de lazer e de tempos livres	<input type="checkbox"/>
11 - Serviço de apoio/ prevenção para problemas de (álcool e droga)	<input type="checkbox"/>	- 22 - Outra: _____	<input type="checkbox"/>

3.3 - Dos seguintes temas assinale os cinco que gostaria de ver melhorados, ou que fazem falta na sua freguesia.

1 - Sistemas de prevenção - Fogos florestais	<input type="checkbox"/>	12 - Serviços de apoio aos idosos	<input type="checkbox"/>
2 - Qualidade da água de abastecimento público	<input type="checkbox"/>	13 - Serviços de apoio a crianças e jovens	<input type="checkbox"/>
3 - Limpeza das vias públicas	<input type="checkbox"/>	14 - Serviços de saúde (centro de saúde, médicos, enfermeiros)	<input type="checkbox"/>
4 - Conservação dos espaços naturais	<input type="checkbox"/>	15 - Infra-estruturas e eventos culturais	<input type="checkbox"/>
5 - Número e localização dos contentores do lixo	<input type="checkbox"/>	16 - Mais investimento privado (comércio, indústria)	<input type="checkbox"/>
6 - Recolha selectiva do lixo	<input type="checkbox"/>	17 Desenvolvimento industrial	<input type="checkbox"/>
7 - Suinicultura	<input type="checkbox"/>	18 - Desenvolvimento de empresas de serviços	<input type="checkbox"/>
8 - Fixação da população e acções contra o despovoamento	<input type="checkbox"/>	19 - Desemprego/Oportunidades de emprego	<input type="checkbox"/>
9 - Campanhas de alfabetização/cursos de profissionais	<input type="checkbox"/>	20 - Transportes públicos	<input type="checkbox"/>
10 - Equipamento escolar	<input type="checkbox"/>	21 - Alternativas de lazer e de tempos livres	<input type="checkbox"/>
11 - Serviço de apoio/ prevenção para problemas de (álcool e droga)	<input type="checkbox"/>	- 22 - Outra: _____	<input type="checkbox"/>

4- Quais as áreas prioritárias na área social em que acha que se deverá investir no Concelho de Almeirim?

1 - Habitação	<input type="checkbox"/>	9 - Actividades desportivas	<input type="checkbox"/>
2 - Acesso à saúde	<input type="checkbox"/>	10 - Colectividades Associações	<input type="checkbox"/>
3 - Creches/ ATLS	<input type="checkbox"/>	11 - Segurança	<input type="checkbox"/>
4 - Ensino Básico	<input type="checkbox"/>	12 - Trânsito /estacionamento	<input type="checkbox"/>
5 - Ensino Secundário	<input type="checkbox"/>	13 - Serviços públicos	<input type="checkbox"/>
6 - Lares 3ª idade/Centros de Dia	<input type="checkbox"/>	14 - Coesão social	<input type="checkbox"/>
7 - Alternativas de lazer e tempos livres	<input type="checkbox"/>	15 - Civismo	<input type="checkbox"/>
8 - Iniciativas culturais	<input type="checkbox"/>		

5 – Quais as áreas prioritárias na área ambiental em que acha que se deverá investir no Concelho de Almeirim?

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

1 – Espaços florestais	<input type="checkbox"/>	12 – Espaços verdes	<input type="checkbox"/>
2 – Implementação de medidas contra incêndios	<input type="checkbox"/>	13 – Limpeza urbana	<input type="checkbox"/>
3 – Qualidade da água dos rios	<input type="checkbox"/>	14 – Recolha selectiva do lixo	<input type="checkbox"/>
4 – Qualidade do Ar	<input type="checkbox"/>	15 – Quantidade e Localização de contentores	<input type="checkbox"/>
5 – Controle dos níveis de ruído	<input type="checkbox"/>	16 – Quantidade e localização de ecopontos	<input type="checkbox"/>
6 – Energias renováveis	<input type="checkbox"/>	17 – Qualidade de água para consumo	<input type="checkbox"/>
7 – Educação e sensibilização ambiental	<input type="checkbox"/>	18 – Saneamento básico	<input type="checkbox"/>
8 - Agricultura	<input type="checkbox"/>	19- Abastecimento de água	<input type="checkbox"/>
9 - Suinicultura	<input type="checkbox"/>	20 - Tratamento de águas residuais	<input type="checkbox"/>
10 - Pedreiras	<input type="checkbox"/>	21 - Extracção de areias	<input type="checkbox"/>
11 - Indústria	<input type="checkbox"/>		

6 – Quais as áreas prioritárias na área económica em que acha que se deverá investir no Concelho de Almeirim?

1 - Emprego	<input type="checkbox"/>	6 - Comércio	<input type="checkbox"/>
2 – Fixação de indústrias	<input type="checkbox"/>	7 - Serviços	<input type="checkbox"/>
3 – Actividades agrícolas	<input type="checkbox"/>	8 - Dinamização de produtos regionais	<input type="checkbox"/>
4 - Turismo	<input type="checkbox"/>	9 - Infra-estruturas rodoviárias	<input type="checkbox"/>
5 - Restauração	<input type="checkbox"/>		

7 - Como vê a evolução do Concelho de Almeirim daqui a 10 anos?

Muito obrigado por ter respondido





A participação de todos na identificação dos principais problemas e potencialidades é fundamental para definir o Plano de Acção da Agenda 21 Local de Almeirim. Neste sentido solicita-se que responda às questões que se seguem.

MOBILIDADE/SUSTENTABILIDADE

A falta de mobilidade numa região, resulta na maioria dos casos nas dificuldades de um sistema de transportes colectivos responder eficazmente às solicitações da população.

Na perspectiva de contribuir para uma melhor mobilidade na região, pretende-se saber qual é a opinião dos habitantes do Concelho de Almeirim, para a implementação de uma política de mobilidade sustentável.

Os Principais Geradores de Tráfego de determinada cidade são os locais capazes de atrair diariamente uma quantidade elevada de viagens. Este estudo irá procurar identificar quais os principais problemas, neste sector e, nos casos em que seja possível, contabilizar qual o seu peso específico nas deslocações no Concelho.

1 - Mobilidade (Transportes Públicos) Geral

Como define a mobilidade de uma forma geral da população no Concelho? (facilidade de se deslocar dentro do Concelho: - deslocar-se dentro da freguesia e de uma freguesia para outra).

1.1 - Mobilidade (Transportes Públicos) horas de ponta

Como define a mobilidade em hora de ponta, da população no Concelho? (facilidade de haver transportes para ir para o trabalho).

1.2 - Mobilidade Escolar

Como define a mobilidade da população escolar no Concelho?

1.3 - Mobilidade dos Doentes

Como define a mobilidade da população doente no Concelho (Relação dos utentes com o Centro de Saúde, Hospital), e recurso a consultas (incluem serviços de fisioterapia e outros serviços afins) que necessitem de transporte recorrem ao transporte fornecido pelos Bombeiros Voluntários.

1.4 - Mobilidade dos Idosos

Como define a mobilidade da população idosa no Concelho? (Os idosos que se deslocam aos Centros de Dia e serviços afins)

1.5 - Mobilidade dos Deficientes

Como define a mobilidade da população deficiente no Concelho? (O transporte de deficientes é assegurado pelos Bombeiros Voluntários de Almeirim?).

DADOS DA EMPRESA/INSTITUIÇÃO

1. Empresa/Instituição:

2. Morada:

3. Telefone: _____

4. Telemóvel: _____

5. E-mail:

6.

Representante: _____

7. Cargo na Empresa/Instituição: _____

8. Que serviços presta a Empresa/Instituição que representa?

8.1 – Quantas pessoas emprega a Empresa/Instituição sazonalmente? _____

E com carácter permanente? _____

8.2 – Qual a percentagem de trabalhadores que habitam fora do Concelho? _____

8.3 – A Empresa/Instituição dispõe de transporte próprio para as deslocações dos seus empregados? (em caso afirmativo, descreva como estão organizados)

8.4 – Como é que a maioria dos trabalhadores da Empresa/Instituição se desloca para o trabalho?

9. A Empresa/Instituição tem preocupações no âmbito ambiental e social? (descreva que tipo de acções promove nesse sentido).

9.1 - Que tipo de actividades promove ao longo do ano para e com a comunidade?

10. Aquando de actividades promovidas, qual o nível de participação dos cidadãos?

11. Como caracteriza a população das 4 Freguesias do Concelho de Almeirim (grau de mobilização e interesse em matérias relacionadas com o desenvolvimento do Concelho, preocupações ambientais, grupos etários e escolaridade, diferenciação entre a freguesia e as restantes do Concelho, etc.) - (caracterização por freguesia).

11.1. ALMEIRIM

11.2. BENFICA DO RIBATEJO

11.3. FAZENDAS DE ALMEIRIM

11.4. RAPOSA

12. Quais os principais constrangimentos e potencialidades que identifica na população da Região para o sucesso de uma estratégia concertada de desenvolvimento?

(Constrangimentos)

(Potencialidades)

13. Como vê a prestação de cuidados de saúde do Concelho de Almeirim?

14. Como caracteriza o apoio à infância no Concelho de Almeirim?

15. Como caracteriza o apoio aos idosos no Concelho de Almeirim?

16. Como classifica o analfabetismo na população do Concelho de Almeirim?

17. O número de equipamentos/estabelecimentos de educação (públicos e privados) existentes no Concelho de Almeirim é suficiente?

18. Em sua opinião, as áreas destinadas a eventos culturais no Concelho de Almeirim são suficientes?

19. Como avalia a capacidade dos munícipes do Concelho de Almeirim acederem aos diferentes meios de comunicação (telefone, internet, televisão por cabo)?

20. Quais são os grandes problemas ambientais do Concelho de Almeirim?

21. O PAPEL DA INSTITUIÇÃO NA AGENDA 21

21.1. Que papel pode ter a instituição que representa, na elaboração e implementação da Agenda 21 Local?

21.2. Qual é a sua expectativa, enquanto representante da instituição, sobre a Agenda 21 Local?

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO



(Baseado no Relatório de Brundtland, Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987. (Perfil da Comunidade do Concelho de Almeirim).

Os resultados deste inquérito são confidenciais e destinam-se à elaboração do Perfil da Comunidade - instrumento essencial para implementação da Agenda 21 Local.

Guião actores-chave – Resumo das perguntas

Grandes Questões	Resumo das perguntas
Dados da Instituição que o Actor-chave representa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Cargo na Empresa/Instituição? ✓ - Que serviços presta a Empresa/Instituição que representa? ✓ - Quantas pessoas emprega a Empresa/Instituição sazonalmente? ✓ - E com carácter permanente?
<p>Posicionamento da Empresa com o Concelho:</p> <p>Mobilidade dos Trabalhadores</p> <p>Formação dos Trabalhadores</p> <p>Preocupações Ambientais da Empresa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Qual a percentagem de trabalhadores que habitam fora do Concelho? ✓ - A Empresa/Instituição dispõe de transporte próprio para as deslocações dos seus empregados? (em caso afirmativo, descreva como estão organizados) ✓ - Como é que a maioria dos trabalhadores da Empresa/Instituição se desloca para o trabalho? ✓ - A sua empresa dispõe de algum transporte para os funcionários? ✓ - A sua empresa prefere contratar trabalhadores com formação académica, tem algum tipo de formação interna? ✓ - A Empresa/Instituição tem preocupações no âmbito ambiental e social? (descreva que tipo de acções promove nesse sentido). ✓ - Que tipo de actividades promove ao longo do ano para e com a comunidade? ✓ - Aquando de actividades promovidas, qual o nível de participação dos cidadãos?
<p>Mobilidade/ Sustentabilidade do Concelho:</p> <p>Mobilidade Escolar</p> <p>Mobilidade Doentes e</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Como define a mobilidade de uma forma geral da população no Concelho? (facilidade de se deslocar dentro do Concelho: - deslocar-se dentro da freguesia e de uma freguesia para outra). ✓ - Como define a mobilidade em hora de ponta, da população no Concelho? (facilidade de haver transportes para ir para o trabalho). ✓ - Como define a mobilidade da população escolar no Concelho? ✓ - Como define a mobilidade da população doente no Concelho (Relação dos utentes com o Centro de Saúde, Hospital), e recurso a consultas (incluem

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

<p>Idosos, Deficientes</p> <p>Mobilidade na Cidade/concelho Almeirim</p>	<p>serviços de fisioterapia e outros serviços afins) que necessitem de transporte recorrem ao transporte fornecido pelos Bombeiros Voluntários.</p> <p>✓ - Como define a mobilidade da população deficiente no Concelho? (O transporte de deficientes é assegurado pelos B.V.Almeirim?).</p> <hr/> <p>✓ - Temos muitos carros dentro de Almeirim, poderíamos apostar em limitar algumas ruas ao trânsito e andar mais de bicicleta e a pé á semelhança por exemplo da Holanda/Amesterdão, ou pensa que a população poderia não aderir?</p> <p>✓ - Estamos bem servidos de Infra-estruturas Rodoviárias?</p> <p>✓ - Considera que existe boa mobilidade?</p>
<p>Caracterização do Concelho:</p> <p>Poder Local e Ambiente</p> <p>Caracterização económica - bens e serviços</p>	<p>✓ - Como caracteriza a população das 4 Freguesias do Concelho de Almeirim (grau de mobilização e interesse em matérias relacionadas com o desenvolvimento do Concelho, preocupações ambientais, grupos etários e escolaridade, diferenciação entre a freguesia e as restantes do Concelho, etc.)</p> <p>✓ - (caracterização por freguesia).</p> <p>✓ - Existem muitas diferenças (disparidades) entre as quatro freguesias?</p> <hr/> <p>✓ - O poder local tem feito algumas acções pelo ambiente, considera essas acções importantes ou suficientes.</p> <p>✓ - A nível da reciclagem o que é feito no nosso Concelho pela Autarquia é suficiente?</p> <p>✓ - O cidadão/munícipe de Almeirim faz reciclagem?</p> <hr/> <p>✓ - No seu entender estamos bem servidos de empresas ou de serviços no nosso concelho, ou deveria haver mais empresas?</p> <p>✓ - Se considera que deveria haver mais empresas, diga qual (ou quais) o sector de serviço com mais carência?</p>
<p>Pontos Fortes</p> <p>Pontos Fracos do Concelho:</p>	<p>✓ - Quais as fragilidades ou pontos fracos no nosso concelho? (Pontos fracos)</p> <hr/> <p>✓ - Quais as Potencialidade ou pontos fortes no nosso concelho?</p>

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - O que poderia ser feito para ajudar mais o nosso concelho na área da agricultura, da gastronomia, e do turismo?
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - A nível do emprego considera que existem oportunidades de emprego no concelho? ✓ - A nível gastronómico considera que deveria haver mais divulgação e desenvolvimento? ✓ - Muitos turistas vêm ao concelho para comer a sopa da pedra, no entanto partem logo de seguida sem sequer visitar Almeirim, o que deveria ser feito para manter o turista mais tempo em Almeirim?
Segurança e Ordem	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Existem falhas em questões de segurança no concelho?
Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Quais as áreas do Ambiente em que se deveria investir mais em Almeirim?
Relação poder local /Cidadão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Existe uma boa relação entre o poder local e o munícipe/cidadão? ✓ - Quais as áreas económicas, sociais, e de governação que se deveria melhorar? ✓ - Está de acordo com a redução das juntas de freguesias? ✓ - Pensa que essa redução pode prejudicar o nosso concelho?
Saúde Local	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Como vê a prestação de cuidados de saúde do Concelho de Almeirim? ✓ - Como caracteriza o apoio à infância no Concelho de Almeirim? ✓ - Como caracteriza o apoio aos idosos no Concelho de Almeirim?
Educação e cultura	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Como classifica o analfabetismo na população do Concelho de Almeirim? ✓ - O número de equipamentos/estabelecimentos de educação (públicos e privados) existentes no Concelho de Almeirim é suficiente? ✓ - Em sua opinião, as áreas destinadas a eventos culturais no Concelho de Almeirim são suficientes?
Facilidade Meios comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Como avalia a capacidade dos munícipes do Concelho de Almeirim acederem aos diferentes meios de comunicação (telefone, internet, televisão por cabo)?
Problemas Ambientais do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Quais são os grandes problemas ambientais do Concelho de Almeirim? ✓ - Existe qualidade de vida em Almeirim?
Evolução Concelho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Como vê a evolução do nosso concelho nos próximos 5/10 anos?

Roteiro Para a Elaboração da Agenda 21 - Local em Almeirim

<p>Papel da instituição Agenda 21</p>	<ul style="list-style-type: none">✓ - Que papel pode ter a instituição que representa, na elaboração e implementação da Agenda 21 Local?✓ - Estaria disposto a participar neste processo enquanto actor-chave?✓ - Qual é a sua expectativa, enquanto representante da instituição, sobre a implementação da Agenda 21 Local?
---	--